

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

ANA CAROLINE SILVA FERREIRA

ESTRATÉGIAS DE EMANCIPAÇÃO:
TECENDO IDENTIDADES E METAMORFOSES
NO ESTADO DE EXCEÇÃO

SÃO LEOPOLDO

2013

Ana Caroline Silva Ferreira

ESTRATÉGIAS DE EMANCIPAÇÃO:

Tecendo identidades e metamorfoses no estado de exceção

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
Área de Concentração: Identidades e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Nadir Lara Júnior

São Leopoldo

2013

Ana Caroline Silva Ferreira

ESTRATÉGIAS DE EMANCIPAÇÃO:
tecendoidentidades e metamorfoses no estado de exceção

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos–UNISINOS

Aprovado em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nadir Lara Júnior – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Prof.Dra. Miriam Steffen Vieira– Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS

Prof. Dr. Aluisio Ferreira de Lima– Universidade Federal do Ceará - UFC

Na infância, meu avô materno me levava para brincar em uma praça próxima à nossa casa. Neste percurso, ao invés de histórias infantis ou contos de fada, ele, um homem de pouco estudo, mas, de grande sabedoria e sensibilidade, contava-me histórias sobre o descobrimento do Brasil, ensinava-me sobre figuras como Getúlio Vargas e Leonel Brizola. É estranho pensar que uma criança entre cinco e seis anos tenha decorado o nome das capitais dos Estados de seu país, mas, foi nesse percurso, num momento de diversão, que aprendi que o conhecimento pode chegar, através de um caminho de alegrias e descobertas. E é exatamente a ele, meu avô, que dedico este e meus futuros momentos de diversão, no percurso para o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

*“Mas os sonhos, sendo coisas belas, são coisas fracas.
Sozinhos, eles nada podem fazer: pássaros sem asas...”*

Rubem Alves

Este percurso não seria possível, sem o apoio de diversas pessoas. Nosso caminho nunca é solitário, já que sempre deixamos e ganhamos pedaços de histórias, para completar nossas vidas. Sonhamos sozinhos, contudo, materializamos juntos os nossos desejos. Este foi um percurso de angústias, de perdas de queridos, mas também, de crescimento e de significados para a vida. Por isso, agradeço a Deus, por me permitir percorrer essa estrada e chegar ao meu destino.

Agradeço aos egressos que participaram deste estudo: meu respeito a esses senhores, que se dispuseram a contar suas histórias, suas lembranças e seus sentimentos, expondo seus significados para mim. Agradeço sua ajuda e espero que alcancem algo que pode ser simples, no entanto, ao mesmo tempo, parece impossível a utopia da igualdade da diferença.

À minha família, por sua confiança, seu apoio e amor.

Aos meus amigos, por sua paciência, nos momentos em que estive distante e envolvida somente em minhas leituras.

Aos colegas de trabalho, por sua compreensão nas dispensas e nos acertos de horários.

Aos colegas de mestrado, por nossos momentos de discussão, de trocas de angústias, de risadas e de estudo. Fica a certeza de que logo estarão no fim da jornada, satisfeitos do percurso.

Aos professores do PPG em Ciências Sociais, por sua dedicação, nas trocas de saberes.

Ao meu orientador, Nadir, por me colocar na posição de sujeito, por sua paciência e por sua insistência em acreditar em nossas capacidades. Por sua maneira de

nos trazer à realidade, o que o torna um verdadeiro exemplo de como ensinar, para além do ensino, mas, também para a vida.

Aos colegas do grupo de estudos, por nossas trocas, dúvidas, erros e momentos divertidos de análise em grupo.

À Instituição Sanatório Partenon, por abrir espaço à minha proposta, através de seu corpo técnico, diretores, médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas, guardas, recepcionistas, enfim, profissionais que vivenciam, diariamente, as emoções e os sofrimentos dos pacientes, sempre buscando um atendimento qualificado, sério e igualitário. Por sempre me fazer sentir em “casa”, quando estou neste espaço.

Às Assistentes Sociais desta instituição, queridas amigas, mulheres sensíveis, que afirmam, diariamente, sua competência, através da garantia dos direitos de seus usuários, sempre com um olhar ampliado e com postura ética. Essas “meninas” me ensinaram, durante meu período de residência - e continuam a ensinar - o valor do que podemos receber em troca, quando nos dedicamos e realmente apostamos no ser humano. Elas, com certeza, marcaram uma metamorfose, em minha identidade.

Enfim, dedico este percurso a todos aqueles que formam a minha fortaleza.

A FLOR E A NÁUSEA

*Preso à minha classe e a algumas roupas,
Vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjôo?
Posso, sem armas, revoltar-me'?*
*Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.
Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.
Vomitam esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres, mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem
Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Algunsachei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.
Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.
Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.
Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

(A rosa do povo – Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente estudo analisa o processo de constituição da identidade de egressos do sistema penitenciário em tratamento para tuberculose. Acredita-se que a escolha do tema proporcione novas discussões sobre a questão da tuberculose nas prisões e a constituição de estigmas na identidade e no reconhecimento do egresso, na medida em que se compreendam os fatores políticos, ideológicos e subjetivos implicados na constituição da identidade destes sujeitos. Conforme dados do inquérito radiológico realizado pelo Projeto Fundo Global Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) a prevalência de tuberculose no Presídio Central em 2011 é de 9,1% número que contribui para o título de Porto Alegre como capital com maior incidência de casos no país. O preso ao desenvolver a tuberculose ganha um reforço de estigmas pelo sistema penitenciário, pois a doença fora da prisão afirma uma identidade de desqualificado social. Para compreensão do conceito de identidade usamos a teoria de Antônio da Costa Ciampa (1998) compreendida aqui como *Sintagma Identidade- Metamorfose- Emancipação*. No que se refere ao *Reconhecimento* utilizamos a proposta de Nancy Fraser (2006) e as leituras de Giorgio Agamben (2010) sobre o Estado de exceção. A relevância da presente pesquisa associa-se à possibilidade de problematizar a relação da constituição da identidade de egressos da prisão em relação ao tratamento para tuberculose e os fatores que configuram as metamorfoses na trajetória de vida desses sujeitos na busca por reconhecimento e estratégias de emancipação.

Palavras-Chave: Identidade. Tuberculose. Prisão. Reconhecimento.

ABSTRACT

This study analyzes the process of identity constitution among egresses of the penitentiary system in tuberculosis treatment. It is believed that the choice of such theme provides further discussions on the issue of TB in prisons and the creation of stigmas on the identity and recognition of egresses, as it helps to understand the political, ideological, and subjective factors implicated in the formation of the identity of these subjects. According to data from radiological survey conducted by the Global Fund Project and the National Tuberculosis Control Program (PNCT), the prevalence of tuberculosis at "Presídio Central", a penitentiary, in 2011, is 9.1%, number that contributes to the city of Porto Alegre holding the title of capital with the highest incidence of cases in the country. The prisoner, when developing tuberculosis, gets a boost of stigmas by the prison system because the disease out of prison states a disqualified social identity. To understand the concept of identity, we use Antonio da Costa Ciampa's theory (1998), understood here as Syntagma Identity-Metamorphosis-Emancipation. With regard to Recognition, we use Nancy Fraser's proposal (2006), and the readings of Giorgio Agamben (2010) on the State of exception. The relevance of this research is associated with the ability to analyze the relation of identity constitution of prison egresses in relation to tuberculosis treatment and the factors that shape metamorphoses in the life trajectory of these subjects in the quest for recognition and empowerment strategies.

Keywords: Identity. Tuberculosis. Prison. Recognition.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese compreensiva sobre a narrativa de Athos	120
Quadro 2 - Síntese compreensiva sobre a narrativa de Aramis.....	132
Quadro 3 - Síntese compreensiva sobre a narrativa de Porthos.....	146

LISTA DE SIGLAS

CTC – Comissão técnica de classificação
CNPCP – Conselho Nacional de política criminal penitenciário
DEPEN–Departamento Penitenciário Nacional
DTP – Departamento de tratamento penal
FAESP – Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
LEP –Lei de Execuções Penais
OEA – Organização dos Estados Americanos
PCPA –Presídio Central de Porto Alegre
PNCT–Programa Nacional de Controle da Tuberculose
PRONATEC –Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SINAN – Sistema de notificações e agravos nacional
SUSEPE/RS – Superintendência de assuntos penitenciários do Rio Grande do Sul
TB – Tuberculose
TBRX – Tuberculose multirresistente

SUMÁRIO

1 PRIMEIRO ALINHAVO	13
2 APRESENTAÇÃO DOS ATELIÊS EM QUE SE DESENVOLVEM AS COSTURAS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL	21
2.1 A COSTURA SOCIAL DA PENA DE PRISÃO	21
2.1.1 O sucesso moldado como fracasso	25
2.2 AS CASAS DE ALINHAVO NO RIO GRANDE DO SUL	27
2.2.1 A criação de um grande centro de costuras	29
2.3 A COSTURA SOCIAL DA TUBERCULOSE	31
2.3.1 Retalhos sobre a tuberculose	32
2.3.2 O coser da TB no contexto brasileiro	36
2.3.3 Os retalhos no Rio Grande do Sul	39
2.4 BREVE ENTENDIMENTO SOBRE ALINHAVOS DA TUBERCULOSE NAS PRISÕES	40
3 TECENDO DIREITOS	42
3.1 OS CARRETÉIS DA POLÍTICA PÚBLICA	42
3.1.1 Costuras das Políticas Públicas no Brasil	43
3.2 A DIFERENÇA ENTRE OS TECIDOS PENAIS E CRIMINAIS	45
3.3 COSTURANDO AS POLÍTICAS PENAIS NO BRASIL	47
3.3.1 Estratégias da Tecnologia Disciplinar dos teares	50
3.3.2 Ateliês para administração e execução das peças	54
3.3.3 Amarrações entre preso e egresso	56
3.4 O BORDADO DA SAÚDE NO SISTEMA PENAL	58
3.4.1 A tuberculose como estatística e suas laçadas no sistema penitenciário	59
3.5 VISUALIZANDO O TECIDO DAS POLÍTICAS PENAIS	62
4 OS PONTOS DE COSTURA PARA CRIAR OS PERSONAGENS	64
4.1 A PERSONAGEM BORDADA PELA VIDA NUA: IDENTIDADE MATÁVEL	64
4.2 OS BORDADOS DO RECONHECIMENTO	77
4.3 O BROCADO QUE FORMA O SINTAGMA: <i>IDENTIDADE – METAMORFOSE – EMANCIPAÇÃO</i>	88
5 MÉTODOS DE TECER	100
5.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS	104

6 ESCOLHENDO OS TECIDOS	107
6.1 UMA BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE A ESCOLHA DOS NOMES DOS PERSONAGENS DA PESQUISA	110
6.2 NARRATIVAS DE VIDA	111
6.3 OS ENTRELAÇAMENTOS DOS ENREDOS NAS NARRATIVAS.....	148
7 COSTURAS FINAIS	158
REFERÊNCIAS.....	162

1PRIMEIRO ALINHAVO

E quando os prisioneiros se puseram a falar, eles próprios tinham uma teoria da prisão, da penalidade da justiça. Essa espécie de discurso contra o poder, esse contra discurso pelos prisioneiros ou por aqueles a quem se chamam delinquentes, é isso o que conta, e não uma teoria sobre a delinquência. (FOUCAULT, 2006, p.40).

No dia 26 de abril de 2013, a manchete de capa de Zero Hora, jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul, pertencente a mais importante rede de comunicação do Estado - estampava a seguinte notícia: *Agora vai? Tarso promete fechar o Central*. A questão fazia referência aos investimentos necessários, por parte do governo do Estado, para fechar o maior presídio gaúcho, também considerado como o pior do país.

A reportagem reforçava que se tratava de mais uma das vezes em que um governador prometia o fechamento do presídio, com informações dos valores necessários em investimentos. Para tanto, foram investidos em torno de 155,5 milhões em recursos federais, estaduais e parcerias com empreiteiras e estímulos às empresas privadas, destinados à construção e à possível privatização, com aluguel a ser pago posteriormente, pelo governo.

Tarso Genro é o quarto governador que promete o fechamento da instituição; no início de seu governo, a lotação do presídio chegou a ter 5,3 mil presos. Em janeiro deste ano, o local foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos – OEA, como “A masmorra do século 21”.

A reportagem segue, apresentando pontos interessantes, como o fato de que, mesmo com a extinção do presídio ou com a criação de mais 400 mil vagas para desativar o atual, surgiria outro problema: a cada mês, duzentos novos presos condenados ingressam no sistema prisional, via presídio Central e endereçados a outras instituições.

Todavia, um quadro comparativo, destacado num canto da página do periódico, chamou a atenção: apresentavam-se possibilidades de aplicação do valor necessário para a melhoria do sistema penitenciário, com comparações sobre o

valor que poderia ser aplicado. Por exemplo, com os 155,5 milhões supramencionados, seria possível construir 284 creches, 103 escolas técnicas, 7.777 postos de saúde ou 23 Unidades de Pronto Atendimento - UPA, conforme os cálculos da reportagem.

A análise da reportagem é interessante, por suas diferentes e possíveis ambiguidades de discursos. Escolheu-se o referido exemplo, ao iniciar este estudo, por entender que se trata de uma demonstração exata de como é entendida a situação do sujeito que é aprisionado no Rio Grande do Sul e no Brasil, de que forma sua identidade é construída, quais espaços e discursos são nomeados e endereçados para a transformação dessas identidades.

Vejamos duas possíveis interpretações para a reportagem: a primeira insinuará que não é que não devemos nos preocupar com os presos, mas sim, que se investíssemos mais nessas áreas, haveria menos necessidade de contornar o incontrolável – a desumanização que ocorre no sistema penitenciário – e, conseqüentemente, diminuiria a faculdade do crime e a estigmatização, que ocorre nos presídios.

A segunda possibilidade pergunta: por que o governo deve investir na melhoria da qualidade de vida dos presos? Afinal, esse dinheiro pode ser aplicado em outras questões básicas para a sociedade honesta, como a saúde e a construção de escolas, refletindo o que, de fato, importa ao eleitorado, uma vez que, os presos tem seus direitos políticos cancelados, ou seja, preso não vota.

Tal interpretação é a que predomina no senso comum, por toda a população. Defender bandido? Por quê? Alguns dizem: vamos investir nas políticas sociais para evitar que surjam novos criminosos. No entanto, o que se percebe é um aumento no número de crimes cometidos por adolescentes e uma crescente influência da mídia, na legalização da prisão dos mesmos. Existe investimento em políticas sociais e o governo alega ter tirado milhões da faixa da pobreza - o que, realmente, é verdade. Entretanto, até que ponto esses sujeitos não se tornaram dependentes de um reconhecimento que os exclui, com a fala de incluí-los?

Pensa-se que os discursos propostos e expostos na mídia gaúcha são claros: não há interesse em produzir respostas concretas para a questão dos problemas sociais que se reproduzem na nossa sociedade. Vivemos em um modelo de Estado que prega a crescente penalização das questões sociais, usando como forma de

sua manutenção o controle social repressivo, em resposta à ausência ou o enfraquecimento de propostas concretas para as desigualdades sociais, culturais e econômicas.

Vê-se um jogo interessante, em que é difícil observar as peças que se movem no tabuleiro. Na maioria das vezes, somente um enxadrista muito experiente pode perceber e movimentar-se, na conquista do xeque-mate.

É impossível, para aqueles que não percebem as manobras do jogo dos discursos ideológicos das relações de poder, que escorregam e se materializam nas ideologias que sugestionam a quase inevitável necessidade por consumo. Um poder que abstrai a sociedade de sua função protetora do indivíduo, criando ambientes de convívio que geram a angústia de viver somente para sobreviver.

É nesse jogo ideológico de falas produzidas e reproduzidas que se estipula o local para os que possivelmente serão presos e egressos das prisões. Esses sujeitos são apresentados à população, que os aceita, ou melhor, deseja visualizá-los dessa forma, já que torna-se mais fácil evitar uma real discussão sobre a situação.

Muitas vezes, os sujeitos são colocados, desde a infância, neste espaço de estigmatização, onde a carência da assistência pública manipula a falta de atitude, por parte de comunidades e de famílias que convivem e sobrevivem em meio à violência, que se torna parte de sua estratégia de convivência.

É claro que há exemplos de sujeitos que conseguem perceber as estratégias do jogo e conseguem sair dessas manobras, criando significados próprios para suas vidas, porém, a grande maioria não percebe para onde são encaminhados e seguem reproduzindo personagens que não são seus, mas, que lhe foram propostos. E, para esses personagens, são criados locais em que devem permanecer, mesmo estando livres: o espaço do egresso dos presídios -uma vez preso, sempre ex-preso.

E o que é a tuberculose, além do mais notável descaso com a sociedade ou a mais fácil forma de livrar-se da pobreza? Uma doença milenar, com um perfil de doente independente do local de moradia - destacando que Porto Alegre é a capital, em primeiro lugar no país, em casos novos por ano. A enfermidade pertence aos pobres, aos vulneráveis, à população em situação de rua, aos usuários de drogas e é uma presença constante nas prisões. É a forma mais clara de extermínio da vida

nua. O egresso que sai da prisão com a doença é a prova do descaso e a afirmação de que a pena de prisão cumpriu sua função de excluir e de segregar.

As questões que se busca discutir, neste estudo, a partir dessas reflexões sobre os discursos destinados aos sujeitos aprisionados e aos doentes de tuberculose, fazem referência à identidade do egresso do presídio, em tratamento para a tuberculose. Por esse motivo, a tentativa de ampliar o olhar para a questão da pena de prisão e da construção social da tuberculose tornou-se algo indispensável para o nosso objetivo que, em linhas exatas, é **analisar como se constitui a identidade de egressos do sistema penitenciário com tuberculose que, após a saída do presídio, buscam reconhecimento e emancipação.**

Como objetivos específicos, elencamos:

- a) conhecer como ocorre o tratamento para a tuberculose no presídio, a partir do proposto pela política do Programa Nacional de Controle da TB e do Plano Nacional de Saúde no Sistema Carcerário;
- b) investigar e compreender como se dão as formas de metamorfose, na constituição da identidade dos sujeitos da pesquisa;
- c) investigar e compreender como a busca por reconhecimento está articulada com o processo emancipatório dos sujeitos da pesquisa;
- d) identificar se os sujeitos da pesquisa percebem a nomeação de estigmas, no processo de reconhecimento;
- e) identificar se é dada, ao egresso em tratamento para tuberculose, uma identidade específica, dentro e fora do presídio.

A problematização da questão de pesquisa leva à identificação da construção da identidade desses sujeitos, o que necessita da busca de um referencial teórico que conceda explicações e questionamentos para a proposta. Desta forma, examina-se, na teoria de Identidade-Metamorfose-Emancipação, de Antônio da Costa Ciampa (1998), em sua obra, *A estória do Severino e a História da Severina*, a orientação para as análises.

A busca pelo entendimento da identidade solicitou que formulássemos a compressão do espaço onde ela se cria; para isso, buscamos nos trabalhos de Giorgio Agamben o conceito de Estado, onde se materializam as identidades desses

sujeitos. A forma de reconhecimento está baseada nos estudos de Nancy Fraser, apresentando, de forma breve, a compreensão hegeliana sobre o tema.

Pretende-se, também, discutir sobre o conceito de emancipação apresentado por Ciampa e, em uma tentativa de relação, avaliar qual a possibilidade da emancipação em um Estado de Exceção, conforme Agamben.

No intuito de responder tais questões, bem como elucidar o problema de pesquisa, de acordo com o objetivo geral e com os objetivos específicos, a partir do tema escolhido e do referencial teórico proposto, o trabalho está estruturado em seis capítulos.

O capítulo dois apresenta as características da construção social da Pena de Prisão e da Tuberculose, por serem estes os espaços, na pesquisa, onde a metamorfose dos sujeitos é estudada. No capítulo três, apresentam-se as questões referentes às políticas públicas, às políticas penais e às políticas e programas referentes ao tratamento da tuberculose no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.

O capítulo quatro pretende discutir sobre o referencial teórico e o conceito de identidade, que é usado como referencial teórico para conhecer o sujeito da pesquisa. O percurso metodológico e o paradigma epistemológico que embasam este trabalho são apresentados no quinto capítulo.

No capítulo seis, se quer apresentar as histórias que revelam as experiências de identidade, metamorfose e de reconhecimento na vida desses sujeitos. Ao final, são explicitadas algumas considerações sobre os achados da pesquisa.

Através deste estudo, objetiva-se, sem pretensões quanto ao certo ou ao errado, na tentativa de proporcionar que a fala dos egressos venha à tona, que seus significados sejam revelados e suas experiências compartilhadas.

Ao relacionar a realidade prisional, o indivíduo e as ordens que regem a prisão, podemos trazer uma contribuição ao debate acadêmico. Sobretudo, ao propor uma abordagem diferente da questão da identidade e da emancipação do egresso. A fim de compreender o universo do indivíduo que esteve preso, a partir de suas relações sociais - antes, durante e após o aprisionamento - produzidas oficialmente pela imposição do Estado e pelas práticas constituídas na dinâmica das relações sociais

Ademais, por se tratar de uma questão emergente, que amedronta e fascina o país, a situação do sistema penitenciário e a questão da saúde pública relacionada à

tuberculose, como presença nos presídios brasileiros, têm impacto nas configurações do espaço prisional, assim como as relações em seu interior, que se prolongam e manifestam nas relações além das estruturas do Estado e que se refletem nas condições de criação e de transformação das identidades.

Ao iniciar um processo de pesquisa, este não ocorre de modo linear: vai acontecendo em múltiplas dimensões e despertando diferentes sensações, que, por vezes, não são tranquilas e remetem, também, a lugares inesperados, com escolhas e caminhos a serem trilhados, sobretudo, em uma área do conhecimento que apresenta diversas implicações de escolha.

Como aponta Foucault (2003, p. 160), “não teria sentido limitar-se aos discursos pronunciados sobre a prisão. Há igualmente os que vêm da prisão”. Por esse enfoque, conhecer o que vem das prisões, ao invés de reproduzir o que se fala sobre elas, através deste trabalho, objetiva-se conhecer as construções sociais onde se realizam as experiências sociais dos egressos do presídio em tratamento para a tuberculose, os quais criam estratégias para sobreviver, cotidianamente, a um tratamento.

O trabalho visa compreender, a partir das discussões sobre identidade, como esse egresso, que possui uma identidade estigmatizada anterior ao aprisionamento, carrega o adoecimento do corpo, expresso na tuberculose e configura um adoecimento da alma. O homem sofre o controle do biopoder, tornando-se um corpo dócil, submetido ao controle do poder soberano.

A escolha do tema remete ao percurso pessoal da pesquisadora, por entre a realidade da tuberculose nos serviços de saúde e sua forte presença, em forma de descaso no sistema prisional. Sob essa perspectiva, não se poderia refletir e problematizar o sistema prisional e as políticas de controle e de tratamento da tuberculose, sem vivenciar alguns aspectos cotidianos deste processo social em curso.

Ao acessar este processo de pesquisa, tinha como referência pessoal a formação em Serviço Social, período em que acompanhei a situação do tratamento para HIV/AIDS, como profissional no aconselhamento em um Centro de Testagem e Aconselhamento em HIV/AIDS (CTA), no município de Canoas/RS, durante sete anos.

Já neste período, verificou-se a situação da tuberculose relacionada à coinfeção HIV/TB e a população que é afetada por tal situação. Depois de completada a formação, já como Assistente Social, ingressei na pós-graduação, em modelo de residência, pela Escola de Saúde Pública do RS (ESP/RS), com ênfase em Pneumologia Sanitária, desenvolvida no Hospital Sanatório Partenon - referência de atendimento e de pesquisa no Estado do RS para o tratamento da tuberculose. No local, há um serviço de atendimento terapêutico em HIV/AIDS (SAT) e um CTA, que são referência na região metropolitana de Porto Alegre/RS.

A vivência como residente, o dia a dia com os pacientes, neste espaço de minha grande afinidade, convivendo e participando de suas histórias de vida e relações familiares, inspiraram a busca por respostas aos questionamentos que geraram o objeto de pesquisa.

A participação em uma pesquisa sobre tuberculose no Presídio Central, junto aos médicos do Sanatório, causou forte impacto em minha percepção da situação prisional, aguçando a curiosidade por compreender o referido universo e as relações de doença e de aprisionamento, que parecem tão distantes, mas, que possuem uma ligação muito forte, na constituição das formas de controle do Estado sobre a sociedade.

Isso era algo instigante: a necessidade de um aprofundamento da compreensão, pois, os altos índices de tuberculose no Presídio Central sempre foram discutidos como dados epidemiológicos, com caráter clínico, onde não percebia a presença de uma discussão ampliada e multiprofissional, em que a tuberculose e a prisão fizessem parte de uma discussão, com ênfase na questão social, pela área das Ciências Sociais.

Segundo Spinoza (1983), são as afecções pelo objeto que tocam o pesquisador e o colocam em movimento, podendo aumentar ou diminuir as potências de agir. Assim, rompendo com uma visão de pesquisa que englobe apenas o agir *racional moderno*, pensa-se que, em muitos momentos, o contato com o universo de pesquisa, sobretudo, em suas dimensões de produção de dor, também afetaram, transformando minha potência em pensar sobre modos de enfrentamento delas.

Buscando a possibilidade de um pensar em movimento, pude compreender o meu lugar de sujeito na pesquisa, visto que existe um elo inseparável entre o sujeito

e o objeto. Ousa-se, neste texto, usar do artifício das vivências, através de exemplos de personagens de livros e filmes, como forma de clarear entendimentos.

A problematização acerca da relação sujeito/objeto passou a afetar, a partir de minha inserção como pesquisadora no ambulatório do Sanatório Partenon. Ademais, também passei a fazer parte dos mecanismos de controle metodológico (os quais pensei, analisei e questioneei) e, nesse sentido, a reflexão cotidiana quanto a essas práticas é indispensável ao processo que o produz.

A prisão e a tuberculose deve ser objeto de estudos de diferentes autores e áreas diversas, transcendendo discussões, outrora circunscritas apenas aos operadores do Direito e da Medicina, haja vista a necessidade de uma visão multidimensional e transdisciplinar, em relação ao tema.

Tentando encontrar uma visão transdisciplinar busca-se, neste estudo, criar uma costura para exemplificar a identidade como metamorfose, que é sempre transformação; são nós de uma costura que formam uma colcha de personagens que, conforme nossas experiências vão se apresentando.

Os sujeitos desta pesquisa possuem suas identidades entrelaçadas, com histórias de vida que buscam estratégias para novas costuras que os tornem participantes das relações sociais. Meu convite é para que seja permitido, através desta leitura, observar os espaços onde se interpretam esses alinhavos e que formam uma grande coberta, na busca da felicidade para a vida destes sujeitos.

2 APRESENTAÇÃO DOS ATÉLIÉS EM QUE SE DESENVOLVEM AS COSTURAS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Este capítulo objetiva analisar as características da construção social da Pena de Prisão e da Tuberculose, por serem estes os espaços, na pesquisa, em que a metamorfose dos sujeitos é estudada. Para tanto, o texto se estrutura em duas partes: na primeira, apresenta a história social da Pena de Prisão e seu contexto, no Rio Grande do Sul. A segunda etapa revela as características da presença da Tuberculose, no desenvolvimento das sociedades.

2.1A COSTURA SOCIAL DA PENA DE PRISÃO

As construções sociais, na medida em que são nomeadas e distinguidas, passam a ser assimiladas e disseminadas no real, incorporando-se aos indivíduos. E, para compreender como se manipula a construção social da pena de prisão, é que se aponta para o significado do termo Pena.

Para Abbagnano (2007, p.750), define-se Pena como “privação ou castigo previsto por uma lei positiva para quem se torne culpado de uma infração”. O conceito varia, de acordo com as justificações que lhe são dadas e com o objetivo que se tenha em mente: primeiramente, ordem da justiça; em seguida, salvação do réu; e, finalmente, defesa dos cidadãos.

A aplicação e a funcionalidade da Pena evoluíram, conforme o desenvolvimento das formas de poder em sociedade. Para sua aplicação, a pena necessita de uma autoridade e sua respectiva nomeação, que impõe a lei e o julgamento, se constituindo com o desenvolvimento político das comunidades da vida em grupos, em cidades e em Estados.

Nas cidades, tal papel cabia ao magistrado, como senhor da lei, com poderes políticos e religiosos. Coulanges (2003) salienta que os gregos usavam uma expressão geral para designar os magistrados, que dizia: *Oi entélei*, o que significa: *aqueles que devem realizar o sacrifício para a salvação da cidade*.

Foi, principalmente, com a função de defender a sociedade e a cidade, que se estabeleceu e perpetuou a pena. Sob esse ponto de vista, Abbagnano (2007) apresenta a Pena como:

- a) um móvel ou um estímulo para a conduta dos cidadãos;
- b) uma condição física, que põe o delinquente na impossibilidade de prejudicar.

Os filósofos acentuaram, sobretudo, o primeiro caráter. Aristóteles apud Abbagnano (2007, p.751) já notava que todos aqueles que não tiveram a sorte de receber da natureza uma índole liberal, privaram-se dos atos vergonhosos, só por medo das penas. Por sua vez, Hobbes apud Abbagnano (2007, p.752) afirmava que é ineficaz a proibição que não venha acompanhada pelo temor da Pena, o que inutiliza uma lei que não contenha ambas as partes, a que proíbe de cometer um delito e a que pune quem o comete.

Conceito que foi adotado pela filosofia jurídica dos Iluministas, no século dezoito - dentre eles, Cesare Beccaria, que fundamentou sua obra *Dei delitti e delle pene* (1764 -2002) - a pena não passa de motivo sensível para reforçar e garantir a ação das leis, de tal maneira, que exceda da necessidade de conservar a saúde pública, mesmo que injusta, por natureza.

As leis foram às condições que agruparam os homens, no início, independentes e isolados, à superfície da Terra. Na sua crítica ao modelo de justiça punitiva, preconizada no século dezoito, denunciava que:

Os dolorosos gemidos do fraco que é sacrificado à ignorância cruel e aos ricos covardes os tomentos terríveis que a barbárie inflige em crimes não provados ou em delitos quiméricos a aparência repugnante dos xadrezes e das masmorras cujo horror é acrescido pelo suplício ais suportável para os desgraçados a incerteza tantos métodosodiosos difundidos por toda parte teriam por força que despertar a atenção dos filósofos espécie de magistradosque orientam as opiniões humanas (BECCARIA, 2002, p. 12).

As Penas e punições tinham o caráter de controle social e de castigo aos pecadores, pelos governantes que as impunham, também, em função do status social a que pertencia o réu. Aconteciam em forma de suplícios e era comum a amputação de braços, a degola, a forca, o incêndio, a roda e a guilhotina, proporcionando um espetáculo ao público, que assistia às punições.

Em alguns casos, também, se usava como Pena, tornar o réu escravo. O aprisionamento como sanção penal existia somente para garantir o domínio físico da pessoa que aguardava o julgamento ou a punição imposta.

Os primeiros contornos do modelo de prisão adotados na modernidade, pelos povos ocidentais, apareceram na Grécia. Platão (1989, p.34) apresenta, no *Diálogo de Górgias*, a racionalidade da função da prisão, na Grécia:

Ora a cada castigado quando lhe impõe a pena acertada, o que compete é ou tirar proveito e tornar-se melhor ou servir de escarmento a outros, para que vendo-o sofrer a punição infligida, sintam medo e melhorem. Mas os que cometeram os derradeiros pecados e se tornaram por isso incuráveis, seu exemplo aproveita a outro, a quantos os vêem sofrer, pela eternidade, por causa dos pecados, os maiores, mais dolorosos e temíveis sofrimentos – meros avisos pendurados lá no Hades, **no calabouço**, para espetáculo e advertência perpétua aos faltosos, a medida que chegam (grifo do autor).

Conforme Chiaverini (2009), Platão em seu texto *As Leis*, a prisão se divide em três espaços: primeiro a prisão serviria para guardar as pessoas, prevenindo outros delitos. Segundo seria para aqueles criminosos recuperáveis e não teria função punitiva, mas, corretiva. A prisão punitiva ficaria no local mais distante e seria destinada aos agentes dos crimes mais graves e incorrigíveis. Em terceiro na prisão, por fim, existiria um total isolamento do criminoso do resto da sociedade, o que não terminaria nem com a morte, uma vez que seus restos mortais seriam jogados, sem sepultura, fora das fronteiras do país.

Durante a Idade Média, a religião cristã se afirmou, disseminando o Direito Canônico, modelo em que não existe a figura da prisão; o cárcere teria o poder de purificação, porque, através da reclusão e do sofrimento da alma, o homem se depuraria e purificaria os pecados. Tornava-se comum, então, o cumprimento da internação em prisões conventos.

A Pena de Prisão é uma construção em resposta aos desejos da sociedade, em cada época, para responder às suas transformações, estabelecendo o que fazer com aqueles que não podem estar inseridos nas referidas mudanças. Varia, de acordo com a forma com que cada sociedade lida com o indesejável, com aquilo contra o qual é necessário defender-se e que não deu certo.

Para tanto, manipulam-se maneiras de construir uma transformação para esses indivíduos, contudo, não esquecendo de lembrá-los quem são e até onde podem ir. Dessa forma, permeada por um discurso humanista, a Pena de Prisão, no entanto, é construída de forma utilitarista, disciplinadora, mecânica e burocrática, com caráter de *máquina*, que torna a prisão eficiente e insere o sistema punitivo na lógica formal da racionalização moderna.

Para Silva (2005), a máquina *prisão* é o desdobramento de outro *modus vivendi*, caracterizado pela sociedade disciplinar, cuja tecnologia punitiva ortopédica é exercida não mais como um espetáculo público, de forma capilar. Foucault (2006) referencia que o modelo de prisão moderna tem como efeito a transformação e a disciplina dos corpos.

O modelo de sistema penitenciário moderno surgiu na Europa, na passagem do século dezoito para o século dezenove e serviu, dentre outras coisas, como um laboratório para a constituição de um corpo de saber sobre o criminoso e seus delitos. As prisões desse novo modelo carcerário são tecnologias políticas típicas do novo modelo de sociedade: O Disciplinar, surgido no final do século dezoito, por ocasião da instalação do Estado-Nação (pós-Revoluções Americana e Francesa), em substituição à Sociedade de Soberania do Estado Absolutista (FOUCAULT, 2006).

Nas suas palavras, é a *Pena das sociedades civilizadas*, ou uma forma de definir o poder de punir como função geral da sociedade, que se exerce da mesma maneira para todos. Inicialmente, as prisões foram criadas para vigiar, punir e registrar, continuamente, o indivíduo e sua conduta, limitar seus espaços e controlar o seu tempo.

[...] é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar'; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe esta submetido, separa, analisa, diferencia. A disciplina 'fabrica' indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 2006, p.143).

Para cumprir esse objetivo, as prisões utilizaram-se de um projeto arquitetônico elaborado pelo empirista e jurista inglês Jeremy Bentham, em fins do século dezoito, o *Panóptico*, descrito assim por Foucault (2002, p. 62):

[...] era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc.. Na torre central, havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o exterior como para o interior, o olhar do vigilante podia atravessar toda cela; não havia nela nenhum ponto

de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, de postigos semi-cerrados de modo a poder ver tudo sem que ninguém, ao contrário, pudesse vê-lo.

O modelo do Panóptico exercia poder contínuo, disciplinar e anônimo, podendo ser acionado por qualquer um que estivesse na condição de fazê-lo e que pudesse estar sujeito aos seus mecanismos. Conforme Silva (2005), o controle externo induz ao controle interno. Chega-se à alma, a partir da exterioridade do corpo.

A prisão se constitui como um dos maiores exemplos de instituição disciplinar, onde as práticas de divisão e de classificação são estruturantes, para a criação de um poder de domínio.

A partir das considerações supramencionadas, a análise da prisão como instituição disciplinar propõe que se considerem os discursos que circunscrevem a máquina, entendendo sua criação não como imposição do sistema judiciário, pois neste, assim como na Medicina e na Psiquiatria, as normatizações educacionais fazem parte de um processo comum de legitimidade da sociedade disciplinar. Cabe, portanto, analisar o discurso do fracasso e do sucesso da prisão.

2.1.1 O sucesso moldado como fracasso

O discurso do fracasso da prisão possui aspectos que atentam para explicar o sucesso e, ao mesmo tempo, o fracasso da instituição prisional, apesar do reconhecimento explícito de sua falência.

Foucault (2002) usou do recurso denominado Processo de Sobredeterminação Funcional, que supõe, para sua constituição e realização, dois efeitos, um esperado e não realizado; e outro, inesperado, imprevisível e, no entanto, realizado, passando a tornar-se desejável. Ou seja, o sucesso torna-se fracasso e o fracasso, sucesso.

Nesse sentido, a prisão possui uma função contraditória: por um lado, é apresentada como paradigma da recuperação, baseada em proteger a comunidade contra alguns de seus membros, que constituem, intencionalmente, um perigo para ela; por outro lado, não demonstra, como finalidade imediata, o bem-estar dos que a ela estão submetidos.

Talvez devamos procurar o que se esconde sob o aparente cinismo da instituição penal, que depois de ter feito os condenados pagar por sua pena, continua a segui-los através de toda uma série de marcações (vigilância que era de direito antigamente e o é de fato hoje; passaporte dos degradados de antes, e agora folha corrida) e que persegue assim como “delinquente” aquele que quitou sua punição como infrator? Não podemos ver aí mais uma contradição uma consequência? Deveríamos então supor que a prisão e de uma maneira geral, sem dúvida, os castigos, não se destinam a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, a distribuí-las, a utilizá-las; que visam não tanto a tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo a penalidade não reprimiria pura e simplesmente as ilegalidades; ela as diferenciaria, faria sua economia geral (FOUCAULT, 2006, p. 240).

Sá (1996) refere que, ao produzir a delinquência, a prisão toma, para si, a função de diagnosticar, ao corpo social, quem será o criminoso habitual e quem optou pelo crime como forma de vida: “Diga-me por onde anda com quem anda, e direi quem é” (SÁ, 1996, p.71). Assim, questiona a sociedade, sob o egresso do sistema penitenciário. Ao acolher o ex-detento, o corpo social reconhecerá nele o neodelinquente, tratando-o com cautela necessária ou se beneficiando de sua nova qualificação.

Com a nova forma de produção e de concentração de riquezas, na sociedade moderna, tornou-se necessário instituir um novo perfil de delinquente, para conhecê-lo, controlá-lo e manipulá-lo. O controle da delinquência treinada e identificada justifica o aparato policial e judiciário, cujos papéis de vigilância vão muito além do controle da delinquência.

Marx (1975) sustenta que crime e prisão estão inseridos em um contexto de estabilidade econômica e, desse modo, o crime tira do mercado de trabalho uma parcela da população, reduzindo a competição entre os trabalhadores. A luta contra o crime absorve outra parte desta população.

O criminoso surge como um daqueles contrapesos naturais, que causa um balanço correto e abre toda uma perspectiva de ocupações úteis, pois, produz toda a polícia e toda a justiça criminal: juízes, carrascos, júri, etc.. Todas essas diferentes linhas de atividades formam, igualmente, muitas categorias da divisão social do trabalho e criam novas necessidades e novos salários.

O contexto percebido por Marx, conforme Sá (1996), em O Capital, é o do modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de

circulação, com a prisão criada e recriada, multiplicada e articulada com a economia capitalista, o Estado Burguês e a Igreja reformada e em reforma.

A violência, forjada e expressa pelo conteúdo e pela prática de leis sanguinárias e de assistência pública, encontrou, na prisão, um de seus instrumentos de excelência. A prisão - espaço natural da violência direta - além de desempenhar as funções de punição, de disciplinamento e de dissuasão para vadios, vagabundos e criminosos, também se articulou com a produção da mais-valia ou do valor excedente e com a assistência pública.

A prisão possui um papel bem definido, no modelo de sociedade moderna de modo capitalista, já que utiliza instrumentos que alienam os indivíduos, reforçam e estigmatizam personagens, dificultando uma emancipação dos sujeitos presos ou egressos do encarceramento. Dessa forma, se pensa que a função da prisão está na reprodução do paradigma ideológico dominante e não na recuperação dos indivíduos.

2.2 AS CASAS DE ALINHAVO NO RIO GRANDE DO SUL

A partir da década de 1930 do século vinte, atendendo às recomendações do Código Criminal de 1830, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul passou a legislar sobre o processo de reforma penitenciária, cujo princípio norteador era a ideia correcional, em que a prisão surgia como espaço humanizado para as penas.

Em 1855, foi inaugurada a Casa de Correção de Porto Alegre, construída na ponta do Arsenal, às margens do Guaíba, com a transferência de 195 presos do quartel do 13º Batalhão, que servia de prisão provisória.

O modelo de correção penal da Casa de Correção era centrado no trabalho dos presos. Mesmo sem levar em consideração o precário orçamento destinado ao andamento da casa, de acordo com Silva (2005), desde o primeiro ano de funcionamento, já existiam nove oficinas em atividade,

O regulamento da instituição organizava todo o trabalho das oficinas, definindo a separação dos presos, segundo as aptidões profissionais e de aptidão na prisão, dividindo-os em mestres, oficiais e aprendizes, além de especificar os horários de atividade, de descanso e os tipos de preso que tinham direito e

obrigação de trabalhar. Procurou, assim, atender muitos dos princípios dispostos no *panoptismo*.

Chama a atenção, neste regulamento, a concepção de trabalho, que permeia a lógica correcional/punitiva, sobretudo, por se tratar de uma sociedade escravista, que inicia o processo de supressão do trabalho compulsório. Vale ressaltar, ainda, que o sistema utilizado na Casa de Correção é o de Auburn¹.

Acerca da população carcerária, da época da inauguração ao início da década de 1920, destacam-se as questões étnicas: na Casa de Correção, em 1857, havia quarenta e três presos brancos e 136 não brancos e, em 1918, somavam 360 brancos e 230 não brancos, inversão de números que, provavelmente, se justifique pela presença de estrangeiros e imigrantes somando-se à proporção de não brancos, no Rio Grande do Sul.

Cabe salientar, ademais, a questão da superlotação no interior da casa, com uma capacidade para 200 presos até 1880; em alguns períodos, todavia, mantinha o dobro dessa população (SILVA, 2005).

Os dados atuais sobre o sistema penitenciário no Rio Grande do Sul apontam, conforme a Superintendência de Assuntos Penitenciários – SUSEPE/RS² – para uma população carcerária de 29.104 indivíduos, dentre os quais, 27.183 homens e 1.921 mulheres.

Da inauguração do modelo penitenciário, no Rio Grande do Sul, este estudo passa a apresentar a instituição moderna, considerada o símbolo de modelo da justiça penal gaúcha: o Presídio Central de Porto Alegre.

¹**Sistema de Auburn:** corresponde ao qual se soma ao encarceramento celular (noturno), atividades correcionais, educacionais e religiosas e uma rigorosa jornada de trabalho(SILVA, 2005, p. 34).

²**A Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe)** é um órgão do governo do Rio Grande do Sul, vinculado à Secretaria da Segurança Pública. Estruturada pela Lei 5.745, de 28 de dezembro de 1968, é responsável por planejar e executar a política penitenciária do Estado, vindo substituir os extintos Departamentos dos Institutos Penais. A Susepe surgiu da desvinculação administrativa das prisões da Polícia Civil, após o movimento nacional de criminalistas, penitenciaristas e defensores da humanização da execução das penas privativas de liberdade que almejavam a ressocialização dos presos, fato esse pioneiro no Brasil. Com isso, o trabalho passa a ser foco, neste novo conceito, deixando de ser visto como uma forma de punição, e se estabelecendo como um direito de todo o preso. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=185>. Acesso em: 16 fev. 2013.

2.2.1 A criação de um grande centro de costuras

O maior presídio do Rio Grande do Sul abriga, desde sua inauguração, em 1959, presos de todas as regiões do Estado.

O Presídio Central de Porto Alegre – PCPA – foi construído em um terreno localizado na, então, Chácara das Bananeiras, entre dois bairros periféricos, mas que, hoje, considerando-se a enorme expansão imobiliária ocorrida, estão dentro da cidade.

O presídio foi saudado como uma solução ao problema penitenciário que se avizinhava para uma cidade que sofria com os influxos de uma constante urbanização. A obra foi inaugurada inacabada, com treze mil metros quadrados de área útil, compreendendo dois pavilhões, com trezentos alojamentos para presos, em celas individuais, pavilhão para refeitórios coletivos, hospital com bloco cirúrgico e gabinete radiológico, salas de aula, capela, parlatório, auditório para quatrocentas pessoas, biblioteca, pavilhão de serviços gerais, com cozinha, lavanderia, padaria, câmaras frias e almoxarifado e outro pavilhão, para administração geral, oficinas de manutenção, alfaiataria, sapataria, artes gráficas, encadernação, serralheria, mecânica de veículos e carpintaria (DORNELLES, 2008, p.36).

O presídio foi, originalmente, projetado para ter celas individuais, banheiro, refeitório, em um número máximo de seiscentos presos. A construção foi, inicialmente, idealizada por grandes pavilhões, que, hoje, são denominadas galerias, com celas dos dois lados. Esses espaços foram planejados para uma pessoa só e sem banheiro individual. Havia apenas um banheiro coletivo, situado nos fundos da galeria (DORNELLES, 2008, p.37).

O presídio começou a receber cada vez mais detentos, até superlotar³. Essa situação, associada ao descaso estatal, foi produzindo reflexos danosos dos mais variados níveis, como se passará a expor, na sequência do estudo.

³ O presídio hoje, conforme dados colhidos pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), é um complexo constituído de pórtico de entrada, sala de visita, pavilhão administrativo, oficina de serralheria, gráfica, ambulatório, cantina e refeitório, almoxarifado, capela, setor de segurança, corredor, alojamentos da Brigada Militar⁶ e dez pavilhões: A, B, C, D, E, F, G, H, I e J, com nove pátios internos. A edificação tem uma área construída de 26 mil metros quadrados “que se encontra assentada sobre um terreno com área superficial de aproximadamente 90 mil m², apresentando as seguintes características construtivas: estrutura de concreto armado sobre fundações em estacas, elevações em alvenaria de tijolos maciços rebocados, cobertura em laje de concreto armado com telhamento de fibrocimento, esquadrias metálicas, pavimentação em

A capacidade oficial do PCPA é de 1.984 presos. A sua ocupação atual é superior ao dobro da sua capacidade oficial: aproximadamente 4.591 presos. Além disso, possui um elevadíssimo trânsito de detentos. Só no ano de 2011, passaram pelo PCPA, 24.382⁴ presos.

O Presídio Central de Porto Alegre que, até abril de 2012, contava com 4,640 presos, desde 2011, vem sofrendo interdições, com limitação de vagas para presos⁵. Segundo dados da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Nacional do Sistema Carcerário, o Presídio Central é considerado o pior do país, considerando-se a péssima estrutura do imóvel e o aglomerado em que os presos e os profissionais da segurança e saúde convivem, de forma insalubre, tornando o espaço um berçário para a proliferação de doenças.

Em junho de 2008, a CPI do Sistema Carcerário descreveu o Presídio Central de Porto Alegre como “uma masmorra, um inferno, onde um amontoado de gente sobrevivia em meio ao lixo e ao esgoto”⁶. Os integrantes da CPI utilizaram 120 das 512 páginas do relatório final da investigação, para mostrar como a situação no lugar conseguia ser pior do que a registrada na Colônia Agrícola de Campo Grande (MS), onde presos e porcos dividiam o mesmo espaço.

Em janeiro de 2013, foi encaminhada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA⁷, uma representação pela violação dos direitos humanos no

piso de concreto e ladrilho hidráulico, e instalações prediais próprias para a finalidade e tipo edifício”. Conforme SALDANHA, Marcelo Soares, Laudo Técnico de inspeção predial: Presídio Central (IBAPE/RS e CREA/RS). Disponível em: <http://www.crea-rs.org.br/site/documentos/Laudo_de_Inspecao_Presidio_Central_IBAPE_30_04_2012_Versao_Revisada.pdf>. Acesso em: 14 maio 2012.

⁴MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – **InfoPen**. Dados população carcerária. Referência 12/01/2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE9468B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 7abr. 2012.

⁵ Superintendência de Assuntos Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE RS). **Boletim informativo situação carcerária do RS**. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

⁶RELATÓRIO, CPI sistema carcerário. Comissão parlamentar de inquérito (CPI), Brasil, 2009.p.76. Disponível em: <<http://www.bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

⁷As entidades que compõem o Fórum da Questão Penitenciária no Rio Grande do Sul, entre elas a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – AJURIS encaminharam à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), o documento que

Presídio Central de Porto Alegre, com pedido de medidas cautelares contra o governo do Brasil e em benefício dos presos condenados e provisórios lá recolhidos, de seus familiares e dos visitantes, bem como dos servidores públicos, com atuação naquele local.

O documento, de 104 páginas, enumera as condições desumanas de tratamento e de abrigagem na instituição, mas, além disso, escancara, aos organismos internacionais, a negligência da sociedade brasileira para com a população carcerária e com os egressos do sistema.

Então, diante do exposto sobre a relação da função da pena de prisão na sociedade e a evolução deste modelo, que constrói o exemplo do Presídio Central, inicia-se a questão referente à tuberculose, como uma doença com forte referência nas populações empobrecidas e marginalizadas, com altos índices nas prisões e, principalmente, no PCPA.

2.3 A COSTURA SOCIAL DA TUBERCULOSE

A tuberculose (TB) teve seu agente etiológico, o *Microbacterium Tuberculosis*, descoberto em 1882, por Robert Koch. É uma doença infecciosa, de contágio por via aérea, transmitida de pessoa a pessoa, pela fala, pelo espirro e, principalmente, pela tosse de um indivíduo com tuberculose pulmonar.

Os sintomas mais comuns da doença são: tosse, febre, fadiga e emagrecimento, podendo ocorrer - ou não - hemoptise⁸. A tuberculose pode afetar qualquer órgão do corpo, todavia, a principal incidência é a da forma pulmonar.

denuncia a superlotação, defasagem estrutural, falta de saneamento, além do desmando, no interior das galerias e a institucionalização de uma perversa relação de comprometimento entre os detentos do Presídio Central, um reprodutor de criminalidade. O objetivo das entidades civis é que a OEA, a exemplo do que já fez em casos semelhantes de violação dos direitos dos presos, possa pressionar a União a intervir no Estado, para que se cumpram as sanções estabelecidas. As entidades, no entanto, esclarecem que ao melhorar o sistema prisional, se busca melhorar a segurança para toda a sociedade. Disponível em: <http://www.ajuris.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2863:entidades-denunciam-a-oea-situacao-do-presidio-central&catid=54:destaques&Itemid=50>. Acesso em: 13 jan. 2013.

⁸ **A hemoptise** é o sangramento proveniente das vias aéreas inferiores, cujas apresentações mais comuns são: tosse, com eliminação de sangue, ou saída de secreção pulmonar com sangue. Essa manifestação sempre requer investigação, ainda que a quantidade de sangue eliminada seja pequena.

É considerada uma doença milenar que caminha junto com o desenvolvimento cultural e econômico da humanidade.

Durante séculos, a moléstia atingiu diferentes classes sociais, no entanto, as informações e as imagens que evidenciam os doentes de tuberculose fazem referência às classes sociais com maior poder econômico, nas quais a doença adquiriu componentes de lirismo e de romantismo, presentes na figura de poetas, de intelectuais e de governantes, em diferentes épocas.

De forma geral, a tuberculose constitui uma dimensão de contato que extrapola o físico, estabelecendo componentes de exclusão e de reforço de estereótipos da miséria. A constituição de seu panorama como um *mal social* pode estar ligada à falência dos serviços públicos (Saúde, Segurança, Educação e Assistência) e ao enfraquecimento dos processos de autonomia do indivíduo em sociedade.

O processo histórico da doença a nomeou de diferentes formas, seguindo diversos conceitos: tísica, peste branca, febre das almas sensíveis, etc.. No contexto social de marginalização, pode ser considerada como a doença que vem do outro, presente no local aglomerado e sem higiene, onde não existe ordem, se estabelecem comportamentos degenerativos, com ar impuro e com más condições de vida. Mesmo com a evolução do tratamento médico terapêutico, prevalecem, ainda, essas concepções.

2.3.1 Retalhos sobre a tuberculose

Existem descrições da doença desde a Antiguidade. Hipócrates, impressionado com o emagrecimento progressivo e a debilitação do doente, designava a moléstia por tísica (*phthisis*, em grego), denominada enfraquecimento do corpo. Há relatos mais antigos acerca da presença da doença, encontrados em esqueletos do período neolítico, entre 7000-3000 a.C, na Alemanha e, também, nas múmias do Egito Antigo.

O que pode ser observado é que, desde o primeiro contato da humanidade com a enfermidade, o que se sabe sobre a tuberculose está ligado às classes superiores, como os sacerdotes.

Segundo Bertolli Filho (2001), a primeira evidência mais segura de tuberculose foi constatada em quarenta e quatro múmias bem preservadas, datando de 3.700 a 1.000 A.C., todas em Tebas; a maioria é da 21ª Dinastia do Egito. Esses achados revelam que muitos faraós foram tuberculosos e morreram extremamente jovens; no entanto, não há relatos da disseminação da doença entre o restante da população.

Durante a Idade Média – período em que as condições de vida dos camponeses e dos artesãos eram precárias as habitações constituíam como sede uma única peça, onde habitavam animais e pessoas, em ambientes úmidos e enfumaçados, com falta de higiene, o que facilitava a transmissão de doenças, como a peste bubônica – ou *Peste Negra*– e a tuberculose que, nesse período, era chamada de *Peste Branca*, para diferenciar-se da anterior (BERTOLLIFILHO, 2001, p. 56).

É neste momento, também, que a doença se torna um instrumento de reforço do poder do soberano, que se identifica como um ser místico, dotado de poderes divinos de cura. “Milhares de miseráveis que viviam em condições subumanas procuravam nos reis a cura através do Toque Real” (ARAUJO, 2009, p.43). Pensava-se que os reis recebiam o poder de curar, após serem consagrados pelos Santos Óleos.

Bailly (1950) relata que a *escrófula* – forma de tuberculose ganglionar – ficou conhecida, na Inglaterra antiga, como *Mal do Rei*. Encontra-se, nas crônicas de Eduardo, o Confessor (séc. X), o registro de curas obtidas pela imposição das mãos reais sobre a parte doente. Em livros da casa de Eduardo I, há anotações sobre quarenta e três pessoas tocadas pelo Rei, em quatro de abril; 192 pessoas na semana seguinte e 288 pessoas, na Páscoa do ano de 1277. Até Shakespeare refere-se à cura do toque real, em seu livro, *Macbeth*.

Assim, pode-se dizer que é graças aos relatos desse *Dom Real* que existem estudos acerca da população doente de tuberculose, na Idade Média. De outra forma, os relatos sobre a doença em indivíduos das classes populares somente ganharam amplitude através de índices estatísticos, cujos dados são, muitas vezes, abaixo da realidade, sem observar questões de relevância às condições de vida do doente (ARAUJO,2009).

O relato de um primeiro esboço de sistema de notificação e de controle da doença ocorreu no século dezoito. Devido aos altos índices de mortalidade por tuberculose, em toda a Europa, o rei Fernando VI, da Espanha, ordenou que os médicos informassem às autoridades de saúde todos os casos da enfermidade. Os doentes eram afastados da sociedade, o que reforçava a ideia de hereditariedade da doença, que passou a ser observada como uma enfermidade de família, ou algo que estava no lar (ARAUJO 2009, p. 44).

Na Renascença, por volta do século dezesseis, o médico Gerolamo Fracastoro (1478-1553) intuiu que a doença se transmitia por via aérea, por meio de um provável agente vivo, eliminado pelos doentes e recomendava o isolamento em sanatórios, como forma de controle da doença. As ideias de Fracastoro, entretanto, foram muito combatidas, predominando o conceito de transmissão da tuberculose pelos gases *podres* eliminados pelos pacientes – os denominados miasmas (BERTOLLIFILHO, 2001).

Somente em 1865, Jean Antoine Villemin (1827-1892) demonstrou, experimentalmente, a transmissão aérea da tuberculose, através do desenvolvimento da doença em cobaias expostas aos indivíduos doentes. Villemin propôs que um agente vivo seria o responsável por isso, um organismo que só seria identificado em 1882, por Robert Koch (ARAUJO, 2009).

Pode-se salientar que a prática do tratamento em sanatórios ganhou força no século dezenove, com a criação da ideia do tratamento dos doentes em locais fechados, onde deveriam permanecer e receber alimentação adequada, o que caracterizava uma prática comum, entre aqueles que possuíam condições financeiras para hospedar-se, nesses locais (BERTOLLIFILHO, 2001).

Sanatório e regime higienodietético configuraram a simbiose fundamental à cura da tuberculose, entrando por toda a primeira metade do século vinte até o advento da era da moderna quimioterapia. A fase dos sanatórios, com sua tonalidade dramática e romântica, muito contribuiu para impregnar a literatura e a dramaturgia. Ressalte-se, novamente, que essa mentalidade foi sustentada pelos tuberculosos ricos em cultura, ou em finanças, enfim, pela classe mais elevada (BERTOLLIFILHO, 2001).

Com a Revolução Industrial Inglesa e o surgimento da classe operária, ocorre o êxodo para os centros urbanos, nos quais o desenvolvimento das cidades, de

forma precária, amontoava trabalhadores, adultos e crianças, que viviam e habitavam em condições desumanas. As precárias vilas operárias, construídas, com frequência, em locais inadequados à qualidade de vida, porém, moldadas às exigências do capital, correspondiam às grandes construções arquitetônicas, como verdadeiros símbolos da burguesia.

Enquanto isso, massas de trabalhadores desenvolviam suas atividades por quinze ou mais horas por dia, quase sem descanso, subalimentados. Nesse período, os registros de mortalidade por tuberculose atingiram 800 por 100 mil casos, em cidades da Europa. Na segunda metade do século dezenove, a mortalidade tuberculosa, nas capitais europeias, ia de 400 a 600 por 100 mil, atingindo 30% da mortalidade geral (BERTOLLIFILHO,2001).

Em Paris, devido às reformas urbanas, promovidas pelo Barão de Haussmann, extensos quarteirões de casas populares foram demolidos. Multidões imensas de trabalhadores pobres (um em oito parisienses estava registrado na Agência de Indigentes) foram jogadas à periferia, em cortiços improvisados, geralmente, com uma única privada, sem esgoto, para mais de 100 pessoas. Nessas populações, os óbitos por tuberculose atingiam 80% da mortalidade geral (BERTOLLIFILHO,2001).

Já no início do século vinte, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), França e Alemanha contraíram tuberculose ativa, respectivamente, em oitenta mil e cinquenta mil combatentes. Um estudo clássico de Borrel, durante esse período, revelou que, perante o grande número de pretos senegaleses, recrutados pela França, para lutarem contra os alemães, apresentando números altíssimos da doença, exclamou-se o termo *ilneige* tuberculose (ARAUJO,2009).

Seguindo-se o contexto sobre a história da doença, percebe-se um total abandono no atendimento às populações pobres e doentes, o que reforça o estereótipo de exclusão que acompanha a doença, parecendo que ela somente tem significado, quando usada em favor de poucos.

2.3.2 O coser da TB no contexto brasileiro

Desde as primeiras conquistas territoriais e o processo de civilização dos povos bárbaros ou aborígenes, está presente, junto ao colonizador, a tuberculose, contaminando os conquistados, os quais, sem defesa imunológica, observaram o fim de sua população, vitimada pela doença.

Pôrto (2011,p.24) desenvolveu a tese de que "ante a terrível mortandade provocada pela tuberculose nessas populações expostas, essa doença foi um dos pontos cardeais, como maior aliado dos europeus nas conquistas dos povos autóctones".

No Brasil, durante a colonização, há registros de tribos inteiras dizimadas pela doença. Em uma das cartas do jesuíta Manoel da Nóbrega, este deixa claro o contato dos índios com a doença. Nóbrega (1517-1570), que era doente do pulmão, relata, em carta datada de 1557, que, frequentemente, cuspiam sangue e se sentia cada vez mais enfraquecido. Um ano depois, informava que tribos inteiras com as quais ele havia entrado em contato, não existiam mais (PÔRTO, 2011)

No início do século vinte, na cidade do Rio de Janeiro - onde a tuberculose era a maior responsável pelo número de óbitos registrados no município - foi que se percebeu sua forma diferenciada de contágio e de mortalidade. As condições de trabalho, de habitação e de acesso aos alimentos não eram iguais para todos (NASCIMENTO,2005).

A população do Rio de Janeiro, naquele período, era composta por duas classes: os imigrantes estrangeiros e de outros Estados; e os ex-escravos, que compunham a classe periférica, sem acesso a bens de consumo que garantissem condições sadias de vida. Ainda, havia a classe de proprietários do comércio e da indústria; e os funcionários da estrutura político-jurídica, que dispunham de condições de vida privilegiadas e de acesso aos serviços de saúde; estes, sim, tinham, ao seu dispor, uma condição de vida privilegiada, com direito aos serviços de saúde (NASCIMENTO, 2005).

Nascimento (2005, p.48), em *As pestes do século XX*, descreve as seguintes impressões sobre a cidade:

As ruelas que se multiplicam para os lados da Misericórdia [...] estreitas, com pouco mais de metro e meio de largura, são sulcos tenebrosos que

cheiram mal. Cheiram a mofo, a pau-de-galinheiro, a sardinha frita e suor humano [...]. casas onde a gente advinha, em fundos apodrecidos pela umidade e pelos anos, gatarrões hercúleos e cães violentos, todos em fúria, a despedaçar ratazanas colossais, quase tão grandes como carneiros.

O relato traduz a imagem da cidade e das condições de espaço urbano a que a população residente nela, estava exposta.

A criação, no Brasil, do primeiro hospital especializado no tratamento dos tuberculosos pobres ocorreu em 1886, em Cascadura, subúrbio do Rio de Janeiro. No mesmo período, os doentes ricos buscavam a cura na Europa, enquanto aqueles que tinham poucos recursos dirigiam-se às áreas montanhosas do Vale do Paraíba.

Os preconceitos contra os tuberculosos aumentaram após 1930, quando o país estava sob o mando de Getúlio Vargas (1882-1954). Os representantes do governo repetiam, com insistência, que a tuberculose era causada pelo comportamento desregrado. O doente do peito era duplamente traidor dos interesses nacionais porque não só deixava de trabalhar, como, também, passava a pedir esmolas para garantir seu sustento e o de seus dependentes. Ademais, falava-se que, por serem responsáveis pelo próprio adoecimento, os tuberculosos não deviam exigir o apoio do governo, sendo os pedintes chamados de subversivos (PÔRTO, 2007).

Em 1970, a saúde pública começou a desenvolver planos de vigilância epidemiológica, fazendo o levantamento de prevalência da infecção em escolares, para a implantação nacional da vacina BCG, por via intradérmica. Nessa época, foi criada a Rede Nacional de Laboratórios de Tuberculose, integrada aos Laboratórios de Saúde Pública de cada Estado (HIJJAR, 2007).

Em 1975, o Estado do Rio Grande Sul firmou o primeiro convênio com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) para o controle e a vigilância da epidemia, padronizando e introduzindo o tratamento de antibióticos tuberculostáticos (PICON; RIZZON, 1993).

No panorama atual, a doença adquire um caráter vinculado aos menos favorecidos. Observa-se que fatores, como a globalização, facilitam o deslocamento de pessoas e as viagens intercontinentais, o que contribui para o aumento da imigração dos países mais pobres e de alta incidência de tuberculose, para os países ricos.

A situação da tuberculose está intimamente relacionada à urbanização acelerada, ao aumento da pobreza e à má distribuição de renda, que é visível e aparente, na formação das cidades brasileiras. A toxicodependência, o alcoolismo e os comportamentos que se interligam com a pobreza clássica, ultrapassam na medida em que se associam ao abandono familiar, à desvinculação social, ao desemprego, à falta de cuidados de saúde, à inércia de cidadania e aos desabrigados, constituindo trechos e tipos de exclusões sociais, nos quais a tuberculose está presente.

No final do século vinte, já sendo vista com um fenômeno social, a tuberculose começa a ser discutida como objeto de responsabilidade do Estado e abre espaço para estudos epidemiológicos que conceituam as desigualdades sociais em saúde, criando propostas e formas de intervenção social.

Nessa mesma época, quando sua incidência volta a ser preocupante, seja pelo agravamento da miséria em um enorme contingente da população, seja pelo aumento da resistência bacilar, depara-se com a sua emergência, em função da coinfeção com a AIDS e ganha novo impulso, associando-se à outra patologia, que também está vinculada às desigualdades aos conceitos sociais (NASCIMENTO,2005).

Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde – OMS⁹, cerca de um terço da população mundial está infectada com o *Mycobacterium tuberculosis*. Sob risco, portanto, de desenvolver a enfermidade, anualmente, ocorrem em torno de oito milhões de casos novos e quase três milhões de mortes por tuberculose.

Nos países desenvolvidos, é mais frequente entre as pessoas idosas, as minorias étnicas e os imigrantes estrangeiros. Nos países em desenvolvimento, estima-se que ocorram 95% dos casos e 98% das mortes causadas pela doença, ou seja, mais de 2,8 milhões de mortes por tuberculose e 7,5 milhões de casos novos, atingindo a todos os grupos etários, com maior predomínio nos indivíduos economicamente ativos de 15 - 54 anos (OMS,2012)

Os homens adoecem duas vezes mais que as mulheres. As populações mais vulneráveis são: índios (incidência quatro vezes maior), presidiários (incidência

⁹WHO – World Health Organization. [periódica internet]2012. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso: 3 nov. 2012.

quarenta vezes maior) e moradores de rua (incidência sessenta vezes maior) (OMS,2012).

O Brasil que, juntamente com outros vinte e um países em desenvolvimento, alberga 80% dos casos mundiais da doença, apresenta, aproximadamente, oitenta e cinco mil casos novos por ano e cerca de cinco a seis mil mortes pela doença (MINISTÉRIODASAÚDE, 2002).

Em 2002, foi criada a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) foi reestruturado, sob a coordenação Geral de Doenças Endêmicas do Departamento de Vigilância Epidemiológica. A meta do Programa Nacional de Controle da Tuberculose é reduzir a transmissão do bacilo na população, através das ações de diagnósticos precoces e do tratamento adequado dos casos¹⁰.

A meta internacional estabelecida pela Organização Mundial da Saúde e pactuada pelo governo brasileiro é a descoberta e o tratamento de 70% dos casos de tuberculose e a cura de 85% dos mesmos (OMS,2012).

2.3.3 Osretalhos no Rio Grande do Sul

A história da tuberculose (e seu tratamento), no contexto gaúcho, confunde-se com a história do Hospital Sanatório Partenon - HSP, primeiro hospital público do Rio Grande do Sul destinado ao tratamento da doença, inaugurado em 1951 (SECRETARIADESAÚDE DORS, 2013).

O hospital foi construído dentro da proposta da antiga Campanha Nacional Contra a Tuberculose – CNTC, cujo fim principal era o isolamento dos doentes em hospitais (sanatórios), onde seriam tratados com tuberculostáticos– medicamentos específicos para o tratamento da tuberculose, criados na década de 1940 – e mantidos longe do convívio social e familiar, visando, com isso, diminuir a disseminação da doença (SECRETARIADESAÚDE DO RS, 2013).

A partir da década de 1970, com a maior resolutividade e disponibilidade dos medicamentos específicos para o tratamento da tuberculose, os períodos de internação passaram a diminuir, significativamente. Nesse período, são criados os

¹⁰BRASIL. Ministério da Saúde. Manual técnico para o controle da tuberculose. Brasília: **Caderno de Atenção Básica**, 6, 11-37, 2002.

ambulatórios de atendimento da TB, ou seja, começa a surgir a descentralização no atendimento, que se completa com o atendimento na atenção básica (SECRETARIA DE SAÚDE DO RS, 2013).

Hoje, o tratamento para a tuberculose é gratuito, em todo território nacional. Porto Alegre possui quarenta e cinco unidades de saúde com capacitação para o diagnóstico da doença. O ambulatório do Sanatório Partenon é referência para o atendimento, no município.

O egresso do sistema penitenciário tem acesso ao serviço, da mesma forma que os demais cidadãos. A partir do surgimento de sintomas, ele tem a liberdade para procurar a unidade básica de saúde mais próxima de sua residência, onde são realizados os exames para a detecção da doença e, posteriormente, se aceitar, será realizado seu tratamento.

Se for necessário um tratamento que tenha efeito de terceira linha¹¹, com medicações diferenciadas o paciente é encaminhado ao ambulatório do Sanatório Partenon, por ser esse espaço a referência para tal tratamento, no Estado. O que diferencia esse sujeito dos demais é a forma de contágio ou de contato com a doença: no momento da triagem, quando se pergunta se a pessoa já teve contato com alguém que tratou tuberculose, o egresso, por vezes, omite sua passagem pelo presídio, só vindo a confessar, na presença do médico.

Do momento de confissão para adiante, ele também, além de um paciente, é um ex-presos com tuberculose; o que passa a evidenciar um número a mais, dentre aqueles que testemunharam a epidemia, no sistema penitenciário.

2.4 BREVE ENTENDIMENTO SOBRE ALINHAVOS DA TUBERCULOSE NAS PRISÕES

A incidência de tuberculose é maior entre os presos do que na população geral; mesmo antes da prisão, muitos detentos estão expostos aos fatores de alto risco para a doença, como a desnutrição, a higiene escassa e as condições de vida inadequadas (AMARANTE, 2005).

¹¹**Terceira Linha:** É o tratamento para a tuberculose multirresistente ou para pacientes que possuem vários abandonos de tratamento e desenvolvem resistência a medicação convencional de 6 meses o tratamento pode ser de 1 ano ou 1 ano e meio.

A tuberculose causa uma quebra na sociabilidade do ambiente carcerário, que possui ordem interna própria, instituída por seus indivíduos. Nesse sentido, ela expõe o negativo, o que reforça o estigma de incurável, para alguém que não pode ser recuperado. A saída do presídio expõe outro processo da pena e da dupla penalização: a pena de prisão propriamente dita e o lamentável estado de saúde que o indivíduo adquire, durante a sua permanência no cárcere e que leva consigo, ao sair dele (AMARANTE, 2005).

Desse modo e, a partir do exposto, entende-se que, ao se referir à *crise no sistema carcerário*, fala-se em um planejamento ideológico do Estado moderno, visto que a problemática constitui um modelo de formação de indivíduos estigmatizados, isolando delinquências e destacando – ou ocultando – certas ilegalidades, em detrimento de outras.

Foucault (2003, p.9) explica que “a instituição prisão é, de longe, um iceberg. A parte aparente é a justificativa: é preciso prisões porque há criminosos. A parte escondida é o mais importante, o mais temível: a prisão é um instrumento de repressão social”. Isso representa um movimento que reconhece indivíduos e os classifica, impedindo sua metamorfose, ao regressarem do sistema penitenciário.

Como se pretende discutir, a partir deste capítulo, a tuberculose na vida do egresso é nada mais do que um reflexo do descaso com esses sujeitos e com toda a população.

A situação carcerária brasileira, com prisões superlotadas, onde seres humanos se amontoam em meio ao lixo, pensando em como sobreviver, é a redução da vida a um significado inferior ao de um animal.

Para aqueles que, realmente, detêm o poder, não há motivos para evitar ou controlar a contaminação por tuberculose nas prisões; ela tem o efeito de lembrar esse sujeito e a sociedade a que pertence quem ele é, quando volta ao seu meio social e a quem se delega cada papel. Ele é um preso, um egresso que, muitas vezes, já vivia em situação de vulnerabilidade e de estigmatização antes da prisão e que se contaminou, em um espaço que deveria lhe proporcionar uma ressignificação para a vida. Quando sai, não encontra, por vezes, motivos reais para tratar a doença, porque, para ele, esse é o único personagem possível.

3 TECENDO DIREITOS

Neste capítulo, discute-se a relação existente entre Política Pública e Política Penal no Brasil, o que sempre ocorreu de maneira independente, sem espaço para se pensar sobre práticas de inclusão ou de ressocialização dos apenados; ao contrário, quando se busca uma relação entre ambas, o intuito é afirmar um modelo de Estado que exclui, na tentativa de incluir. As prisões brasileiras contam uma história de tratamento desumano, degradante e criminalizador.

3.1 OS CARRETÉIS DA POLÍTICA PÚBLICA

As políticas públicas surgem, nos Estados Unidos, como disciplina acadêmica, com a intenção de romper com o modelo europeu de estudos e de pesquisa sobre o tema. O modelo europeu tinha como foco o Estado e suas instituições.

Nos Estados Unidos, adquire o status acadêmico, com foco de análise nos estudos sobre a ação dos governos. A partir desses estudos, compreende-se a política pública como resultado de um demorado e intrincado processo, que envolve interesses divergentes, confrontos e negociações, entre várias instâncias instituídas e entre os atores que delas fazem parte.

Conforme Souza (2007) pode-se resumir política pública como o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar tal ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações.

Sob um olhar holístico de análise da área, Souza (2007) ainda afirma que as políticas públicas não necessitam de coerência teórica e metodológica, mas sim, que comportem vários olhares que após sua formulação se desdobrem em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e grupos de pesquisa e que permaneçam submetidas aos sistemas de acompanhamento e de avaliação, após serem colocadas em prática.

Quanto mais atores sociais ou institucionais fizerem parte do espaço político, mais amplo este será sendo a política pública o resultado dos consensos estabelecidos entre os mesmos. Logo, compreende: um conjunto de atores ou de

grupos de interesses, que se mobilizam em torno de uma política; instituições, cujas regras de procedimento impedem - ou facilitam - o acesso de atores às arenas decisórias; processo de decisão, em que os atores estabelecem coalizões e fazem escolhas para a ação; e produtos do processo decisório ou política resultante.

As políticas públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado este que determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos, onde faz uma síntese dos principais teóricos que trabalham o tema das políticas públicas relacionadas às instituições que dão a última ordem, de como o dinheiro sob forma de impostos deve ser acumulado e de como este deve ser investido, e no final fazer prestação de conta pública do dinheiro gasto em favor da sociedade (SOUZA, 2006, p. 24).

Analisando-se sob uma perspectiva não estatal, o termo público, em associação à política, não é exclusivo ao Estado e se refere, sim, à coisa pública, ou seja, à coisa de todos. Pereira (2009, p. 173) refere “Que compreende todos, inclusive, a lei que está acima do Estado no atendimento de demandas e necessidades sociais, sob a égide de um mesmo direito e com o apoio de uma comunidade de interesses”. A política pública teria, então, a função de integrar não somente como inserção no mercado de consumo, mas, como rede de solidariedade e de desenvolvimento da cidadania.

3.1.1 Costuras das Políticas Públicas no Brasil

A década de 1980 consolidou a democratização do país, o que permitiu a elaboração da Constituição Federal de 1988. Pode-se afirmar que a construção da nova carta ocorreu de forma intensamente participativa. Disso decorreu o apelido que lhe foi dado: Constituição Cidadã.

O modelo de proteção social, instituído pela Constituição no Brasil, segue os moldes recomendados pela Convenção nº 102/1952, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹², caracterizado como:

Proteção social que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra maneira, provocariam o desaparecimento ou forte redução dos seus rendimentos em consequência de enfermidade, maternidade,

¹²Organização Internacional do Trabalho – OIT. **Convenção nº 102**. Normas Mínimas da Seguridade Social. Genebra, 1952. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/node/468>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

acidente de trabalho, enfermidade profissional, emprego, invalidez, velhice e morte, bem como de assistência médica e de apoio à família com filhos (OIT 1952 p.15).

O sistema de seguridade, que se executa sob a égide desse conceito, persegue a proteção social aos indivíduos e aos respectivos grupos familiares, acometidos por riscos sociais. Estes são socorridos diferenciadamente, por um sistema de Previdência Social, de caráter contributivo; por um sistema de Assistência Social, gratuito e dirigido a populações pobres, sem capacidade contributiva; por um Sistema Único de Saúde, de caráter gratuito e, finalmente, por um subsistema de seguro-desemprego, inserido na rede de competências do Ministério do Trabalho e Emprego.

A regulamentação setorial do sistema de seguridade social – Leis Orgânicas da Previdência (Leis nos 8.212 e 8.213 de junho de 1991 – de Custeio e Benefícios da Previdência Social); Lei Orgânica da Saúde (8.080 de setembro de 1990 e 8.142 de dezembro de 1980) e Lei Orgânica de Assistência Social (8.742 de dezembro de 1993); Lei nº 7.998 – janeiro de 1990 (Seguro-desemprego) estruturou o sistema de seguridade social brasileiro.

A partir da Constituição de 1988, as políticas públicas brasileiras teriam como uma de suas finalidades mais importantes dar cumprimento aos objetivos fundamentais da República, previstos no artigo 3º da Constituição Federal. Assim, por intermédio da garantia dos direitos sociais, buscou-se:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) erradicar a pobreza e a marginalização;
- c) reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- d) e promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação.

Para tanto, a Constituição combinou medidas que garantem uma série de direitos sociais, ampliando o acesso da população a determinados bens e serviços públicos.

Todavia, sabe-se que, no Brasil, a definição legal de direitos não significa o exercício dos referidos direitos. Para Wolff (2005, p. 07),

A existência legal é apenas uma etapa de um processo que pode se resumir a existência da lei. A política pública brasileira vem se reordenando na resposta a diferentes momentos políticos e econômicos do país, porém mantendo sempre um caráter fragmentário e emergencial, normalmente direcionada a buscar sustentação e legitimidade para os diferentes governos que se sucedem. É nesta perspectiva que são aceitas (sempre parcialmente) as demandas e as reivindicações das classes menos favorecidas.

No contexto da manutenção de poderes é que a classe dirigente no Brasil, historicamente, se mantém subordinada ao poder econômico interno e externo. Nesse sentido, a concretização de um pensamento político emancipatório é impossível.

3.2 A DIFERENÇA ENTRE OS TECIDOS PENAIS E CRIMINAIS

Madeira (2008) explica que, no âmbito das políticas públicas, dois tipos de políticas são fundamentais para possibilitar a compreensão: as políticas criminais, também chamadas de políticas públicas penais e as políticas sociais. No âmbito penal, as políticas públicas são conceituadas ora como políticas criminais, ora como políticas públicas penais. É comum, também, nessa área de estudos a utilização do conceito de políticas de segurança pública, de maneira geral, caracterizando as atuações e os procedimentos nesse campo, ainda entendido como de responsabilidade do Estado.

Há, também, a inversão conceitual de política de segurança, entendida como um direito constitucional, voltada à garantia de segurança como bem público e como direito fundamental.

Delmas-Marty (2004) define política criminal como um campo aberto e não delimitado pelo Direito Penal, uma vez que as práticas penais não estão sozinhas, encontrando-se englobadas por outras práticas de controle social: não penais, não repressivas e até mesmo não estatais.

O conjunto de procedimentos por meio dos quais o corpo social organiza as respostas ao fenômeno criminal e como qualquer outra política, constitui uma forma de organização da vida social, propondo valores e agindo para atingir um objetivo. No entanto, tal política tem por objetivo a garantia da coesão e sobrevivência do corpo social, definida em função de linhas ideológicas que estão relacionadas ou são determinadas pela organização da estrutura socioeconômica da sociedade (DELMAS-MARTY, 2004, p. 134).

Sobre rede penal, Delmas-Marty (2004) compreende um sistema de relações complementares que permite uma troca de relações entre o Estado (relação com as instâncias estatais) e a sociedade civil. (relação com as instâncias societárias). Depois de compreender sobre a política criminal, vê-se o conceito de Adorno (1991), para definir políticas públicas penais:

Um conjunto de normas, meios e procedimentos técnicos adotados pelo Estado para prevenir a criminalidade, conter a delinquência, promover a reparação de um bem atingido pela ofensa criminal, custodiar cidadãos condenados pela justiça, realizar a segurança da população. Quanto à natureza, algumas dessas políticas enfatizam a repressão do ato em si, definido legalmente como crime ou contravenção, e outras priorizam os agentes, tentando intervir no seu suposto potencial 'criminogênico' (ADORNO, 1991, p. 67).

Na interface entre a política criminal e a política social, estudos sobre a segunda são demarcados pelo objetivo da política pública, pois, a política social corresponde a um gênero da política pública que focaliza sempre as questões que buscam resolver os problemas da área e seus resultados.

Segundo Pereira (2009), as políticas sociais são políticas de ação integrantes do campo de conhecimento, denominado *Polyce Science*. Fazem parte deste grupo todas as políticas que requerem a participação ativa do Estado sobre o controle da sociedade, no planejamento e na execução de procedimentos e metas voltadas à satisfação de necessidades sociais.

Em termos objetivos, as políticas sociais, em conformidade com Villalobos (2000), devem gerar segurança, entendidas como uma necessidade vital do ser humano, no que concerne não somente às condições materiais de vida, mas também, à dimensão subjetiva: reconhecimento de dignidade humana, singularidade individual e identidade social.

Em uma análise mais filtrada, talvez, se possa perceber a rede que se forma nessas relações e que podem gerar respostas para questões cruciais no país, com relação à violência criminal e à adoção de uma política criminal sempre mais dura, aumentando, cada vez mais, a superlotação carcerária.

3.3 COSTURANDO AS POLÍTICAS PENAIS NO BRASIL

Para abordar o tema das Políticas Penais no Brasil, cabe lançar alguns questionamentos sobre o funcionamento da sociedade e sua relação com a questão social, sobretudo, com o advento da modernidade e o processo de urbanização. As tensões entre campo e cidade, as fundações dos sindicatos, os descompassos entre o desenvolvimento econômico e o social, as conquistas de direitos e outros, são fatores essenciais para se entender como funciona a sociedade urbana brasileira.

A República recente se depara com impasses, como o pacto social, a reforma agrária, as migrações internas, a exclusão das minorias, os movimentos sociais e outros. Cada uma dessas dificuldades contém, em si, seu grau de importância e de urgência, na sociedade.

Para Ianni (1989), o que está sempre em jogo, na problemática brasileira, é a relação dos vários segmentos da sociedade com o poder estatal. Para se analisar a questão social brasileira, deve-se considerar acontecimentos essenciais, como a Abolição da Escravatura e o fim da Monarquia e o poder estatal, que ora se deu de maneira autoritária, ora democrática (rupturas ocorridas nos anos de 1922, 1930, 1937, 1945 e 1964).

Depois do fim da escravatura, quando já se viam problemas sociais transparentes e fixos, porém, impassíveis de serem negociados, com a adesão do trabalho livre e remunerado, as questões sociais se mostraram abertas ao debate. Os antagonismos e os impasses sociais passam, agora, a serem suscetíveis de debate, de controle ou de mudança social.

A partir de 1880 e 1930, com a mudança do modelo agrário-exportador para o formato da indústria e do trabalho livre, a sociedade brasileira desenvolveu maior dependência da política econômica, face à dinâmica do mercado externo e do comércio, cada vez mais internacionalizado.

Nos anos de 1930 e, mais ainda, nos anos de 1950, houve uma injeção de investimentos, nos seguimentos estratégicos, como indústrias, serviços de infraestrutura urbana, comunicações, energia, etc.; porém, poucos desses recursos foram destinados aos conflitos da sociedade. Com isso, observa-se o desnível entre o poder estatal, o qual sempre cresceu junto com a economia e a sociedade civil, que empobrece, cada vez mais, em função do primeiro.

E, assim, nasceu a desproporcional urbanização brasileira, a qual, segundo a interpretação dualista, fornece as razões da existência de dois Brasis. Analisando-se a renda *per capita* do país, pode-se dizer que a concentração de renda para poucos, em um país de muitos, é o motivo principal para problemas, como a fome, as más condições sanitárias e a falta de habitação digna. Ademais, a dificuldade de acesso à terra, à educação, ao emprego, à saúde, à habitação, às garantias trabalhistas, aos direitos políticos e à cidadania compõem a questão social brasileira (IANNI,1989).

É no período da crescente urbanização e industrialização, que é sancionado o Código Penal, ainda vigente. O decreto-lei nº 2.848, datado de 7 de dezembro de 1940, contextualiza os delitos e delimita as penas previstas a cada um. Inspirado no Código Penal Italiano de 1930 entrou em vigor no Estado Novo, governado por Getúlio Vargas.

Adorno (2007)relata que as inovações introduzidas no Código Penal de 1940, em termos de execução da pena, que poderiam reverter os cenários e as condições de habitabilidade, como superlotação, privações deteriorizaçãomaterial, violência e arbitrariedades em que se encontravam as prisões no Brasil, só muito limitadamente foram colocadas em prática.

Desde meados do século passado, as políticas penitenciárias seguem as mesmas diretrizes, pouco se renovando: são concebidas como respostas às emergências provocadas pelo crescimento dos crimes, pelas rebeliões e fugas, pelas duras condições do encarceramento, pela instabilidade das instituições prisionais sempre a reboque de mudanças inesperadas em suas direções, o que gera inquietações na massa carcerária, fonte frequente de levantes e motins.

Percebe-se, nas décadas seguintes, a criação do código, o forte autoritarismo político dos governantes sobre a ação penal, o que permitiu a prisão de pessoas com ideologias políticas contrárias às dos governantes (presos políticos), que passavam a ocupar espaços prisionais junto aos condenados comuns, contribuindo para a conscientização e o reconhecimento de direitos sempre negados aos reclusos comuns.

Durante a ditadura militar (1964-1985), o sistema penitenciário foi completamente envolvido pela política de segurança nacional. Adotando como diretrizes a contenção da oposição política e da criminalidade a

qualquer custo e o encarceramento arbitrário de suspeitos e perseguidos, essa política contribuiu para a superlotação das cadeias públicas e presídios (ADORNO, 2007, p.24).

Para Adorno (2007), o retorno ao Estado democrático de direito, a partir da segunda metade da década de 1980 e a implantação de políticas públicas e sociais de garantias e de direitos individuais e coletivos, não alterou substantivamente o quadro das irregularidades referentes ao trato dos presos, a despeito das mudanças institucionais que foram sendo introduzidas.

Por largo tempo persistiram: prisões para averiguações sem ordem judicial; assombrosa atividade clandestina das organizações paramilitares; elevada impunidade nas graves violações de direitos humanos, mesmo naquelas de responsabilidade direta do Estado, tal como torturas como métodos usuais de investigação nas delegacias e distritos policiais; arbítrio na aplicação das normas regimentais, nisso incluído o uso de celas fortes como instrumento de contenção e repressão da massa carcerária e maus-tratos impingidos cotidianamente aos presos. Ademais, a ausência na proteção de direitos consagrados em convenções internacionais (direito ao trabalho, profissionalização, escolarização, tratamento humano digno, assistência jurídica e social) colocou em evidência, nos dez anos seguintes ao retorno do país ao estado de direito (1985-1995), a falência das prisões (ADORNO, 2007, p.26).

O que se percebe é a busca pela efetivação da harmônica integração social e a manutenção de um sistema de burocracias, que supõe a presença e a ação conjunta de uma complexa tecnologia disciplinar, que seleciona alguns puníveis e oculta problemas que sustentam a estrutura de dominação, invariavelmente presente na história política e social do Brasil.

Para isso, foram criadas e recriadas estratégias para a manutenção deste sistema e, durante as décadas seguintes, foram apresentadas as propostas do anteprojeto ao Código Penal Brasileiro; porém, a Reforma Penal aconteceu somente em 1984, com a Lei nº 7.210. A Lei de Execuções Penais (LEP) reformou a parte geral do Código, a fim de minimizar os problemas prisionais e, principalmente, reduzir a população carcerária.

2.3.1 Estratégias da Tecnologia Disciplinar dos teares

Conforme Sá (1996) a tecnologia presente na LEP compreende a racional distribuição do tempo e do espaço ocupado pelo prisioneiro. Essa amostra técnico-disciplinar deve estar disponível no estabelecimento penal de cunho punitivo ou terapêutico. Tanto em um, como em outro, o intuito é proporcionar condições para a harmônica recuperação social do condenado e do internado, com base nas Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros, aprovada pelo Conselho Econômico e Social da ONU, através da sua resolução 663 C I (XXIV), de 31 de julho de 1957, editada pela resolução 2076 (LXII) de 13 de maio de 1977.

Em 25 de maio de 1984, através da resolução 1984/47, em que o Brasil é signatário, a partir da qual, em 1995, também se fixaram as “Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil”, de acordo com a Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, com características da execução penal a uma postura de respeito aos direitos humanos.

Art. 1º. As normas que se seguem obedecem aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e daqueles inseridos nos Tratados, Convenções e regras internacionais de que o Brasil é signatário devendo ser aplicadas sem distinção de natureza racial, social, sexual, política, idiomática ou de qualquer outra ordem (BRASIL, 1995).

O modelo da LEP, em vigor até hoje, busca a prevenção do crime e a recuperação do criminoso, apresentando, de forma inovadora, um conjunto de direitos e de obrigações do Estado para com o preso e, também, do preso em relação à sociedade. Em seu artigo 1º, enfatiza seu objetivo de efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (CFESS, 2006, p.19).

No artigo 3º, afirma a garantia de direitos universais: “Ao condenado e ao internado serão assegurados os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei” (CFESS, 2006, p.19). Esclarece, por conseguinte, que não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política e destaca a importância da sociedade como fator para a efetividade da pena de prisão: “Art. 4º O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança” (CFESS, 2006, p.19).

A lei tece, a partir de seu capítulo segundo, um sistema de assistência ao preso e ao internado - que é dever do Estado - objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, porque estende-se ao egresso: “Art. 11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI – religiosa” (LEP, 1984).

A lei explicita estratégias constitutivas do processo punitivo-disciplinar desenvolvido na prisão: classificação, assistência, trabalho, deveres e direitos, disciplinas e regimes. Conforme preconiza a LEP, quem classifica os sentenciados é a Comissão Técnica de Classificação (CTC), existente em cada estabelecimento penal.

A CTC é uma inovação da lei para que, efetivadas as orientações sugeridas no exame criminológico, se processe a individualização da pena. É composta por, no mínimo, dois chefes de serviços, um psiquiatra, um psicólogo, um assistente social e é presidida pelo diretor, quando se trata da pena privativa de liberdade.

A cadeia pública, como prevê a LEP, se destina ao recolhimento de presos provisórios e não de sentenciados, condenados ou internados. Porém, apesar dos avanços que a lei busca apresentar, em se tratando de direitos, no que diz respeito à ação do Estado, a cadeia pública guarda maior número de presos do que os estabelecimentos a este fim destinados.

O trabalho prisional está previsto no artigo 28 da lei: o trabalho como meio para correção está presente na estrutura das casas de correção, criadas no início do século vinte, no Brasil, dentre elas, a Casa de Correção de Porto Alegre que tinha no trabalho penal o principal elemento da ortopedia penitenciária - princípios presentes no sistema de Auburn¹³.

Ao trabalho do preso é atribuída a conotação disciplinar da atividade laboriosa, exigida para a produção e a reprodução do capital, que se verifica nas origens das “casas de trabalho¹⁴” erigidas e instituídas anteriormente à invenção da prisão como estabelecimento penal por exigência, dos tempos modernos.

¹³ As características deste sistema já foram citadas no capítulo 2.

¹⁴ **As casas de trabalho** têm origem na Poor Law, de 1601- Lei britânica que estabelece os conceitos ao atendimento de assistência aos pobres, a partir do século XVII. A Poor Law instituía as Poor-Houses ou Almshouses (asilos ou hospícios) e as Workhouses. Para onde eram encaminhados os capazes para o trabalho, mas, se negavam a fazê-lo, os corruptos. O acesso às casas de trabalho dependia de rigoroso inquérito da vida pessoal e familiar dos solicitantes. Eram conhecidas também

Sá (1996) chama a atenção para as seguintes considerações que a leitura da lei permite, ao definir o trabalho do condenado como dever social e condição de dignidade humana e ao declarar que o condenado à pena privativa de liberdade está obrigado a trabalhar.

Primeiramente, ela concorda com o princípio moral de que todo o cidadão, em condições normais de existência, seja efetivamente trabalhador: inicialmente, porque se configura um dever; depois, porque é uma condição de dignidade humana. Ao obrigar o condenado a trabalhar, a lei está pressupondo a mesma obrigatoriedade aos que se encontram em liberdade.

E segundo, para os que podem viver de rendas, o trabalhador é livre e continuará assim. Aos demais, o trabalho já obrigatório antes da prisão - permaneceu obrigatório na execução da pena e, em nível de discurso do Estado, continuará obrigatório, no retorno e no prosseguimento da vida em liberdade. Há uma expectativa social, expressa pela LEP, de disciplinar determinados setores sociais das classes subalternas, ao mesmo tempo em que os pune, pela privação de liberdade.

Zaluar (1994) afirma que o trabalho tem uma função primordial nas prisões, uma vez que uma das ideias mais disseminadas e mais presentes, entre as classes populares, é a de que os pobres, para sobreviver e para se tornarem cidadãos, precisam trabalhar neste país.

Ora, se o trabalho é assim entendido, compreende-se porque o ócio dos presos é um tema que provoca indignação entre os de fora da prisão. Por não terem de trabalhar, os prisioneiros, nesta ótica, são considerados privilegiados, livres da escravidão do trabalho.

É claro que se trata de um elemento a mais a compor o estigma do prisioneiro e acabar por dificultar-lhe a convivência social. Essa é exatamente a percepção que tem o preso acerca de sua imagem social e da trágica situação sem saída que lhe reservou a estada no estabelecimento prisional.

Todavia, as discordâncias referentes ao trabalho prisional manifestam-se através do próprio discurso legal, no que se refere ao destino a ser dado ao produto

como casas de correção, onde os trabalhos forçados e a restrição alimentar eram as penas mais brandas para todos independentes da idade.

da remuneração, recebido pelo sentenciado como forma de pagamento e de símbolo preferencial de desempenho do referido trabalho.

Mas, que o trabalho prisional impeça a ociosidade e faça passar o tempo nos parece óbvio, porém que ele seja produtivo, temos dúvida. Dúvida que nos parece fundada principalmente em seu artigo 29 parágrafo 2º diz: 'o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo'. A seguir o parágrafo 3º adverte: 'as tarefas executadas como prestação de serviço a comunidade não serão remuneradas'. Observa-se certa tendência na LEP em confundir salário com produção (SÁ, 1996, p. 121).

O que se observa é que a expectativa social referente à lei e sua materialidade no estabelecimento penal receba do tribunal o sentenciado e devolva à sociedade o cidadão refeito e perfeito. Para tanto, o legislador foi mais além: prescreveu a continuidade da assistência ao condenado e internado, inclusive, em sua condição de egresso do sistema penal.

Nos artigos 25 e 27, esclarece o conceito de egresso como: o liberado definitivo, pelo prazo de um ano, a contar da saída do estabelecimento; o liberado condicional, durante o período de prova. A assistência ao egresso consiste: na orientação e no apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; na concessão, se necessário, de alojamento e de alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses e cabe ao serviço de assistência social colaborar com o egresso para a obtenção de trabalho¹⁵.

Conforme apresentado, é possível observar que, apesar das sutilezas da técnica jurídica, como por exemplo, ao distinguir hospital de custódia e tratamento psiquiátrico de outros estabelecimentos penais; internado, de condenado, pena de medidas de segurança, imputável de inimputável, a proposta da LEP apresenta várias contradições, entre discurso e aplicação.

Percebe-se uma discordância no modo de tratar o preso, pautando-se pela perspectiva da existência de objetivos isolados para a busca da reintegração ao

¹⁵ Consideramos, para este estudo, o pressuposto de Adorno e Bordini de que a figura do reincidente penitenciário é produzida no interior de relações sociais estabelecidas entre diferentes agentes institucionais, posicionados de modo diferente na divisão de trabalho interno aos institutos prisionais e perseguindo fins socialmente diversos, quais sejam: a pura vigilância da população carcerária, a recuperação dos sentenciados, ou o mero acompanhamento do cumprimento da pena. Esse pressuposto reclama igualmente admitir que a figura do reincidente penitenciário se materializa em sua identidade social, conceito aqui empregado no contexto da tradição antropológica e dos estudos de psicologia social.

meio social, por serem pautados de um caráter de punição. Não há garantias, por parte dos agentes do Estado, na efetividade das leis. O'Donnell (1991, p.346) reflete:

O Estado Burocrático pode estar presente, na forma de prédios e funcionários pagos pelos orçamentos públicos. Mas o estado Legal está ausente: qualquer que seja a legislação formalmente aprovada existente ela é aplicada, se tanto, de forma intermitente e diferenciada.

A efetividade da legislação fica a mercê das dinâmicas estabelecidas e, dentro da prisão, surgem poderes privatizados responsáveis pelo domínio da vida cotidiana dos presos, que podem emanar dos agentes do Estado - funcionários que estabelecem sanções, castigos e julgamentos, algumas vezes, não previstos por lei.

Tais regras, também, se instalam entre os presos, gerando formas de opressão, de aviltamento e de formação de facções, que ora trabalham em direção à proteção do coletivo de presos, ora utilizam-se da violência física para impor suas lideranças e marcar seus territórios de domínio, dentro e fora das prisões.

3.3.2 Ateliês para administração e execução das peças

Na LEP, se estabelece a criação do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão responsável pela fiscalização das penitenciárias de todo o país, tanto federais, quanto estaduais. É o órgão executivo do Ministério da Justiça, responsável pela gestão da Política Penitenciária brasileira e pela manutenção administrativa financeira do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

É de responsabilidade do DEPEN a gestão legal do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, com a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e de aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro¹⁶.

¹⁶ Informações Ministério da justiça. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

Segundo dados do Ministério da Justiça¹⁷, nos últimos doze anos, foram utilizados apenas 43,4% dos recursos dotados para o FUNPEN. Entre 2001 e 2012, R\$ 4,1 bilhões foram autorizados nos orçamentos aprovados pelo Congresso Nacional. Contudo, apenas R\$ 1,8 bilhão foi aplicado.

Os recursos, segundo a legislação, deveriam ser destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos penais, à manutenção dos serviços penitenciários e à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização do serviço penitenciário.

Em 2012, percentualmente, a execução do FUNPEN foi a menor do período. Apenas 11,6% dos R\$ 791 milhões autorizados em orçamento foram pagos, o equivalente a R\$ 91,8 milhões. Uma das razões para o baixo ritmo de aplicações é que o valor previsto para 2012 foi acrescido em R\$ 365,8 milhões, no final de dezembro, dos quais, segundo o MJ, R\$ 250 milhões para a ação “apoio à construção de estabelecimentos penais estaduais” (MINISTÉRIODAJUSTIÇA,2012).

O restante do valor não aumentou a dotação, tendo em vista que houve cancelamentos para compensar as suplementações. Os últimos três anos exemplificam a situação dos recursos orçamentários do FUNPEN. Em 2010, R\$ 254,6 milhões foram autorizados, porém, apenas R\$ 113,1 milhões foram pagos. Em 2012, apenas 33,8% (R\$ 91,4 milhões) dos R\$ 269,9 milhões previstos foram aplicados.

As penitenciárias, os presídios públicos ou terceirizados, as casas de albergados e até as colônias agrícolas estão com excedentes de apenados. Segundo pesquisa divulgada pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), 2002, o sistema carcerário brasileiro abrigava 239.345 pessoas, entre homens e mulheres. Em dezembro de 2006, o registro era de 401.236 apenados, entre homens e mulheres. Isso significa um aumento de 67% de presos (CONTAS ABERTAS,2012).

Na variável homem/mulher, verificou-se uma estabilidade, ou seja, em 2002, 95,7% dos presos eram homens, enquanto que, em 2006, eram 94,25%. A pesquisa começou em 2000 e o crescimento foi constante, entretanto, a partir de 2003, segundo Maurício Kuehne, diretor do DEPEN, o aumento foi significativo. Isso ocorre

¹⁷ Dados disponíveis em: **Menos da metade dos recursos do Funpen foram utilizados nos últimos 12anos**. Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=1150>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

porque entram mais presos do que saem, no sistema. É registrado, em média mensal, um excedente de 3.000 presos no sistema carcerário. Atualmente, em razão do aumento do fluxo carcerário, o sistema penitenciário do Brasil abriga 103.433 presos a mais do que o suportável (CONTAS ABERTAS, 2012).

No entanto, o lançamento, em 2011, do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional trouxe novas possibilidades de recuperação do sistema prisional, com a destinação de R\$ 1,1 bilhão aos Estados e Distrito Federal, para a construção de cadeias públicas e penitenciárias femininas, além da concepção de projetos relacionados à reintegração social do preso (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

3.3.3 Amarrações entre preso e egresso

Os direitos e deveres dos presos estão previstos na LEP, em seus artigos 39 e 41. Para a garantia de tais dispositivos, são elaborados programas e projetos, em nível nacional e estadual, para o atendimento ao preso, ao egresso e aos seus familiares. Destaca-se, em nível nacional, o programa de atendimento das famílias dos presos: o discutido e, muitas vezes mal compreendido pela sociedade, auxílio reclusão liberado, pelo INSS, aos dependentes de pessoas que contribuem para a Previdência Social, quando na prisão.

O auxílio reclusão¹⁸ deve ser requerido junto ao INSS, pelos dependentes de presos em regime semiaberto e fechado. Não terão direito, portanto, os dependentes daqueles segurados condenados em regime aberto ou que estejam cumprindo livramento condicional. São considerados dependentes, para fins previdenciários: cônjuge ou companheiro, filho ou equiparado (tutelado ou enteado), pais e irmão.

Em nível federal, o governo vai oferecer noventa mil vagas do PRONATEC, até 2014, a presos e egressos. Os cursos serão ofertados pelas instituições do sistema S, como SENAI e SENAC, escolas técnicas federais e escolas técnicas estaduais. Estão garantidas 11.600 vagas, em todas as unidades federativas do País (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

¹⁸Para concessão de tal auxílio, alguns requisitos devem ser observados, são eles: a) no momento da prisão, o contribuinte não pode estar recebendo nenhum outro benefício ou auxílio do INSS; b) durante a prisão, não pode estar recebendo salário da empresa; e c) o último salário de contribuição não pode ter sido superior a R\$ 798,30. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=128>. Acesso em: 19 fev. 2013.

Em um primeiro momento, as vagas serão destinadas, prioritariamente, para aqueles que estão em regime semiaberto, que poderão fazer os cursos em turmas mistas, ou seja, estudarão em salas de aula com colegas que não são do regime penitenciário.

Em uma segunda etapa, o PRONATEC será levado, também, para os presos do regime fechado. Segundo dados do Ministério da Justiça, mais da metade dos presos tem menos de trinta anos e 63% não concluíram o ensino fundamental, ou seja, são totalmente analfabetos ou semianalfabetos; apenas 7% concluíram o ensino médio. Desse total, cerca de cinquenta e um mil estão estudando atualmente, mas, apenas 2,9% cursam o ensino técnico.

A cada doze horas de estudo no PRONATEC, o preso terá um dia descontado na pena que deve cumprir. A expectativa do governo é que, em dois anos, cerca de 20% da população prisional tenha acesso aos cursos de capacitação.

Em nível estadual, o programa de empregabilidade e de geração de renda tem o gerenciamento do Departamento de Tratamento Penal da SUSEPE/RS. A finalidade é a criação de espaços para o desenvolvimento de atividades laborais e de aprendizagem profissional, objetivando a inclusão social do sujeito em cumprimento de pena, através do trabalho. Integrado à educação e à cultura, fomenta ações de cidadania, de responsabilidade social e de geração de renda, possibilitando a remissão de pena (SUSEPE, 2013).

Além das modalidades de liga interna, disponibilizam-se a carteira assinada e a carta de emprego, dois instrumentos que promovem a parceria entre a SUSEPE e as empresas públicas e privadas.

No apoio ao egresso, destacam-se os projetos de organização da entidade da sociedade civil, Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário¹⁹ (FAESP), entidade filantrópica, de assistência social, sem fins lucrativos ou político-partidários, que auxilia o egresso na sua reintegração à sociedade. AFAESP foi criada em 1997, com os grupos da Sociedade Beneficente aos Internos do Presídio Central.

¹⁹A FAESP já atendeu 780 egressos, dos quais 87,69% não voltaram a reincidir criminalmente. A FAESP trabalha com o egresso, através do Plantão de Atendimento, que faz uma primeira triagem, encaminhando-o para as Áreas de Educação, Saúde e Psicossocial, conforme suas necessidades. Além da Casa do Egresso, a FAESP mantém a LABORSUL, cooperativa social que proporciona oportunidades de trabalho para as pessoas atendidas pela Fundação. Disponível em: <<http://www.faesp-rs.org.br/fundacao.php>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

Mas percebe-se que a passagem pelo sistema prisional reforça marcas por toda uma vida; o surgimento do indivíduo “egresso” reforça a imagem de delinquência, que é atestada através de documentos e, algumas vezes, por programas ou estratégias políticas que, ao invés de proporcionarem a emancipação, reforçam estigmas de marginalização, visto que fica escrito, em sua identidade, *egresso*, como uma marca que fica para sempre.

Se a recuperação é, na verdade, uma proposta que não corresponde à realidade do sistema prisional, a criação de estigmas está prevista por esta falência de proposta e como algo que acompanha o egresso, em sua trajetória. Conforme Milton (2004), o tempo para que os nomes dos egressos não constem em fichas de antecedentes criminais, pode chegar até dois anos .

Além de ser demorado, seu trâmite é pouco claro para o egresso e para as instituições que o auxiliam. Isso cria insegurança no egresso, que busca emprego com registro em carteira de trabalho e que fica temeroso, pelas constantes ocorrências de averiguações.

O processo burocrático de reabilitação do egresso, diante da justiça, é um entrave para aqueles que adquirem a liberdade definitiva. Na maioria das vezes, dependentes da advocacia pública e sem recursos para acompanhar a burocracia, eles acompanham a reabilitação da condição civil, de forma lenta.

3.4 O BORDADO DA SAÚDE NO SISTEMA PENAL

Sobre os serviços de saúde, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Carcerário, implementado em 2003, em parceria dos Ministérios da Saúde e da Justiça, reconhece a importância da implementação de ações e de serviços, de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), que viabilizem uma atenção integral à saúde da população compreendida pelo Sistema Penitenciário Nacional (MINISTÉRIODASAÚDE, 2012).

O Rio Grande do Sul é um dos Estados qualificados, que conta com equipes de saúde multiprofissionais, compostas por médico, dentista, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, psicólogo e assistente social, que atuam em unidades de saúde de estabelecimentos prisionais e desenvolvem ações de atenção básica (SECRETARIADESAÚDE DO RS, 2013).

Dentre as ações desenvolvidas, está o controle da tuberculose, a eliminação da hanseníase, o controle da hipertensão e da diabetes mellitus, as ações de saúde bucal, as ações de saúde da mulher; acrescidas de ações de saúde mental, DST/AIDS, as ações de redução de danos, o repasse da farmácia básica e a realização de exames laboratoriais (SECRETÁRIADESAÚDE DO RS, 2013).

No Rio Grande do Sul, é de responsabilidade do Departamento de Tratamento Penal (DTP)²⁰ auxiliar, coordenar e executar ações da saúde prisional e atendimentos nos estabelecimentos, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde (SUSEP, 2013).

Totalizam-se dezenove equipes (maio de 2012), distribuídas em treze municípios. O Presídio Central possui duas equipes. Em abril do ano corrente, as equipes desenvolveram uma ação denominada "Mutirão da Saúde"²¹, cujo objetivo era avaliar e identificar possíveis problemas de saúde na população carcerária e, a partir daí, realizar o encaminhamento devido para tratamento ou consultas especializadas. As equipes realizaram triagens: médica, odontológica, nutricional, psicológica, laboratorial e de serviço social, dentre outras (SUSEP, 2013).

3.4.1 A tuberculose como estatística e suas laçadas no sistema penitenciário

A OMS estima que existam no mundo 8,7 milhões de casos novos de tuberculose e 1,4 milhões de mortes por ano, pela doença. Na região das Américas, seriam 268 mil casos e trinta mil mortes. No continente, o Brasil é o único país com alta carga da enfermidade e, juntamente, com outros vinte e um países, concentra 80% de todos os casos do mundo (PNCT, 2012).

A doença nunca deixou de ser um problema de saúde pública, apesar de que no período de 1976 a 1986, ocorreu um decréscimo no número de casos, mostrando

²⁰ Ao Departamento de Tratamento Penal cabe planejar, coordenar, orientar e supervisionar políticas e ações de saúde física e mental, assistência psicossocial e jurídica, educação, capacitação profissional, cultura, esporte e lazer das pessoas privadas de liberdade, bem como outros julgados convenientes e necessários. CONFORME *Decreto Nº 48.278 DE 25 DE AGOSTO DE 2011*. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1315573885_48278.pdf>. Acesso em 14 out. 2012.

²¹ O mutirão atendeu 1.318 apenados. Os profissionais pertencem às equipes de saúde do Central, com integrantes do Hospital Vila Nova, Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e Brigada Militar. A ação pretende abranger a todos os detentos da unidade prisional. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=1184&cod_menu=4>. Acesso em: 11 abr. 2013.

que a doença estava controlada. Uma série de motivos, dentre os quais, o surgimento da AIDS fez regredir os indicadores e hoje, examina-se uma situação bem preocupante(PNCT,2012).

No Rio Grande do Sul, em 2011, 6,5 mil casos foram notificados. Destes, mais de cinco mil eram casos novos, ou seja, era a primeira vez que o paciente estava com tuberculose, e desses pacientes notificados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em torno de 600 evoluíram para óbito(SINAN,2012).

Porto Alegre é a capital brasileira com mais casos de tuberculose; a incidência de tuberculose pulmonar é de 1,5 mil novos casos por ano e de cinquenta óbitos. Outras 200 mortes anuais são de pessoas portadoras de tuberculose, associada ao vírus HIV.

Conforme o Sinan Net (2012), o maior número de pessoas infectadas se concentra na faixa de vinte a trinta e nove anos, sendo dois terços dos diagnósticos confirmados como homens, com frequência escolar inferior a oito anos.

A médica responsável pelo Programa Municipal de Controle da Tuberculose, Elaine Ceccon, salienta que a incidência de casos de tuberculose (dados preliminares, pois, o município não trabalha com dados fechados de ano anterior) reduziu comparativamente ao ano anterior, de 1.580, em 2011, para 1.490, em 2012. Mas, ressalta que a incidência de abandono do tratamento ainda é grande: em 2011, 28% de pacientes abandonaram o tratamento por resistência aos medicamentos, sendo que o preconizado pelo Ministério da Saúde é de 5%.

Conforme dados do inquérito radiológico realizado pelo Projeto Fundo Global²² e pelo Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT), a prevalência

²²**O Fundo Global** é uma parceria público-privada única, dedicada a captar e desembolsar recursos adicionais para a prevenção e tratamento do HIV/AIDS, tuberculose e malária. Essa parceria, que congrega governos, sociedade civil, setor privado e comunidades afetadas, representa uma nova abordagem ao financiamento internacional da saúde. O Fundo Global trabalha em colaboração com outras organizações bilaterais e multilaterais para complementar os esforços já existentes em relação às três doenças. Criado em 2002, o Fundo Global é o principal financiador de programas de combate à Aids, tuberculose e malária, com US\$ 21,7 bilhões em recursos aprovados para financiar programas em 150 países. O Projeto Fundo Global Tuberculose Brasil abrange 57 municípios das regiões metropolitanas de Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Baixada Santista e Porto Alegre, além do município de Manaus, áreas que concentram 45% dos casos de tuberculose no Brasil. O Projeto visa à aceleração do alcance das metas definidas para o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT), do Ministério da Saúde. Ao mesmo tempo, pretende dar início a novas atividades que possam contribuir para a melhoria da cobertura do Tratamento Supervisionado/DOTS e à consequente redução de incidência, prevalência e mortalidade em virtude da doença. FUNDO

de tuberculose no Presídio Central, em 2011, é de 9,1%. Tais números contribuem para o título da cidade de Porto Alegre como capital nacional da tuberculose.

Os dados do inquérito radiológico sobre tuberculose, identificados no Presídio de Porto Alegre, alertam que a situação da prevenção e de assistência à saúde, no sistema carcerário, demonstra ineficiência e uma possível escassez de recursos financeiros, materiais e humanos. O adoecimento na prisão torna-se reflexo da falta de comprometimento do Estado e da sociedade com aqueles que estão cumprindo a pena de prisão.

Os obstáculos para o tratamento da tuberculose nos presídios são múltiplos, a começar pela própria organização interna dos presos. Segundo relatos, dos prisioneiros a medicação, por vezes, é usada como moeda de troca para o acesso a outros objetos, como alimentação, cigarros, celulares, etc.

Evidencia-se, ainda, a falta de estrutura sanitária e de quadro de pessoal técnico de saúde para tratar essa população, revelando um quadro totalmente desfavorável para o controle e o tratamento da doença.

Para Araújo (2009), o desconhecimento acerca da tuberculose, por parte da população prisional, aumenta o medo e a discriminação na cela, o que dificulta o tratamento e a cura dos doentes. A prevalência da tuberculose é preocupante, já que os registros indicam que seja até cem vezes maior nas prisões, que entre a população em geral.

O Sistema Penal Brasileiro, descendente do Direito Penal, positivista legalista, padece de políticas públicas que possam viabilizar, de forma eficiente, programas e projetos - alguns já existentes e garantidos em lei - em prática, de forma a garantir o respeito e a dignidade da pessoa humana e oportunizar ao apenado o reconhecimento, como participante da sociedade.

3.5 VISUALIZANDO O TECIDO DAS POLÍTICAS PENAIIS

É necessário um olhar mais afiado diante da complexidade que se estabelece na aplicação da pena de prisão, seja para um determinado indivíduo ou grupo, porque, no Brasil, afirmar que pobreza, criminalidade e prisão não se relacionam é manter um olhar simplista sobre a questão.

Não cabe afirmar que só pobres e excluídos cometem crimes ou nomear a pobreza como grande responsável pela criminalidade, mas sim, que configuram categorias sociais vulneráveis ao processo de exclusão e à sanção do sistema penal.

Segundo dados apresentados pelo Ministério da Justiça (2012), a população carcerária do Brasil é de 508 mil presosa quarta maior do planeta. Observa-se uma caracterização forte, nessa população de indivíduos que nasceram e desenvolveram-se em situação de extrema desigualdade e injustiça social, resultante dos modos de produção e de reprodução social.

Longe das garantias do Estado, torna-se possível, em alguns casos, o desenvolvimento de relações de violência. Quando esse quadro se estabelece, o Estado e a sociedade aludem à pena de prisão como uma forma de incluir os indivíduos que são dispensáveis, principalmente, os dispensáveis do processo produtivo do mundo do trabalho, é a possibilidade de eliminá-los.

Bauman (2010) diz que a prisão significa não apenas imobilização, mas também, expulsão, o que aumenta a sua popularidade, como meio favorito de *arrancar o mal pela raiz*.

Notam-se esforços de programas sociais que buscam a erradicação da pobreza, mas que, por enquanto, não parecem obter os resultados necessários para proporcionar, por exemplo, que índices de crescimento de empregos com garantias trabalhistas absorvam uma maior parcela da população, ou que se executem, de forma qualificada, as ações dos sistemas de saúde e de educação.

Em outro extremo, cresce um exército de consumidores, mantido por repasses de valores de programas de transferência direta de renda que estão prontos para alimentar o sistema capitalista.

Dessa forma, a construção de novas prisões e a criação de novos estatutos, que multipliquem as infrações puníveis com a pena de prisão, servem como

alavanca para o crescimento da popularidade dos governos. Transmite-se, por consequência, uma imagem de tarefa cumprida, de um governo capaz, regrado e moralizador, que preza pela segurança de todos, de modo mais visível e convincente possível, com o uso da mídia e das instituições jurídicas e, por que não dizer, das educacionais.

4 OS PONTOS DE COSTURA PARA CRIAR OS PERSONAGENS

Neste capítulo, pretende-se discutir sobre o conceito de identidade que é usado como referencial teórico para conhecer o sujeito da pesquisa. O sujeito tem sua identidade nomeada em diversos momentos de sua trajetória, até tornar-se objeto, como egresso do presídio em tratamento para tuberculose.

Busca-se propor, através do referencial teórico, a discussão de como se constitui essa identidade e como ela se expressa e se transforma. Para isso, se quer compreender, a partir da filosofia política de Giorgio Agamben, partindo do conceito de Homo Sacer, para discutir outras abordagens de suas obras, como *Campo e Mulçumano*, quais os espaços e as ideologias são proporcionados ou construídos para o sujeito, através da dimensão social representada pelo Estado, no momento anterior e presente ao aprisionamento e ao adoecimento.

Seguindo, examina-se a ideia de reconhecimento proposta por Nancy Fraser, e, por fim, evidencia-se o referencial teórico proposto, para compreender identidade, criado por Ciampa(1998), de Identidade como metamorfose.

4.1 A PERSONAGEM BORDADA PELA VIDA NUA: IDENTIDADE MATÁVEL

A história dos sujeitos estudados incita compreender como se criam os diferentes personagens, apresentados nas etapas de metamorfose de sua vida, como são nomeados e qual a influência social destes espaços de criação. Ainda, entender, como interpretar as diferentes singularidades desses personagens, em cada momento de ação e de relação com o mundo que se constrói ao seu redor, como se materializam os espaços e as nomeações internalizadas e verbalizadas para – e por –esses personagens.

Pretende visualizar qual a função de sua vida, nas construções sociais, no intuito de pensar sobre a humanidade do ser, as metamorfoses e as nomeações que resultam da condição histórica (material), na qual esse ser se configura e se desfigura e o humano se realiza e se perde.

E é por espaço de relações que se apresentam, de formas ideológicas ou como estruturas de poder, que se busca inserir a filosofia política de Giorgio Agamben, que analisa e discute os caminhos biopolíticos do humanismo, como

exemplo para esclarecer o Estado e as relações sociais e humanas, que confabulam para a criação dos sujeitos desta pesquisa.

Inspirando-se no conceito de Foucault sobre Biopoder²³(1999) e o caráter biopolítico da política moderna, a partir do século XIX. Agamben discute a biopolítica, no entrecruzamento de quatro conceitos diretivos da política ocidental: Poder Soberano, Vida Nua (*homo sacer*), Estado de Exceção e Campo de Concentração.

Para ele, o conceito de biopoder, efetuado por tecnologias políticas sofisticadas, não diz respeito somente à forma como a política passou a ser exercida na modernidade. O Estado moderno funda-se sobre um poder soberano de natureza distinta, pois, sua própria existência está na essência da inclusão exclusiva e de exclusão inclusiva. O papel do soberano é não o de deixar viver, mas sim, o de não deixar morrer.

E com este poder, define os homens portadores de vida qualificada (*Bíos*), os incluídos em sua esfera com direitos e deveres políticos e os homens portadores da vida nua (*Zoé*), os excluídos da esfera de direitos e vida humana.

A exclusão inclusiva da vida nua é ideia fundamental da construção da civilização, ao longo da história do Ocidente. Sobre a manutenção do poder soberano, em trecho de *Homo Sacer* (2010), afirma a relação de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico de poder, como sempre presente na história política das sociedades ocidentais.

[...] as duas análises não podem ser separadas a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto - do poder soberano. Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, neste sentido, pelo menos tão antiga quanto o a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua (AGAMBEN, 2010, p.6).

Observamos divergências de Agamben em relação a Foucault(1999) em que para o segundo o conceito de biopolítica surge com o exercício do poder disciplinar

²³O termo surgiu, pela primeira vez, na obra *A vontade de saber, primeiro volume da História da Sexualidade*. "Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos" (p. 122).

é a maneira pela qual se tentou racionalizar os problemas propostos á prática governamental a partir da construção de políticas higienistas e eugênicas por meio das quais se pode sanear o corpo da população através de um conjunto de direitos.

Em contrapartida ele compreendeu que a partir do momento em que a vida passou a se constituir no elemento político por excelência, o qual tem de ser administrado, calculado, gerido, regrado e normalizado, o que se observa não é um decréscimo da violência. Muito pelo contrário, pois tal cuidado da vida traz consigo, de maneira necessária, a exigência contínua e crescente da morte em massa, pois é apenas no, contraponto da violência depuradora que se podem garantir mais e melhores meios de sobrevivência a uma dada população. Por que passam a ser mortos de forma legitimada àqueles que constituem um perigo biológico para os outros.

Agamben(2010) analisa o biopoder como a forma oculta de todas as formas de poder Soberano do mundo antigo até o presente. Fica evidente a compreensão da presença da biopolítica como instrumento a favor não apenas da modernidade, mas parte constituinte da tradição da política no ocidente.

A 'politização' da vida nua é a tarefa metafísica por excelência na qual se decide sobre a humanidade do ser vivo homem, e ao assumir esta tarefa a modernidade não faz outra coisa senão declarar sua própria fidelidade à estrutura essencial da tradição metafísica. O par categorial fundamental da política ocidental não é o de amigo-inimigo, mas antes o da vida nua-existência política, *zoe-bios*, exclusão-inclusão. Há política porque o homem é o ser vivo que, na linguagem, separa a própria vida nua e a opõe a si mesmo, e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela em uma exclusão inclusiva (AGAMBEN, 2010, p. 17-18).

Ele discute a partir da definição de Carl Schmitt²⁴ de estado de exceção para exemplificar como se materializa esse poder, que ocorre em uma situação jurídica paradoxal na qual a lei suprime a lei, e o soberano tem o poder de eliminar de forma legalmente justificada os direitos individuais ou coletivos com a justificativa da proteção.

²⁴ **Carl Schmitt** (1888-1985) jurista, filósofo e político alemão. É considerado um dos mais significativos (porém também um dos mais controversos) especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na fé católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos foi um autêntico cratólogo ou, como queiram, um realista político. O fio que une seu extenso e múltiplo pensamento é, precisamente, a reflexão sobre o poder e a ordem.

O estado de exceção, no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político; quando as suas fronteiras se esfumam e se indeterminam, a vida nua que o habilitava libera-se na cidade e torna-se simultaneamente o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos, o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da emancipação dele. Tudo ocorre como se, no mesmo passo do processo disciplinar através do qual o poder estatal faz do homem enquanto vivente o próprio objeto específico, entrasse em movimento um outro processo, que coincide grosso modo com o nascimento da democracia moderna, no qual o homem como vivente se apresenta não mais como objeto, mas como sujeito do poder político (AGAMBEN,2010, p. 11).

Portanto, para o autor o estado de exceção como princípio político não se apresenta explicitamente como medida extrajurídica e arbitrária de supressão dos direitos e da ordem jurídica, pois, como não é declarado, a exemplo estado de sítio militar, aparece, ao contrário, como lei inserida e integrada no corpo do direito vigente.

A exceção é uma espécie de exclusão. Ela é um caso singular que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto absolutamente fora da relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. A norma se aplica a exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão (AGAMBEN, 2010, p. 14).

O estado de exceção transita através das práticas de governo utilizando-se das normas e garantias do Direito ele está presente desde as salas de espera dos aeroportos até as vizinhanças e bairros mais pobres onde se abrigam populações vulnerabilizadas, minorias étnicas e estrangeiros.

Neste espaço o soberano é aquele que decide e legitima em definitivo a vigência deste estado. “Nisto reside o monopólio da soberania estatal, que, por tanto, não deve ser definida como monopólio da sanção ou poder, mas como monopólio da decisão” (AGAMBEN, 2010, p. 13) está sustentado sobre a capacidade de tomar a vida do outro- é um poder sobre a vida, poder de morte.

O soberano está simultaneamente dentro e fora do ordenamento legal, pois, ao mesmo tempo em que o institui, também se exime dele. “A soberania é, de fato precisamente está lei além da lei à qual somos abandonados” (AGAMBEN,2010, p.64), do mesmo modo como o estado de exceção é um estado de

indiferenciação entre fato e direito o soberano é o ponto de indiferença entre violência e direito, o umbral em que a violência se torna direito e o direito se torna violência.

Castor (2011) cita o regime nazista como exemplo moderno extremo do estado de exceção onde o Poder Soberano é a instância capaz de determinar e traçar o tênue limite entre a vida protegida e vida exposta à morte. Quando os nazistas decidem desnacionalizar a todos os judeus tornando-os pura vida nua, e, portanto matáveis por qualquer um sem punição, o nazismo excluiu o fenômeno da vida da esfera jurídica tornando o esse regime como biopolítico e simultaneamente uma tanatopolítica, visto que tanto garante o incentivo, neste caso a vida ariana, quanto o massacre da vida. O estado nazista não cometeu um ato de ilegalidade jurídica, já que fez da exceção a norma, e da vontade soberana o modo de governo da vida humana. Com a autorização do Estado de direito que lhe dava a prerrogativa inicial de decretar o estado de exceção para tornar a vontade soberana lei absoluta.

É na figura do soberano que está fora e dentro da lei, por isso além dela, e possui o poder de declarar o estado de exceção que Agamben constrói o seu contrário, aquele para que são impostos as ordens soberanas, utilizando a figura da metáfora do *Homo Sacer* conceito presente no Direito Romano para designar aqueles cujos crimes tornam seu sacrifício impossível, mas torna sua morte impune. O indivíduo que poderia ser morto por qualquer um sem que tal morte constituísse um delito, desde que tal morte não fosse o resultado de um sacrifício religioso ou de um processo jurídico porque a lei lhe é totalmente indiferente. “A vida insacrificável e à qual, não obstante, se pode matar, é a vida sagrada” (AGAMBEN, 2010, p. 84).

Portanto, não se pode pensar a figura do soberano sem que ela implique a figura correlata do *homo sacer*, de modo que enquanto houver poder soberano haverá vida nua e exposta ao abandono e à morte. “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera” (AGAMBEN, 2010, p.85).

A partir dessa relação entre as figuras do soberano e do *homo sacer*, Agamben reconsidera o mito de fundação do Estado Moderno, de Hobbes. O que se necessita compreender é que o estado de natureza não é uma condição anterior à

fundação do Estado, mas uma condição que, ao menos potencialmente, habita o interior de todo Estado.

Se para Hobbes o Estado de natureza é aquele existente antes do contrato social, o estado em que impera o medo, entre os homens, a guerra de todos contra todos pelo desejo de poder e riqueza. O homem é o lobo do homem. Estágio, superado pelo contrato social, onde impera a razão e a paz. Existe a transferência dos direitos naturais para o soberano²⁵ este Estado se constitui além da emergência de uma instância de poder tendencialmente hegemônico, na figura do soberano, mas também pela presença de uma valiosa organização, das forças sociais tradicionais em dois planos, estreitamente afins o da decisão e o da administração.

Percebe-se que, a fundação do Estado moderno, não põe um fim absoluto ao estado de natureza, na medida em que o poder soberano é justamente aquele que preserva o direito de agir soberanamente e impor a seleção e morte aos cidadãos através da imposição não declarada do estado de exceção. Não podemos pensar uma forma de contrato que abole o estado de natureza o que está presente na fundação deste estado é uma zona de indistinção cultural e humana. O que surge com a fundação do Estado não é a cidade, mas o bando que mantém reunido soberano e vida nua.

A diferença especificamente moderna dessa estrutura biopolítica que se instituiu a partir do século XIX da forma anterior de estado de natureza é que hoje o estado de exceção torna-se cada vez mais a regra. Pois o uso de tal mecanismo, não apenas tem sido mais frequente do que se possa imaginar, como de fato vem progressivamente constituindo-se na própria matriz das ações políticas na democracia contemporânea. Por esse motivo tornou-se algo possível na modernidade uma política que permita o surgimento de fenômenos como o totalitarismo, campos de extermínio, campos de concentração de refugiados, favelas, prisões secretas etc.

²⁵Estado surge da ideia do leviatã, ou seria o Estado o “Leviatã” – criatura sem face que, tem o poder de dominar os atos de uma multidão, cujo corpo é formado pelo corpo de todos os indivíduos, mediante pactos que a instituem como autora de modo que, ela passa a ter o poder de usar a força e os recursos de todos, da maneira que seria conveniente para assegurar a paz e a defesa do senso comum. O autor fala da dificuldade de definição entre Estado de Direito e Estado Social, sendo o Estado de Direito, o Estado burguês com fundamentos e princípios de liberdade burguesa, onde a liberdade trabalha em favor da manutenção do poder político, e que só nominalmente se estende as demais classes. Este Estado permite a burguesia a ilusória ideia de falar para todos.

Vivemos sob um regime biopolítico cada vez mais intenso e saturado, sob a contínua necessidade de redefinir o limiar entre o que está dentro da ordem política (e, portanto, é uma vida que deve ser protegida) e o que está fora (tornando-se, portanto, vida descartável e matável), em suma, vivemos cada vez mais sob o jugo da dinâmica da proteção e destruição da vida por meio de sua inclusão excludente do aparato jurídico regulado pelo poder soberano. Este fenômeno é algo tão presente na modernidade onde não podemos dar corpo ao homo sacer que ele tonasse algo para todos.

Se é verdade que a figura que nosso tempo nos propõe é a de uma vida sacrificável, mas que se converteu em algo eliminável em uma medida inaudita, a vida nua do *homo Sacer* concerne de maneira particular. [...] Se hoje não há uma figura determinável de antemão do homem sagrado é, talvez, porque todos somos virtualmente *homines sacri* (AGAMBEN, 2010, p. 147).

Para Agamben a forma extrema ou última de controle do soberano sobre a vida dos sujeitos ocorre no campo: campos de concentração, campos de trabalho, campos de refugiados.

“O deslocamento crescente entre o nascimento (a vida nua) e o Estado-nação é o fato novo da política do nosso tempo, e aquilo que chamamos de campo é o seu resíduo (AGAMBEN, 2010, p. 171). O campo²⁶ é entendido como novo paradigma do espaço político na modernidade é o novo *nómos*²⁷ biopolítico do planeta. Presente nas democracias liberais, mas de forma a se manter imperceptível por meio de disfarces e variações.

²⁶E a partir dos estudos de Hannah Arendt que Agamben discute sobre o conceito de campo. Paralelamente aos estudos de Foucault, Hannah Arendt, que não utiliza o conceito de biopolítica, constata que a vida humana se tornou o objeto a ser administrado na sociedade moderna, suplantando a política como espaço de deliberação e auto-gestão dos sujeitos. Ainda Agamben destaca que os estudos de Hannah Arendt percebem com clareza o nexo do domínio totalitário naquela condição particular da vida que é o campo. Os campos de concentração, longe de ser uma irracionalidade pontual do nazismo, representam um paradigma da política moderna. Foucault, de forma estranha, não analisou a atualidade da soberania nas implicações biopolíticas dos totalitarismos modernos: fascismos e nazismo. Por outro lado, Hannah Arendt não levou em conta a definitiva derivação da política moderna numa lógica biopolítica. A pesquisa de Agamben se propõe transitar no vácuo que restou nestes dois pensadores mostrando que o liame que vincula o campo com a biopolítica

²⁷**Nómos** é o termo pelo qual os gregos, que herdamos como modelos mais remotos, designavam o que hoje é a lei. A noção de *nómosé*, no pensamento de Carl Schmitt, uma das figuras por meio das quais ele procura pensar aquele “direito da origem” e o estabelecimento de uma “ordem concreta”³⁷. Para ele, a ideia de *nómos* tem um caráter espacial, já que está associada ao modo como uma determinada ordem ganha um lugar no espaço.

A reflexão de Agamben também nos ajuda a identificar as figuras contemporâneas do *homo sacere* do campo como o *nómossecreto* da biopolíticamoderna. As senzalas são talvez a primeira experiência moderna de campo. Mas não foi o fim da escravidão que extinguiu a figura do campo ao contrário ele nunca deixou de existir como o lado sombrio do Estado-nação.

Como exemplo os doentes em estado vegetativo mantidos vivos por meio de aparelhos, os detidos em campos de refugiados, os identificados de forma suspeita em relação a “guerra ao terror”, as vítimas de tráfico humano incapazes de recorrer a qualquer autoridade de seu país ou do país que os detém e as periferias das grandes cidades, sobretudo naqueles casos em que o confronto entre duas forças soberanas, a polícia e o crime organizado, gera um duplo espaço de indistinção em que a autoridade (seja ela legal ou para-legal) se encontra puramente diante da vida nua que pode ser descartada sem mais.

Como exemplo para uma discussão ético política do sentido do campo na modernidade e como ele pode ser usados como artifício para justificar causas humanitárias, recente notícia denuncia que 100 prisioneiros na prisão de Guantánamo estão em greve de fome em protesto contra a forma de detenção e as condições de Guantánamo, onde suspeitos de terrorismo ficam em detenção indefinida, sem direito a julgamento. Alguns são alimentados por sonda conforme o avançado estado de desnutrição, mas o presidente da Associação Médica Americana afirmou em uma carta ao secretário de Defesa Americana, que alimentar prisioneiros à força é uma violação ética da medicina, porque qualquer indivíduo tem direito de recusar assistência médica. Comparar esses sujeitos a indivíduos que possuem escolha é a mais pura noção de biopoder.

Duarte (2008) faz uma reflexão comparativa entre o campo e a realidade das prisões brasileiras e outras do terceiro mundo. Esses espaços são exemplos notáveis de campo de concentração como *nómosbiopolítico* modernos são um espaço ambíguo de inclusão (no sistema jurídico formal) e de total exclusão do prisioneiro da legislação e da cidadania, o que permite que este, antes de ser considerado um cidadão portador de direitos temporariamente limitados, seja considerado como a encarnação excessiva. Há sempre um excedente de prisioneiros nestas prisões – da vida que não merece viver, que pode ser descartada e assassinada sem que se cometa delito, o que explica o altíssimo índice de mortes violentas que ocorrem

nestas instituições peculiares, que não se ocupam da reintegração do preso, mas de sua exclusão e eliminação do convívio social.

O campo, na medida em que seus moradores foram despojados de qualquer condição política e reduzidos à vida nua, é também o espaço biopolítico mais absoluto jamais realizado, no qual o poder só tem diante de si a pura vida sem qualquer mediação. Por tudo isto, o campo é o paradigma mesmo do espaço político no ponto em que a política se converte em biopolítica e o *homo sacer* confunde virtualmente com o cidadão. A pergunta correta com respeito aos horrores do campo não é, por conseguinte, aquela que inquire hipocritamente sobre como foi possível cometer, neles, delitos tão atrozes em relação aos seres humanos; seria mais honesto, e, sobretudo mais útil, indagar atentamente sobre os procedimentos jurídicos e os dispositivos políticos que tornaram possível chegar a privar completamente a alguns seres humanos de seus direitos e prerrogativas, até o ponto em que realizar qualquer tipo de ação contra eles já não seria considerado como um delito (neste ponto, de fato, tudo se havia tornado possível) (DUARTE, 2008, p. 167).

O campo é o novo ordenador oculto da inscrição da vida no ordenamento. Por isso aqueles que são aprisionados no campo são incluídos no direito, por meio de sua própria exclusão do direito. Neste sentido as prisões são os espaços de proliferação da Vida Nua, esta identificada como espaço de direitos para aqueles que não têm direitos. Direitos a ressocialização a inserção no universo do trabalho do retorno a vida em sociedade.

O campo, podemos pensar também são os espaços onde teoricamente através das ideologias se constituem as políticas públicas como exemplo programas de redistribuição de renda, onde algumas vezes o sujeito que é inserido entra na lógica das necessidades básicas como únicas e possíveis o campo é um espaço material em que se prolifera também o reconhecimento perverso.

Por esse motivo é significativo para Agamben que os campos como forma exemplar e absoluta no caso ele exemplifica com Aushwitz, surjam juntamente com as novas leis sobre cidadania e direitos humanos para ele, é quase sempre usando do artifício de defesa dos direitos humanos e da preservação da vida que se decretam intervenções bélicas, ditas humanitárias, ações contra a violência nas cidades que aprisionam ou eliminam sujeitos a discussão da redução da maioria penal e a intervenção compulsória de usuários de droga são exemplos recentes no Brasil. Reforçando-se assim o significado paradoxal da biopolítica, segundo o qual a manutenção da qualidade de vida de uns implica e exige a destruição da vida de outros.

Castor (2011) nos esclarece a contradição apresentada por Agamben sobre o estado de direito que julga ter abolido a vontade soberana quando na verdade ela permanece oculta em seu corpo demonstrando se presente quando necessário para afirmar o Estado de exceção, pois na origem da vida política moderna antes dos direitos do cidadão está a captura do corpo pela política. A criação do documento do Habeas Corpus, de 1679, colocado na base da política moderna, significa o primeiro registro da vida nua como sujeito político moderno.

Uma simples aproximação ao texto de 1789 da Declaração dos Direitos do Homem mostra a contradição biopolítica persistente desde origens do Estado-nação. Já foi observada a distinção que a declaração faz entre direitos do homem e direitos do cidadão. Tal distinção remete ao que já se denominou de direitos passivos e ativos. Os direitos passivos são próprios de todos os cidadãos enquanto nascidos, pois eles advêm da sua condição natural de homens: direito à vida, igualdade, liberdade... Os direitos ativos são adquiridos pela condição social: votar e ser votado, ter direito a cargos públicos não seria direito da natureza. Segundo Sieyès nem as mulheres, que como as crianças são incapazes, nem os trabalhadores que não pagam impostos, nenhum deles têm direitos ativos de cidadania, já que estes não se derivam de sua condição natural de seres humanos (CASTOR, 2011, p. 4).

O conceito de Campo no leva a discussão sobre o relato presente na obra *O Que Resta De Auschwitz*. Nesta obra Agamben apresenta Auschwitz como a extrema demonstração do poder soberano e é neste espaço que surge a figura denominada *Mulçumano*²⁸ nos chama atenção essa descrição. Por que assim como a figura do Homo Sacer aquele que pode ser matável sem que gere sanções, ou seja, o que pode ser conduzido ao campo sem que gere sanções porque a morte absorve neste sentido o direito de conviver em sociedade e de ser humano “O *mulçumano é não só, e nem tanto, um limite entre a vida e a morte; ele marca, muito mais, o limiar entrehomem e o não homem*”(2008 p.62) Ele mantém a aparência de humano mas não é mais e o campo é seu lugar por excelência .

É uma figura que surge de situação extrema que não vive e sim vegeta anda como vivo sem sentido ou entendimento para vida gera um entendimento político e antropológico.

²⁸ A explicação, mais provável para o termo mulçumanos vem do árabe MUSLIM, que significa quem se submete incondicionalmente a à vontade de Deus. E esta na origem das lendas do pretense fatalismo islâmico.

Ou como figura monográfica, ou como categoria ética, ou alternadamente como limite político e conceito antropológico, o mulçumano é um ser indefinido, no qual não só a humanidade e a não humanidade, mas também a vida vegetativas e a de relação, a fisiologia e a ética, a medicina e a política, a vida e a morte transitam entre si sem solução de continuidade. Por isso, o seu “terceiro reino” é a cifra perfeita do campo, do não lugar onde todas as barreiras disciplinares acabam ruindo, todas as margens (AGAMBEN, 2008, p. 56).

No texto de Auschwitz Agamben mostra a figura do mulçumano como um relato do que não se pode ser dito. Porque o mulçumano que sobrevive é aquele que retorna a ser homem.

Aquele chamado de Muselmann, como era denominado, na linguagem do lagerera, o prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança e que havia sido abandonado pelos companheiros, já não dispunha de um âmbito de conhecimento capaz de lhe permitir discernimento entre bem e mal, entre nobreza e vileza, entre espiritualidade e não espiritualidade.

O mulçumano não causava pena a ninguém, nem podia contar com a simpatia de alguém. Os companheiros da prisão que temiam continuamente pela própria vida, nem sequer lhe dignavam de lhe lançar um olhar. Para os prisioneiros que ajudavam, os mulçumanos eram fonte de preocupação e raiva, para as SS eram apenas um inútil imundice. Tanto um quanto outro a sua maneira só pensavam em eliminá-lo (AGAMBEN, 2008, p. 14).

No capítulo 4, *O arquivo e o testemunho* o autor apresenta uma reflexão sobre a testemunha. Mais especificamente o mulçumano como testemunha do não homem aquele capaz de enunciar o sentimento vivenciado. A testemunha pertence o estatuto epistemológico próprio a respeito da verdade histórica. Ela não narra à objetividade da distância, mas a interioridade do acontecimento. Sua experiência direta do sofrimento outorga-lhe uma perspectiva histórica que lhe permite narrar em primeira pessoa às consequências perversas da violência” (CASTOR, 2011, s/p). Neste sentido nosso sujeito de pesquisa ultrapassa a nomeação de Homo Sacer e torna-se também o Mulçumano capaz de dar testemunho e resignificar o humano.

A despeito de iluminadoras, as reflexões de Agamben nos apresenta um contorno pessimista, na medida em que não apresentam claramente as possibilidades da resistência ao biopoder. Segundo Duarte (2008), quando se dedica a transcender o diagnóstico biopolítico do presente para pensar as formas de resistência contemporâneas, Agamben parece trilhar uma via semelhante quando

reflete sobre a noção de “forma-de-vida”, de uma vida que não pode dissociar-se de sua forma, que não pode e jamais será apreendida como vida nua, pois, em seu viver, isto é, em seus atos e comportamentos, nunca se trata simplesmente de meros “fatos”, mas sempre de “*possibilidades* de vida, sempre e antes de tudo de potências”:

Nenhum comportamento e nenhuma forma de vida humana jamais são prescritos por uma vocação biológica específica, nem alocados por uma necessidade qualquer, mas, ainda que habituais, repetidos e socialmente obrigatórios, sempre conservam o caráter de uma possibilidade, ou, dito de outra forma, eles sempre põem em jogo o próprio viver. É por isso que, enquanto um ser de potência, que pode fazer e não fazer, fracassar ou ser bem sucedido, perder-se ou reencontrar-se, o homem é o único ser na vida do qual sempre se trata da felicidade, o único ser cuja vida está designada à felicidade, irremediável e dolorosamente. Mas isto constitui, de saída, a forma-de-vida como vida política (AGAMBEN, 2001, p. 14).

A *vida* política, entendida como forma-de-vida orientada para a felicidade, só é concebível para além da cisão biopolítica, instaurada pelo poder soberano capaz de instaurar o estado de exceção e, assim, traçar o limite instável entre vida qualificada e vida nua. Isto quer dizer que a consideração da vida política como forma-de-vida destinada à felicidade, visto que entregue à sua potencialidade, à sua capacidade de atualizar-se, depende em primeira instância da consideração de uma política para estatal, que escape de uma vez por todas do modelo biopolítico da soberania.

Com o termo forma-de-vida pretendemos definir uma vida que não pode ser separada de uma forma de vida nua porque, a vida nua de alguma forma é uma forma de vida. Agamben pretende distinguir vida nua de forma de vida para ele forma de vida é uma vida que não pode separar-se nunca de sua forma, uma vida que nunca é possível isolar, uma vida que não pode separar-se de sua forma é uma vida que em seu modo de viver se joga ou seja está em jogo o seu modo de viver.

Como uma vida humana totalmente subtraída pelos direitos. Na verdade no cerne do pensamento de Agamben está a questão do uso. Como pensar a vida como aquilo que não se dá propriedade, mas somente o uso comum. Como viver uma vida em que não precise ser proprietário de alguma coisa sem necessário ser proprietário de algo para ser sentir digno de viver como liberar o ser humano do

direito da ideia da propriedade. Liberar o ser humano da primazia do econômico, ou seja, da primazia do direito.

Ele chama atenção para o processo de judicialização e economização da vida. Ou seja, quanto mais judicializamos nossas experiências de vida, mais as colocamos em um local econômico. Quanto mais a nossa vida é marcada pela primazia do econômico mais a normatizamos. E por esse espaço passa uma discussão sobre direitos humanos. Porque a vinculação entre o econômico e o jurídico não é somente a relação entre político econômico ou jurídico e econômico, pois a economia não é neutra absorve a judicialização.

Os conceitos de soberania e poder constituinte presentes da nossa tradição política ocidental devem ser abandonados ou, ao menos, totalmente repensados. Eles marcam o ponto de indiferença entre violência e direito, natureza e logos, próprio e impróprio e, como tais, designam não um atributo ou um órgão de ordem jurídica ou do Estado, mas sua própria estrutura original. Tal instância deve permitir que vida e forma- de- vida se unifiquem, onde a vida torna-se vida em potência a isto Agamben nomeou de experiência de “pensamento”.

Pensamento, não certamente enquanto exercício individual, mas como “um experimentum que tem por objeto o caráter potencial da vida e da inteligência humana”, isto é, trata-se de pensar o pensamento como experiência de uma “pura potência de pensamento” em cada pensamento”(AGAMBEN,2001,p. 19-20).

Agamben sobre influência clara de Heidegger, parece nos dizer que é preciso experimentar o pensamento, deixa-lo dominar aquele que está pensando de forma absoluta e engajada de forma que a cada momento a vida afirme possibilidades que a extraiam do viver como coisa dada, imutável. Assim cria-se uma comunidade política de seres que não são fato e já de saída isto ou aquilo, que não possuem uma identidade pré-designada e afirmada. Que encontram emancipação e se reconhecem em espaços de justiça paritária.

A "vida feliz" sobre a qual deve se fundar a vida humana não pode mais ser nem a vida nua que pressupõe a soberania para dela fazer seu próprio sujeito, nem a impenetrável afirmação da ciência moderna que se busca em vão sacralizar, ao contrário, essa deve ser uma "vida suficiente", que atingiu a perfeição de sua própria

potência e de sua própria comunicabilidade, e sobre a qual a soberania e o direito não têm mais nenhum domínio.

A experiência de pensamento de que se trata aqui é sempre experiência de uma potência comum. Comunidade e potência se identificam sem resíduo, pois a inerência de um princípio comunitário em cada potência é função do caráter necessariamente potencial de toda comunidade (AGAMBEN, 2001, p. 20).

Tais considerações nos levam a interrogar como lutar pela vida e suas potencialidades, em face ao bio poder (poder soberano), talvez nos pertença somente à luta pela plenitude do possível, mas, que nesse possível esteja materializado o absoluto. Talvez neste ponto a proposta de discutir as ideias de Agamben neste estudo encontre entrada no referencial teórico de identidade usado para nossa análise, é na busca pela felicidade, esta que reconhece limites na materialidade das ideologias, e não somente nas formas de elaboração do poder estabelecido pelo poder soberano, que podemos compreender uma emancipação e reconhecimento possíveis.

Trazer os conceitos elaborados por Agamben no primeiro momento do capítulo serve como proposta para que nos próximos conceitos apresentados que fazem referência ao Reconhecimento e a Identidade possamos ter em mente que estes conceitos nesta pesquisa estão presentes sob a ótica de um estado de exceção e que as análises futuras do material de pesquisa possuem a intenção de relacionar estes termos e as histórias de vida estudadas.

4.2 OS BORDADOS DO RECONHECIMENTO

Os principais autores que procuram “re-trabalhar”, cada um a seu modo, o tema do reconhecimento como sendo central para uma teoria crítica da sociedade contemporânea são Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser.

Ao mesmo tempo em que se percebe uma íntima relação de pensamento teórico desses autores, também é possível observar pontos distintos. Taylor e Honneth, por exemplo, não tem como foco o conceito de redistribuição, ao contrário de Fraser, que analisa o reconhecimento como um paradigma relacionado à forma de justiça e redistribuição, aspectos esses que serão aprofundados aqui e utilizados

como referencial para a análise desse estudo, mas, antes de apresentarmos a perspectiva de Fraser propomos uma percepção primeira sobre o conceito de Reconhecimento proposto por estes autores que buscaram como referência o conceito de Hegel sobre o tema.

O conceito de reconhecimento está presente em três fases do pensamento de Hegel na discussão sobre a religião hebraica nos ensaios teológicos de juventude os escritos de Frankfurt; a *Fenomenologia do Espírito*, de Jena; e a *Filosofia do Direito*. Cada uma dessas etapas marca um aspecto central da teoria do reconhecimento social, dando-nos, assim, a chave para entendermos melhor o alcance e os limites da realização deste projeto.

Para o Hegel da juventude o conceito de reconhecimento é usado para inverter o modelo hobbesiano de luta social segundo o qual o comportamento social e individual pode ser reduzido a imperativos de poder, Assim o homem é comparado a um animal que tem como fim único a autopreservação e auto proteção tendo como objetivo o aumento do poder relativo em desfavor do outro.

Para Hegel a esfera social é um espaço além de confrontos pela integridade física dos sujeitos, ela é na verdade o espaço da etnicidade onde as trocas e práticas sociais vão além do plano estatal ou da convicção moral individual. Nestes sentido a esfera social é um espaço de possibilidades dos sujeitos se auto-reconhecerem nas suas potencialidades e capacidades mais ou menos semelhantes, ou seja, a possibilidade de estarem em comunhão, reconhecendo o outro na sua singularidade e originalidade.

O que propicia etapas de reconhecimento social que capacitem o indivíduo a compreender novas dimensões de sua própria identidade o que faz com que cada nova etapa de que, por fim, estimula novas lutas por reconhecimento, mostrando que o ponto central deste processo é este movimento em que conflito e reconhecimento condicionam-se mutuamente.

Para Hegel a luta pelo reconhecimento recíproco de suas identidades gera uma pressão intra-social para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras da liberdade.

Toda identidade se constrói num ambiente dialógico e esse ambiente preexiste a qualquer prática social ou política, o que marca o aspecto intersubjetivo, ou de interação, essencial do campo de constituição dos sujeitos. Segundo a

proposta hegeliana, a consciência-de-si (*Selbstbewusstsein*) compreende o processo de reconhecimento do outro na reciprocidade.

Conforme Ravagnani (2009) esse contexto originário é tido como um pano de fundo ético onde existe certa forma de aceitação recíproca intersubjetiva, isto é, uma forma de reconhecimento preexistente a toda formação dos sujeitos. Tal reconhecimento preexistente pressupõe a existência de direitos que, no entanto, não estão explicitados nem conscientes neste contexto.

Cabe ao contrato, então, o restabelecimento consciente e explícito daqueles direitos anteriores, ou seja, o contrato é a realização, mediante a reflexão, de direitos que já existiam. O contrato não cria direitos, ele os restabelece. A luta social não é uma luta por poder, mas uma luta por reconhecimento. O contrato configura-se como uma luta por reconhecimento que não se constitui em autopreservação física somente, mas como um conflito que gera e desenvolve as distintas dimensões da subjetividade humana, sendo o conflito a lógica do desenvolvimento moral da sociedade.

Seguindo o pensamento de Hegel destacamos diferentes formas de reconhecimento na sociedade moderna Ocidental que se diferenciam e intercalam conforme o grau de autonomia do sujeito. Ele dimensiona três formas específicas de reconhecimento do sujeito, são elas o amor, o direito e a estima social.

O amor apresentaria o modelo ideal da experiência de uma unidade análoga do particular com um infinito. Que não permite o confronto entre os indivíduos. O amor entre pessoas ocorre criando um espaço próprio de experiências que vence qualquer cálculo individual dos envolvidos ele é recíproco na atitude de ir ao encontro do outro sem restrições uma doação e compreensão do ser.

União verdadeira, amor propriamente dito, só ocorre entre seres vivos que, de poder igual, são de fato vivos um para o outro e, de nenhum lado mortos um para o outro. Ela exclui todas as oposições, não é entendimento, cujas relações sempre toleram o múltiplo enquanto múltiplo e cuja própria união são oposições. Ela não é razão que contrapõe seu ato determinante ao determinado em geral: não é nada delimitador, nada limitado, nada finito (HEGEL, 1986, p. 245).

Conforme Flickinger (2008) o ser vivo um para o outro transcende, incessantemente, cada estágio atual alcançado na relação amorosa, exigindo de cada parte a disposição de transformar sua suposta essência individual em resposta

às experiências feitas na relação. Não há espaço, aí, para reservas particulares, ou seja, para guardar algo de intimamente individual, querendo defendê-lo contra as aspirações da relação que o amor impõe. No amor está exposto o modelo de relação ética que deveria substanciar o reconhecimento social.

As outras duas formas estão no campo da moralidade. Na Fenomenologia do Espírito, no exemplo do senhor e o escravo. Em que dois homens lutam entre si. Um deles é pleno de coragem. arrisca sua vida no combate que aprisiona, mostrando assim que é um homem livre, superior à sua vida, onde, ser livre é também ser superior aos códigos aos símbolos, aos Deuses. Em termos do reconhecimento entendo que podemos falar do senhor como pessoa que quer ver seu domínio reconhecido de modo imediato e incondicionalmente. O outro, que não ousa arriscar a vida, é vencido. O vencedor não mata o prisioneiro, ao contrário, conserva-o cuidadosamente como testemunha e espelho de sua vitória. Tal é o escravo, o "servus", aquele que, ao pé da letra, foi conservado para manter a figura onipotente do senhor. Pois antes de tudo quem é esse senhor além de escravo de si mesmo que depende da apreciação ou afirmação do outro para reconhecer sua dominação.

Flickinger (2008) nos apresenta como bom exemplo disso o caso da prisão que funcionará somente se os detentos reconhecerem a autoridade do guarda da ala, embora este último lhes seja muito inferior, considerando-se essa relação do ponto de vista da distribuição das forças físicas. A revolta dos detentos explica-se, portanto como recusa do reconhecimento do status institucional dos envolvidos.

Deste modo, percebe-se que o sistema penitenciário consegue cumprir seus objetivos única e exclusivamente com base no respeito mútuo dos papéis sociais previstos pela instituição. Somente sob essa pressuposição a relação extremamente assimétrica funciona; uma pressuposição que dá a entender também a precariedade que rege este relacionamento social (FLICKINGER, 2008, p. 89).

A relação senhor escravo é prova da precariedade inevitável de qualquer relação social assimétrica de poder. Ainda conforme Flickinger (2008, p. 89), deste modo, Hegel leva-nos a entender que qualquer modelo de imposição imediata e unilateral da vontade subjetiva está negligenciando sua necessária mediação social. A história social da humanidade com suas lutas entre as mais variadas camadas e

classes sociais, fornece inúmeros exemplos para esta lógica do reconhecimento. Qualquer luta pela imposição incondicional do domínio é, desde sempre, perdida.

Para isso Hegel chama a atenção para a necessidade da simetria nas relações sociais entre os indivíduos neste sentido ele apresenta a ideia de reciprocidade de ações relacionadas ao perdão, ou seja, o sujeito não deve fazer ao outro o que não deseja que seja feito a si mesmo. Pensamento que segue um ideal utópico no modelo de sistema cultural e econômico das sociedades modernas.

Mas Hegel torna realista seu pensamento posteriormente, pois enquanto a Fenomenologia do Espírito desvenda a luta pelo reconhecimento social a partir do ideal de uma perfeita reciprocidade das relações intersubjetivas, a Filosofia do Direito de Hegel traz-nos de volta ao mundo objetivo do espírito da sociedade liberal,

Em a filosofia do Direito percebemos um Hegel consciente da realidade sócio política que busca compatibilizar a liberdade individual com a universal garantindo a unidade do todo. Para isso a sociedade moderna utiliza de instrumentos sócio jurídicos capazes de entrelaçar os interesses particulares com aqueles da comunidade. Consiste na delimitação mútua dos direitos e deveres instituídos aos membros da sociedade sendo esses deveres cumpridos simplesmente pelo respeito aos direitos aceitos restringem o alcance dos deveres a serem solicitados.

Para Flickinger (2008, p. 91), o sistema legal cria justamente aquela “boa consciência” referida, a qual, na Fenomenologia do Espírito, foi denunciada de, por si só, não chegar a satisfazer o modelo do reconhecimento recíproco, tal como vinculado à expectativa de poder contar com o perdão. De fato, o perdão não encontra lugar no horizonte da argumentação jurídica; tampouco a ideia de solidariedade. Muito pelo contrário, segundo a lógica do direito moderno, a relação entre senhor e escravo encontra-se aparentemente legitimada por essa “boa consciência” que se apoia no cumprimento das regras legais do jogo.

Se buscássemos na Fenomenologia do Espírito em sua reciprocidade baseada no perdão o modelo ideal para o reconhecimento social torna-se possível tomar a argumentação de Hegel como base crítica ou regulamentação para uma concepção de ética nas relações humanas. Capaz de vencer o princípio da ética capitalista vigente. O perdão estaria no cerne da compreensão para uma nova humanização de uma sociedade que hoje somente está comprometida com o respeito às regras jurídicas da ordem social sem questioná-las uma sociedade que

vive um engodo a partir dos efeitos que surgem das respostas das regras que lhe são impostas. .

Como apresentamos no princípio os autores que hoje baseiam suas concepções sobre reconhecimento a partir do pensamento de Hegel são Charles Taylor que desenvolve uma perspectiva baseada na concepção original de Hegel, mas com um viés voltado para o debate do multiculturalismo Charles Taylor (1994, p. 26) afirma que o reconhecimento não é uma questão de cortesia, mas uma necessidade humana. Isso porque pessoas e grupos podem sofrer danos reais se a sociedade os representa com imagens restritivas e depreciativas.

Taylor volta sua atenção para a noção de reconhecimento conforme desenvolvida na *Fenomenologia do Espírito* e em outros escritos posteriores, Honneth centra-se em escritos precedentes à *Fenomenologia*.

Axel Honneth (2003) que afirma que é através do reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos podem garantir a plena realização de suas capacidades e uma auto-relação marcada pela integridade. É através da interação que o sujeito cria uma auto-relação positiva percebendo-se reconhecido por seus parceiros Para o autor o conflito é inseparável tanto à formação da intersubjetividade como dos próprios sujeitos.

Através das leituras de Hegel constrói também três esferas que seriam parte da formação da sociedade moderna através de suas diferenciações. 1) o amor é a esfera afetiva colocada em movimento por decorrência do fim das amarras do status nas relações sociais medievais; 2) a legalidade é resultado do discurso burguês sobre a necessária igualdade de condições legais entre os seres humanos; 3) já a estima social é a re-interpretação do status medieval, com a diferença revolucionária de que aqui os sujeitos são avaliados por suas realizações e não por seus laços de parentesco. Estas três esferas de reconhecimento que legitimam os discursos sociais atuais, por isso a base normativa da teoria crítica deve partir desse consenso moral estabelecido.

A partir dessas breves pontuações trouxemos os principais autores da atualidade e suas idéias para o conceito sobre reconhecimento, com a pretensão de clarear as propostas defendidas por nossa autora de análise sobre o reconhecimento. Acreditamos que, conhecendo os autores que dialogam sobre o

tema se torna clara a escolha do pensamento dessa autora para a definição do conceito trabalhado.

E é no pensamento de Nancy Fraser que baseamos nossa análise e definição sobre reconhecimento para este estudo por entendermos estar sua compreensão sobre justiça e necessidade de paridade social em um nível de status mais ao encontro com a proposta da pesquisa mesmo está entendendo ser o espaço desses sujeitos negligenciado por um modelo de estado de exceção. O que dificulta a proposta de Fraser, mas não a elimina como referência para construções de relações sociais.

4.2.1 Reconhecimento conforme Nancy Fraser

Para Nancy Fraser (2006) o reconhecimento está relacionado à justiça social e, ao elaborar sua teoria Crítica do Reconhecimento, atribui para a efetividade da justiça social a paridade participativa dos indivíduos no processo democrático. Além disso, enfatiza a justiça como resultado do processo democrático deliberativo construído conjuntamente.

Deixe-me começar explicando o que eu entendo por justiça em geral e por sua dimensão política em particular. De acordo com essa interpretação democrática - radical do princípio do igual valor moral, a justiça requer arranjos sociais que permitam que todos participem como pares na vida social. Superar a injustiça significa dismantelar os obstáculos institucionalizados que impedem alguns sujeitos de participarem, em condições de paridade com os demais, como parceiros integrais da interação social (FRASER, 2009, p.17).

Assim, a justiça é resultado da inclusão ampla e integradora de todos os indivíduos e que deve atribuir valor moral, pois a moralidade compreende o universal, enquanto a ética refere-se ao individual e atua como padrão normativo para distinguir nas reivindicações o que é garantido do que não está ou deve ser garantido. Essa concepção de justiça, está construída no espírito de modernidade da liberdade subjetiva, mas este espírito não precisa estar acima da opinião dos sujeitos; ao contrário, ele só se sustentará se estiver intimamente integrado à opção dos sujeitos e se seus interesses estiverem em simetria. Percebemos a sutileza sobre a função da democracia em poder cuidar de si mesma.

A partir de seu artigo *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista"*, Fraser busca elementos teóricos na formulação de uma concepção de justiça que escape da polaridade entre igualdade social e diferença cultural. A autora começa a traçar uma concepção de justiça que dê conta das novas questões e desafios, que ameniza as dúvidas que surgiram no período por ela denominado como pós-socialista. Ela elaborou três aspectos constitutivos da reestruturação de uma esquerda pós - 1989, expresso na dúvida de uma mudança social.

O primeiro aspecto refere-se à descrença em uma visão progressista como alternativa à ordem presente, ou seja, a falência do socialismo serve como explicação da descrença na criação de novos ideais que possam motivar as lutas por transformações sociais, como ocorreu nos último 150 anos.

O segundo aspecto refere-se à mudança das reivindicações políticas que agora estariam voltadas ao reconhecimento das diferenças grupais e igualdade social. Enfatizando as políticas de identidade que causaram o enfraquecimento da classe como ponto de análise, onde os movimentos sociais perdem a sua característica de classe lutando pela redistribuição contra a exploração e apresentam-se como grupo em favor de reconhecimento de suas identidades.

Nesse modelo social se constituiu o terceiro aspecto ou ponto da era pós-socialista, caracterizado pelo ressurgimento do liberalismo econômico, a saber, o capitalismo globalizante. Em suma, a condição "pós-socialista" consistiria em,

uma ausência de qualquer projeto emancipatório abrangente crível a despeito da proliferação das frentes de luta; um desacoplamento geral da política cultural do reconhecimento da política social da redistribuição; e um descentramento das reivindicações por igualdade face à agressiva mercantilização e agudamente crescente desigualdade material (FRASER, 2006, p. 3).

Duarte Lima (2005) afirma que o clima pós 1989 abriu espaço para mistificações ideológicas (ou falsas antíteses) relativas à mudança de paradigma da redistribuição para o reconhecimento no campo das lutas sociais. Assim, enquanto alguns celebram tal mudança como se as lutas pela equalização econômica não fossem mais relevantes, outros consideram as reivindicações por justiça racial ou de gênero como meramente culturais, desconectadas das pretensões redistributivas.

Neste sentido, surge a questão proposta pela autora desde o início de sua obra: investigar a relação entre o paradigma da redistribuição e do reconhecimento. Fraser elabora uma distinção analítica entre injustiça econômica e injustiça cultural, mas reconhece que na prática ambas estão sempre entrelaçadas.

Mesmo as mais materiais instituições econômicas possuem uma dimensão cultural constitutiva, irreduzível; elas estão permeadas de significações e normas. De modo recíproco, mesmo as mais discursivas práticas culturais possuem uma dimensão político-econômica constitutiva, irreduzível; elas estão embasadas em apoios materiais. Então, longe de ocuparem duas esferas impermeáveis separadas, injustiça econômica e injustiça cultural estão usualmente Interimbricadas de modo a reforçarem uma a outra dialeticamente (FRASER, 2006, p. 72).

A interação entre os dois paradigmas, segundo Fraser, pode se dar em alguns aspectos fundamentais, que são *As concepções de justiça*. Para o paradigma da redistribuição, a injustiça é de ordem econômica, sua origem está na estrutura econômico – política da sociedade.

Seus exemplos incluem a exploração (ser expropriado do fruto do próprio trabalho em benefício de outros); a marginalização econômica (ser obrigado a um trabalho indesejável e mal pago, como também não ter acesso a trabalho remunerado); e a privação (não ter acesso a um padrão de vida material adequado) (FRASER, 2006, p.232).

No paradigma do reconhecimento, a injustiça é compreendida de forma cultural ou simbólica, pois, como Fraser (2006) coloca,

Aqui a injustiça se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Seus exemplos incluem a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana) (p. 232).

A autora denomina alguns *Remédios* para as injustiças, que para o paradigma econômico seria a reestruturação político-econômica a partir da redistribuição de renda e a reorganização do papel do trabalho como uma forma de mudança nas

estruturas econômicas de base. Para a injustiça cultural, relaciona-se a uma mudança simbólica ou cultural, que, segundo Fraser (2006),

pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas (p. 232).

O terceiro aspecto refere-se aos *grupos que sofrem as injustiças*. A autora aponta na redistribuição a classe como grupo ou sujeito que sofre as injustiças que, na concepção de Marx, seria a classe trabalhadora. Mas conforme aponta Duarte Lima (2005) Fraser se apressa em salientar a amplitude de sua análise, alargando o conceito para nele situar também os grupos racializados de imigrantes ou minorias étnicas, usualmente ocupantes de trabalhos subalternos mal pagos ou mesmo largamente excluídos do trabalho remunerado regular. Similarmente, estariam incluídas as mulheres, que em grande parte suportam o fardo do trabalho doméstico não-remunerado e, por conseguinte, são prejudicadas no campo do emprego formal. Finalmente, também estariam aqui inseridos os complexos grupos resultantes da teorização da economia política em termos da interseção de classe, “raça” e gênero. No paradigma do reconhecimento, as vítimas da injustiça são definidas em termos de *status* social e, conforme Fraser (2007),

entender o reconhecimento como uma questão de *status* significa examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais. Se e quando tais padrões constituem os atores como *parceiros*, capazes de participar como iguais, com os outros membros, na vida social, aí nós podemos falar de *reconhecimento recíproco e igualdade de status*. Quando, ao contrário, os padrões institucionalizados de valoração cultural constituem alguns atores como inferiores, excluídos, completamente “os outros” ou simplesmente invisíveis, ou seja, como menos do que parceiros integrais na interação social, então nós podemos falar de não reconhecimento e subordinação de status (p. 108).

Entendemos, portanto, que Nancy Fraser propõe uma teoria do reconhecimento no espaço da justiça e da paridade participativa dos indivíduos na sociedade, ou ainda, uma ideia de igualdade econômica e cultural.

Conforme Graniço(2010), a posição de Fraser: considera que as cidadãs e cidadãos devem decidir sobre o leque de possibilidades para o empreendimento da “justiça”, mas a conceitualização desta justiça e a circunscrição do alcance das políticas públicas, cabem à deontologia e aos teóricos. Há aqui uma contradição desnecessária, pois não há meios para fundamentar absolutamente a ‘justiça’

Nesse caso devemos acreditar que democratizando as mídias, as escolas, as condições de vida e dignidade, democratizando a sociedade, então – a cada passo – as soluções encontradas pelas pessoas serão mais e mais próximas de uma boa concepção de justiça integrada a uma boa concepção de boa vida. Não há necessidade de afirmar uma instância distinta da opinião dos atores, com autoridade sobre estes atores, ao contrário, é necessário que os atores sociais tomados igualmente assumam os poderes que, atualmente, são facultados a atores “especiais” simplesmente por possuírem a propriedade privada. Acho que essa forma de colocar as coisas é fiel ao projeto fraseriano de subsumir(GRANIÇO,2010,p.10).

A questão do reconhecimento nos sugere um leque de categorias para desenvolver com o estudo das políticas públicas, como exemplo propõe-se um alinhavo com a teoria de Necessidades Humanas. Ela é presente na agenda brasileira das políticas sociais, a partir dos anos 90 na construção da política de Assistência Social com a provisão dos Mínimos Sociais como ponto fundamental na sua elaboração. Penso, é claro de forma não pretenciosa, que são interessantes as leituras dessa e outras interações para avançar na compreensão sobre a relação identidade- reconhecimento que desencadeia nas políticas públicas de forma a materializar o reconhecimento perverso. Mas é claro que essas são somente pontuações que acenam para talvez futuras discussões em trabalhos posteriores.

Retornando a nossa ideia central que é a teoria do reconhecimento acreditamos que nessa perspectiva, a emancipação proposta por Ciampa está ligada ao reconhecimento, já que para que ocorra a *mesmidade* é necessária uma construção de novas crenças, um ser para si consciente de seu espaço nas relações sociais, estejam estas na origem econômica ou cultural.

A partir do reconhecimento obtemos a igualdade que possibilita essa emancipação.Ciampa apresenta no processo de metamorfose de sua personagem a Severina o momento em que ela se percebe como parte do mundo em um sentido simbólico e que pode gerar uma mudança econômica, pois ela adquire interesse em assuntos políticos, como a paz mundial e a bomba atômica. Ela se reconhece como responsável por si, mas principalmente por todos. É na perspectiva da busca de

reconhecimento que relacionamos as teorias de Ciampa e Fraser. E damos seguimento apresentando a teoria central sobre identidade que fundamenta nosso estudo.

4.30 BROCADO QUE FORMA O SINTAGMA: *IDENTIDADE – METAMORFOSE – EMANCIPAÇÃO*

A concepção de identidade que norteia a análise deste estudo é a de construção de identidade como movimento, como metamorfose (CIAMPA, 1998), implicando a relação com o outro no sentido de reconhecer e ser reconhecido em sua individualidade como sujeito singular e coletivo.

Conforme Lima (2008, p.13), para compreender a concepção de identidade elaborada por Ciampa para a Psicologia Social é necessário conhecer as condições históricas em que essa categoria foi desenvolvida. No momento da elaboração desse referencial, buscava-se a criação de uma Psicologia Social distintivamente brasileira, contrária ao positivismo presente na Psicologia Social norte-americana. Surgia a proposta de um referencial teórico embasado na interdisciplinaridade, que buscava teóricos europeus críticos ao positivismo estadunidense para formular as ciências humanas, Ciências Sociais e a Psicologia Social da América Latina.

Nesse sentido, a proposta criada por Ciampa tem resgates da perspectiva filosófica de Heráclito, o idealismo de Hegel, em certa medida o materialismo Marxista e forte influência de autores como Goffman (1988), Berger & Luckmann (1985), Mead (1972), entre outros, contribuíram para a formulação de uma proposta de análise e compreensão da identidade. Em um segundo momento na criação da obra *A história do Severino e a História da Severina – Um ensaio da Psicologia Social* ele insere o pensamento de Habermas na discussão.

Conforme Antunes (2010), Ciampa afirma que a identidade é o que confere a materialidade do ser, não por apresentar alguma substância que o caracterize por real, mas por conta de suas manifestações possibilitarem a concretização no ser do que é compartilhado universalmente como humano.

Em sua dissertação de mestrado, Ciampa identifica na teoria de Berger e Luckman (1985) e nas releituras que estes autores realizam da obra de George Mead (1972) um referencial como possibilidade de repensar a identidade social a

partir da Psicologia Social. Berger e Luckman buscam retratar os aspectos dinâmicos do processo de construção da identidade não como algo fixo, estático, colocando-a, portanto, em relação dialética com a sociedade, pois, para eles,

a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social (BERGER; LUCKMAN, 1999, p. 228).

A identidade pode ser definida como a localização em certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo, ou seja, todas as formas de identificação acontecem em um mundo social específico. Somos o que aprendemos que somos ou o que nos dizem que somos.

Receber uma identidade implica em fazer parte de um lugar específico no mundo. Esse processo ocorre a partir da interiorização do que nos é ensinado ou imposto e, nessa lógica, a interiorização constitui a base da compreensão de nós mesmos de nossos semelhantes e da realidade onde vivemos. Compreender o mundo em que o outro vive faz com que esse mundo torne-se o meu próprio mundo. Esse processo ocorre a partir do que Berger e Luckman (1999) chamam de Socialização conforme já apresentamos acima.

Em contrapartida, nesse processo de socialização a identidade do sujeito se torna interligada com a vida social que ele leva. Ninguém pode construir o mundo das significações e dos sentidos a partir do nada: cada um, ao nascer, ingressa num mundo com suas regras e instituições socializadoras que, com suas escolhas e seleções, passa a acreditar ser parte de seu mundo.

Sobre a obra de George Mead, Ciampa identifica a importância da linguagem na construção da identidade e na leitura do desenvolvimento do Self e a relação entre o “mim e o eu”. O pensamento de Mead propõe a compreensão da internalização do social. Ele está interessado nas implicações da ordem social sobre a produção da sociabilidade.

No trabalho de Mead (1972), a linguagem e os gestos têm papel importante como forma de interação simbólica. Através da observação nesses processos de comunicação, o indivíduo elabora as informações para viver em sociedade e formar sua consciência. É no conteúdo do gesto que está implícita a ideia que deve ser absorvida e compreendida por outra pessoa.

A linguagem e os gestos criam um campo comunicacional que gera as informações necessárias para o sujeito viver em sociedade e, assim, formar sua consciência. “Portanto, a comunicação entre sujeitos não acontece numa esfera mental, mas nesse campo comunicacional, resultante da complexidade dos processos sociais em que os sujeitos estão imersos” (SOUZA, 2006, p. 50).

Mead entende a identidade como uma interação social, e o objetivo de seu pensamento está na compreensão da internalização do social. Nesta perspectiva, pensamos que ele propõe a interação indivíduo – sociedade como uma relação de poder que essa exerce sobre os indivíduos que correspondem ou não às expectativas sociais que lhe são impostas. A identidade apropriada subjetivamente, de acordo com Souza (2006, p.94), “precisa de um lugar específico no mundo, até por que, além de o indivíduo absorver os papéis de seus outros significativos, nesse mesmo processo assume o mundo deles, interiorizando-o”.

Ainda na perspectiva de Mead, o *self* é um processo reflexivo, ou ainda, a capacidade do indivíduo de se considerar como objeto pertencente ao todo, tendo como mediador a linguagem. A manifestação do *self* ocorre na afirmação de si ou na identificação do sujeito com o contexto coletivo. Nessa reflexão, o indivíduo sai do papel de ser passivo e pode perceber e formular possibilidades de transformação na sua relação com o outro em sociedade. Para isso, o *self* passa por dois estágios de desenvolvimento, em que, no primeiro.

O *self* individual é constituído simplesmente por uma organização das atitudes particulares dos outros indivíduos voltadas para o próprio indivíduo e das atitudes de uns para com os outros, nos atos sociais específicos em que aquele participa com estes. Mas no segundo estágio, de pleno desenvolvimento do *self* individual, este *self* está constituído não apenas pela organização das atitudes individuais particulares, mas também por uma organização das atitudes sociais do outro generalizado, ou o grupo social a que pertence como um todo (MEAD, 1972 apud SASS, 2004, p. 254-255).

Para Mead, o *Self* não nasce com a vida humana, mas se desenvolve plenamente a partir das relações sociais quando uma pessoa está inserida em uma comunidade e agindo segundo as atitudes estabelecidas por esta comunidade. A pessoa torna-se, então, um indivíduo participante dos grupos sociais. O indivíduo se socializa através do outro quando exterioriza ou manifesta sua interiorização dos comportamentos que lhe foram apresentados para inserção em um grupo.

O *Self* é uma dimensão da personalidade composta pela consciência que um sujeito tem de si mesmo. Ele é constituído por dois componentes: O Eu e o Mim, em que,

Oeu refere-se ao sujeito que empreende a ação. Os seres humanos são entidades ativas, capazes de atuar espontaneamente e por iniciativa própria. O *mim* se refere ao *self* como objeto, na medida em que formamos uma imagem de nós mesmos nos olhando pelos outros. O '*eu*' é a reação do organismo às atitudes dos outros; e o '*mim*' é a série de atitudes organizadas dos outros que alguém adota (MEAD, 1972, p. 202).

O *eu* empreende uma ação/reação espontânea frente às ações da sociedade. É o novo, o que enfrenta o coletivo e abre espaço para criações e modificações na rede social. Além disso, é a exteriorização do *Self*, reagindo à atitude dos outros. E o *mim*, conforme Souza,

consiste na “reprodução” de reações socialmente construídas e organizadas, na internalização do outro generalizado, na internalização das regras sociais, na identificação do sujeito com sua comunidade cultural. É a presença do outro na consciência do indivíduo, processo que não ocorre de forma automática e inconsciente. O sujeito para se conhecer, precisa perceber a existência do outro em si. O *self* envolve a consciência de si a partir do reconhecimento do outro; não resulta de uma experiência individualizada, mas de uma vivência coletiva (2006, p. 58).

A interação social é um diálogo contínuo entre o *eu* e o *mim*. Os dois são de igual importância para a estruturação da personalidade. Personalidade que, segundo Mead, é constituída nas relações sociais que tem início na infância com o desenvolvimento do “outro significativo”. Esta é a fase da imitação na qual as crianças reproduzem as ações particulares dos indivíduos que consideram importantes.

Nessa fase, iniciam-se as etapas do desenvolvimento da personalidade que o autor vai chamar de *Activities of play*, que são as brincadeiras e jogos infantis, as quais proporcionam à criança o primeiro contato com seu outro. Santos Lara(2011) afirma que “este é o primeiro passo para o indivíduo se fazer um animal social. O jogo infantil para a autora é uma atividade social que propicia à criança a primeira organização do seu *Self* e da consciência de si mesma” (p.67).

É nessa fase de construção de personagens imaginários que a criança apropria-se do outro conforme suas observações, gerando uma reação-ação. A

criança brinca de ser uma mãe, um professor, um policial, internalizando, assim, aspectos de determinados papéis construídos e determinados socialmente.

No segundo momento, ou etapa, conhecida por Games, acontece a adoção de regras que determinam o comportamento dos participantes. A criança passa a reconhecer e incorporar em seu *self* as normas e valores que são válidos para as pessoas da sociedade. Sobre isso, Souza (2006) pontua que,

a regra, ao ser internalizada, faz com que o indivíduo funcione por si só e que os participantes consigam atingir seus objetivos em conjunto e não mais individualmente. Esta fase traz grandes mudanças no modo de as crianças realizarem suas experiências; elas já não conversam mais consigo mesmas, e começam a desempenhar papéis mais fixos. A partir especialmente da aquisição da fala, é que a criança irá gradualmente dominando o processo de apropriação da atitude do outro. E o jogo com regras implica essa apropriação da atitude de todos os participantes de forma organizada, até chegar ao ponto em que todos assimilem as regras, organizando para si o outro como um outro generalizado (p.51).

Mead utilizou o termo *outro generalizado* – que pode ser representado na figura de uma pessoa (pai, professor, médico etc.) ou grupo (escola, igreja, clube de futebol etc.) – para referir-se a tais normas e valores culturais amplamente aceitos que nos servem de base para avaliarmos a nós mesmos. O autor descreve esse outro generalizado como uma

comunidade ou grupo social organizado, que proporciona ao indivíduo sua unidade do 'self', pode ser chamada 'o outro generalizado'. A atitude do outro generalizado é a atitude de toda a comunidade. Assim, por exemplo, no caso de um grupo social como o de uma equipe de futebol, a equipe é o outro generalizado, na medida em que intervém – como processo organizado ou atividade social – na experiência de qualquer um de seus membros. (MEAD, 1972. p. 154)

O autor ainda chama atenção sobre as possibilidades múltiplas de conduta que um indivíduo apresenta. Em experiências sociais determinadas, os indivíduos apresentam certa gama de condutas, ao mesmo tempo em que omitem outras.

Boa parte da pessoa não necessita expressão. Estabelecemos toda uma série de distintas relações com diferentes pessoas. Somos uma coisa para um homem e outra para outro. Há partes da pessoa que existem somente para a pessoa em relação consigo mesma (MEAD, 1972, p. 174).

Portanto, os indivíduos apresentam possibilidades várias de conduta, as quais são manifestas em função da interação com outros determinados e da situação ou contexto social a que estão submetidos.

Neste contexto, o processo de socialização não termina com o alcance da última etapa. À medida que os indivíduos acumulam novas experiências e se desenvolvem socialmente, o processo de socialização continua. Por isso, ao longo da vida, o sujeito vai reformulando a imagem que possui de si mesmo.

Conforme Santos Lara (2011 p.74), Ciampa concorda com as ideias de Mead sobre a influência da interação social como fator determinante na construção da identidade, pois é por meio da teoria de identidade como metamorfose que Ciampa apresenta em sua obra (*A estória do Severino e a História da Severina - Um ensaio da Psicologia Social*) o conceito de identidade, nomeando-a como metamorfose. O Severino é o personagem da ficção do poema “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto, e Severina é uma personagem da vida real.

Desse pensamento de Ciampa nasce o modo de estudar a identidade como metamorfose humana, como um movimento que se estabelece no processo de relação social, como uma construção social, não mais contemplando sua natureza estática e essencializadora. Trata-se de um vestir e despir-se das personagens guiado pelos encontros e confrontos diários.

Cada indivíduo encarna as relações sociais configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida – que nem sempre é vivida –, no emaranhado das relações sociais. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela (CIAMPA, 2001, p.127).

As ideias de Ciampa sobre identidade como metamorfose ajudam a explicar como acontece a construção das desigualdades e os problemas sociais, porque

A compreensão da metamorfose identitária implica também questionar a maneira pela qual esses processos imbricam-se com as estruturas mais amplas que determinam as condições sociais da própria formação psíquica, ou seja, as condições nas quais os sujeitos pensam, a arena na qual suas reflexões ganham concretude (LOPES, 2002, p.21).

Para Ciampa a Metamorfose é um processo de transformação da sociedade, porque nasce na transformação do ser humano

como movimento das transformações que vão configurando nossas identidades, seja como história de vida – um passado que se fez pela minha atividade – seja como projeto de vida – um futuro a ser buscado a partir de meu desejo – ou seja, desenvolver a competência de falar e agir com autonomia para afirmar quem sou e quem gostaria de ser (CIAMPA, 2002, p.34).

A identidade é um processo que se dá desde o nascimento até a morte do indivíduo, podendo ultrapassar esses limites. Nesta perspectiva, entende-se o ser humano como um ser em transformação que não possui um fim, pois sua imagem e biografia se perpetuam mesmo após o término da existência, visto que a identidade ou lembrança desse sujeito sofrem metamorfoses que permanecem criando influências na cultura e no pensamento no grupo social ao qual pertenceu. Seus conhecimentos e falas podem fazer parte da formação de integrantes futuros do grupo em que ele esteve presente.

Para Ciampa, a identidade como metamorfose ganha substância por meio de personagens, em que o sujeito é visto como *personagem* – que interpreta na sociedade assim como Mead nos apresenta – a identidade é a articulação ou soma de várias personagens que são constituídas a partir de um momento histórico. Conforme o autor “Personagens são momentos da identidade, degraus que se sucedem; círculos que se voltam sobre si em um movimento, ao mesmo tempo, de progressão e de regressão” (CIAMPA, 1998, p.198).

Nessa lógica, se identidade é história, como afirma o autor, e que não há personagens fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagens, entendemos que a autoria da história é um composto de articulações sociais, na qual a identidade do outro reflete e influencia (interioriza) no outro indivíduo. Como afirma Ciampa, “interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna como algo nosso” (1998, p.131).

Somos substantivos nomeados e determinados pelo nome. E nesta nomeação está implícita e imposta uma classificação que é também uma construção histórica. Por exemplo: José que é filho de Maria, Maria esposa de Manuel, Manuel dono da Padaria, Padaria da rua 9 etc. Assim se elabora a crença de que se conhece a pessoa através do que é construído socialmente. Dessa forma se mantém a normalidade do convívio, quando podemos visualizar e aceitar que a pessoa é aquilo que diz ser. Ao nomear o ser, o determinamos e o incluímos em um grupo social, o estigmatizamos por vezes, ou o igualamos e o diferenciamos.

Assim, sucessivamente, vamos nos diferenciando e nos igualando conforme os diferentes grupos sociais a que fazemos parte. Mas é necessário perceber que o sujeito não é estático neste processo de manifestação da nomeação, ao contrário, é pelo agir que nos tornamos parte do social (todo), pois “nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática” (CIAMPA, 2001, p.64).

A ação que constrói e designa o ser é guiada e orientada pelo grupo em que ele está inserido. Em um determinado momento ele segue o que é proposto pelo grupo e assim passa a fazer parte da construção. Ele se compreende como uma identificação de ser e estar. O processo de identificação é também a reposição ou a afirmação do que é nomeado. Ao nascer somos nomeados como membros de uma família, relação que é reafirmada através de comportamentos que reforçam e permitem que seja interiorizado esse pensamento e reforce a conduta como filho.

Desta forma, a identidade do filho, se de um lado é consequência das relações que se dão, de outro – com anterioridade – é uma condição dessas relações. A identidade é pressuposta e reposta a cada momento, sob pena de esses objetos sociais, “filho, pais família” etc., deixarem de existir objetivamente (CIAMPA, 2001, p.66).

É nesse movimento de identidade pressuposta ou pré-definida que está a *Mesmice*. Como *Mesmice*, Ciampa compreendem não movimento, uma consciente busca pela estabilidade ou inconsciente compulsão à repetição. A *mesmice* é a manifestação de um ser sempre idêntico e é pressuposta como dada permanentemente e não como reposição de uma identidade que uma vez foi posta. Mas é apenas aparente, pois a transformação é algo inevitável sendo ela de forma positiva ou não ela sempre acontece. O autor também chama atenção para o inevitável da transformação, argumentando que,

Na verdade a não transformação é impossível: o possível, e que requer muito trabalho, é manter alguma aparência de inalterabilidade, por algum tempo, como resultado de muito esforço para conservar uma condição prévia para manter a *mesmice* (CIAMPA, 1998, p.165).

Nessa perspectiva, entendemos que na “re-posição” da identidade, que é diária, e conforme o processo de relação social que se estabelece, o sujeito é transformado inevitavelmente. O que acontece é uma luta para que essa

transformação não se perpetue de forma que altere a situação do sujeito de forma positiva.

É a transformação da não transformação. O sujeito se transforma de uma maneira tal que não ocorre à transformação emancipatória. Ciampa (1998) traz o exemplo de Severina, escrava que, na reposição da *mesmice*, é transformada pelas conveniências e interesses do capital. Na Severina “louca” dependente dos benefícios previdenciários e assistenciais ela estabelece uma forma de se transformar em algo que é conveniente para si e para o todo, mesmo que essa transformação não seja algo tão explícito, porque neste “reapresentar” ou transformar falso acontece uma transformação.

Isso ocorre por diversos motivos, entre eles, por escolha do ser que protela a saída da situação, ou por conveniência de manter a *mesmice* ou transformá-la em outra forma de *mesmice* com nova aparência, ou ainda, por condições impostas por nossa sociedade e imposições econômicas.

Na nossa sociedade, encontramos milhões de exemplos de pessoas submetidas a condições socioeconômicas desumanas; às vezes mesmo com condições socioeconômicas favoráveis, milhares, talvez milhões de pessoas são impedidas de se transformar, são forçadas a se reproduzir como réplicas de si (CIAMPA, 1998, p. 165).

A concretização da *Mesmice* é, segundo Ciampa, o Fetichismo da personagem, que é a quase impossibilidade de um indivíduo ser – para si. E vai ocultar a verdadeira natureza da identidade como metamorfose, gerando o que será chamado de identidade mito. O ser para si é o objeto de Emancipação, pode ser o espaço para a consciência da transformação. No exemplo da obra do autor (1998, p. 146) é a Severina moleque.

A ideia de ser para si é buscar uma autodeterminação (que não é a ilusão de ausência de determinação exterior); torna-se escrava de si própria que de alguma forma é tentar tornar-se sujeito; procurar a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz agir uma atividade finalizada relacionando desejo e finalidade pela prática transformadora de si e do mundo.

A contradição da *mesmice* acontece através do que Ciampa designa como *mesmidade*, que é o apreender o ser para si, o pensar consciente das pré-determinações, a construção de novas crenças e valores que nos emancipam. Esse movimento, conforme Santos Lara (2011, p.76), “provoca a necessidade de busca de

novas maneiras de se relacionar com o mundo e, em alguns casos, é capaz de modificar a teia social”.

É por meio do conceito de alterização que Ciampa desenvolve o conceito de *mesmidade* como a superação da personagem vivida pelo indivíduo. A superação da personagem proporciona a expressão do Outro “Outro” que sou eu.

Identities que se definam pela aprendizagem de novos valores, novas formas, produzidas no próprio processo em que a identidade está sendo produzida, como mesmidade de aprender(pensar) e ser(agir) (CIAMPA, 2002, p. 241).

A teoria proposta por Ciampa, ao longo dos anos, sofreu transformações e, em 1999, no encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), o autor propôs a ampliação da concepção identidade – metamorfose através do sintagma *Identidade – Metamorfose – Emancipação*. Conforme Lima (2005) fica claro que identidade é metamorfose humana em busca de emancipação que pode ser conquistada, ou não, na medida em que está sujeita ao desenvolvimento da identidade pós-convencional como possibilidade universal.

Para Ciampa o sentido do processo de metamorfose está na luta pela emancipação, que pressupõe uma autonomia que possibilite ao sujeito, a partir de sua história, a concretização de um projeto de vida. Essa concretização na compreensão da minha identidade (quem sou eu), quando o Outro me reconhece e como eu gostaria de ser reconhecido total ou parcialmente. A emancipação, por vezes, envolve uma identidade coletiva e, quando isso acontece, o sujeito ganha maior autonomia ao colaborar como membro de um grupo e, ao mesmo tempo, concretiza sua singularidade dentro da rede de intersubjetividade. Nas ideias de Habermas Ciampa busca dialogar em sua obra sobre o conceito de emancipação para esse autor a emancipação é um processo pelo qual uma sociedade conquista autonomia, tornando-se livre de coerções externas e internas e autônoma no controle e no governo de si.

Habermas credita a uma estrutura de comunicação (linguagem) uma democracia igualitária de espaços paratodos a partir de uma comunicação onde interesses particulares formariam interesses generalizados. Que podem ser coletivamente perseguidos e definidos de maneira racional e eficiente.. Sua ênfase está na possibilidade de universalizar interesses particulares mediante um contexto

dialógico em que todos participam. A esta libertação da sociedade do domínio colonizador do estado capitalista ou do mundo do sistema ele chama de mundo da vida.

Para o autor o obstáculo à emancipação surge na colonização do mundo da vida pelos sistemas. Conforme Coelho (2009) O mundo da vida é o mundo social cotidiano, o mundo socio-histórico-cultural das interações simbólicas. Os sistemas são âmbitos sociais mais ou menos fechados (a partir de um código e de uma lógica própria) e mais ou menos cegos (no sentido de que não são capazes de compreender nem responder a qualquer coisa externa a eles próprios). Os dois sistemas sociais são o sistema econômico (que se organiza com base na busca estratégica pelo lucro) e o sistema político (que se organiza com base na busca estratégica pelo poder). Se o mundo da vida não for suficientemente protegido contra as investidas desses dois sistemas, então aspectos que deveriam ser decididos e orientados comunicacionalmente (quer dizer, mediante interações comunicativas no mundo da vida) o serão sistemicamente (quer dizer, a partir da lógica estratégica e dos propósitos dos sistemas).

Mas ao definir mundo da vida como espaço de trocas comunicativas e emancipação como proteção do mundo da vida contra interferências sistêmicas. Abrimos espaço para questionamentos que estão no centro da resposta de Habermas. Pois quem disse que as comunicações do mundo da vida são livres? Quem disse que tais comunicações são uma via de emancipação? Quem disse que o mundo da vida não está sujeito a coerções internas, simbólicas, sociais, independentes e anteriores às interferências dos sistemas? Se pensarmos em um estado de exceção, as relações de poder e discursos ideológicos ultrapassariam esse espaço e passaríamos a conviver com diversos exemplos de demagogia. Onde os conflitos não surgem ou não há questionamento. Acredito que o pensamento de Habermas apesar destes questionamentos é fundamental na obra de Ciampa para entender a construção da identidade na relação social ao apresentar os quatro estágios do desenvolvimento histórico e ao definir a identidade como 'Eu de si mesma'. Porque a produzem e a conservam também tem uma identidade do Eu que, não lhes é meramente atribuída (HABERMAS apud CIAMPA, 1998, p.223).

Estamos sempre encarnando novos personagens e, ao nos apropriarmos de um ou alguns deles, geramos uma emancipação para novas formas de nos

compreender. A metamorfose acontece na mudança ou aquisição de uma nova personagem. É o momento em que o sujeito se percebe como ser humano, como no texto de Ciampa o exemplo da Severina Outra, que tem consciência de si e consciência do outro. A Severina percebe a metamorfose como um processo de mudanças por etapas que acontecem através da prática da vivência na elaboração das situações diárias.

Enfim a Severina que se sente sujeito da própria vida. Hoje ela se preocupa também com questões políticas. Discute a situação brasileira. Alerta para os riscos da corrida armamentista. Fala da bomba. Encarece a necessidade da paz mundial. Quer o respeito pela vida (CIAMPA, 1998, p. 122).

E é com base neste sintagma que se elabora a compreensão do conceito de identidade neste estudo buscando compreender a constituição da identidade dos sujeitos envolvidos em nossa pesquisa, não somente na busca das respostas exatas, mas naquelas que se transformam.

5 MÉTODOS DE TECER

Neste estudo, o compromisso se concentra na compreensão acerca do conceito de identidade, sem, contudo, abandonar as questões relacionadas à forma de construí-la nas relações sociais, consideradas como trocas de poder materializadas em discursos de diversos gêneros, como manifestação ideológica e reproduzidas pela linguagem.

Sob esse aspecto, parece interessante, como parte da apresentação do referencial teórico e metodológico, o entendimento sobre a questão que concerne à linguagem. Começa-se, portanto, com a análise do pensamento de Mikhail Bakhtin (1995; 1997), precursor dos estudos sobre a relação entre língua e ideologia, que refere que “o discurso sobre o mundo se funde com o discurso confessional sobre si mesmo” (BAKHTIN, 1997, p. 77).

Bakhtin ao conceber a linguagem como uma característica essencialmente das relações humanas, compreende-se que os indivíduos passaram a descrever teorias e a elaborar pensamentos sobre suas possibilidades próprias para criar, recriar, significar e ressignificar o mundo.

É interessante, também, apresentar a proposta de Giorgio Agamben, acerca da linguagem presente em seus livros, dentre os quais, *O que resta de Auschwitz* e *Profanações*. Agamben é considerado um discípulo do filósofo Walter Benjamin.

Conforme Santos(2010), Walter Benjamin contribuiu para o estudo da linguagem, ao dar destaque ao seu caráter mágico, ao mesmo tempo em que demonstrou preocupações quanto à instrumentalização que dela se fez, especialmente, a partir da modernidade. Para ele, o homem moderno vive uma verdadeira esquizofrenia entre o discurso proferido e a realidade vivida, deixando evidente a necessidade de estudos sobre a linguagem e suas implicações nos espaços políticos, para promover sua libertação de todos os tipos de aprisionamento que o sufocam.

Ainda para Santos(2010), Agamben não trata diretamente da linguagem, como guia para uma metodologia de pesquisa, mas, ao descrever os conceitos de contemporaneidade e de profanações ao esclarecer o que é um dispositivo, contribui, de forma significativa, para um entendimento do que a linguagem, através

de suas dimensões políticas, pode provocar e proporcionar à vida de seres humanos.

Avalia-se interessante a referida discussão, que se torna preliminar para a compreensão da proposta metodológica de coleta de dados e que, por escolha particular, trata da história de vida, que se materializa através da linguagem.

Este estudo tem como principal objetivo analisar como se constitui a identidade de egressos do sistema penitenciário com tuberculose que, após a saída do presídio, buscam por reconhecimento e emancipação. Busca-se, a partir da análise das entrevistas, verificar quais as reais possibilidades de emancipação, contextualizando com a teoria do estado de exceção.

Nestesentido, estrutura-se como referencial teórico, a fim de conceituar identidade, o Sintagma: Identidade-Metamorfose-Emancipação, de Antônio da Costa Ciampa, subsidiados pelas teorias de Socialização e de Sociabilidade, de Berger e Luckmann e George Mead, também sobre Emancipação, preconizada por Habermas. É a partir da teoria de Ciampa que se procura compreender a identidade do egresso com tuberculose e localizar as metamorfoses existentes nas histórias desses sujeitos

O conceito de estigma proposto por Goffman²⁹, para compreender esses sujeitos, antes e após o aprisionamento e os conceitos de reconhecimento, discutidos e trabalhados por Nancy Fraser, conduzem a linha para a construção de respostas aos questionamentos desta pesquisa.

Procura-se compreender tais teorias, sob uma ótica de um estado de exceção, proposto por Giorgio Agamben, empregado para contextualizar autores relacionados com a questão da ideologia acerca da função da prisão na sociedade moderna a saber, o mais célebre, Michel Foucault, com sua conceituação sobre o biopoder.

²⁹**Estigma:** Conforme Goffman (2008) seria o termo designado pelos gregos aos sinais corporais visíveis, que desqualificavam moralmente seus portadores, para o papel discriminatório que exerciam. Os homens que traziam essas marcas, geralmente escravos, criminosos ou traidores, deveriam ser evitados no espaço público. Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana, possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto.

Para a explanação histórico-contextual do tema, encontraram-se referências no campo de estudos das Ciências Sociais, mais especificamente, em autores como Ricardo Sá, Sérgio Adorno e autores que trabalham sob o enfoque da tuberculose como uma construção social, como Bertolli Filho.

Os autores propostos para a discussão seguem como referência os entendimentos propostos pela chamada Teoria Crítica. A Teoria Crítica corresponde ao pensamento alemão, seja qual for a tonalidade ideológica, que dominou grande parte do cenário intelectual ocidental, entre 1850 e 1950. Neste período, o pensamento de filósofos e críticos, como Marx e Nietzsche, teve grande ascendência, nas Ciências Sociais.

Sobre o pensamento alemão, é interessante compreender o movimento cronológico que constituiu a organização para a origem da Teoria Crítica. Pode-se classificar esse pensamento, em cinco momentos: o primeiro, a partir do final do século XVIII, denominado idealismo clássico, cujos principais expoentes foram as figuras de Kant, Herder, Fichte, Schelling, Hegel e Schopenhauer, independentemente das suas divergências ou aproximações.

O segundo momento está totalmente direcionado à figura de Karl Marx, secundado por seu companheiro Friedrich Engels, expoentes do materialismo filosófico, dos quais as datas de trabalhos mais significativos vão de 1850 a 1880. O terceiro foi aquele ocupado inteiramente por Nietzsche, cuja ressonância maior deu-se após sua morte, ocorrida em 1900.

Já no século XX, percebe-se o quarto momento, marcado por um ecletismo, que lançou sua influência sobre a maior parte do pensamento filosófico contemporâneo. A esse período, correspondem as teorias de J. E. Husserl, na Fenomenologia; N. Hartmann, na Ontologia e por M. Heidegger, no Existencialismo.

No quinto momento, estruturou-se a Frankfurt Schule, a *Escola de Frankfurt*, em 1924, sob a liderança de Félix Weil, Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse, tendo ainda como companheiros, um tanto distante deles, o filósofo Ernst Bloch e o psicólogo social Erich Fromm. Os autores da teoria crítica estudam o fenômeno, a partir da construção histórico social que o determina, buscando a emancipação humana. De certa forma, pretendem compreender o conflito que se estabelece na busca da emancipação, que é apresentada como uma possibilidade impedida pelo sistema social vigente.

Em momento subsequente, surgem autores que dão continuidade à busca por um conhecimento emancipatório, entre eles, Jürgen Habermas, que orienta seu pensamento por uma prática emancipatória, através da teoria da ação comunicativa. Axel Honneth, nas releituras de Hegel sobre a teoria do reconhecimento e para interesse deste estudo; Giorgio Agamben que, apesar de não se titular um expoente da teoria crítica, foi aluno de Heidegger, que apresenta influência no pensamento desse autor.

A partir da escolha dos autores, fica viável analisar a criação do personagem egresso e os processos sociais que se constroem, na dinâmica de relações desses sujeitos e nas possibilidades de reconstruções ou construções de novos personagens.

No que se refere à técnica da história de vida, entende-se que esta permite conhecer as experiências e as perspectivas de um indivíduo e as informações contidas na memória pessoal de um ou de vários informantes. Resume o desenvolvimento de uma narrativa de vida, em que o pesquisador entende a trajetória biográfica do sujeito como um campo de possibilidades, em que este reconstrói os acontecimentos que vivenciou, transmite tais experiências e reinterpreta suas escolhas, fornecendo, com riqueza, detalhes sobre o tema. Conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 93), as histórias de vida, sob ponto de vista sociológico, são,

Frequentemente, uma tentativa para reconstruir a carreira dos indivíduos, enfatizando o papel das organizações, acontecimentos marcantes e outras pessoas com influências significativas comprovadas na moldagem das definições de si próprio e das suas perspectivas sobre a vida.

Becker (1999) esclarece que não se pode confundir a história de vida com uma autobiografia, embora ambas se inscrevam em um processo narrativo. A autobiografia se caracteriza pelo comprometimento do autor com sua história pessoal, de modo a selecionar o que melhor lhe convém a ser revelado.

A história de vida se aproxima dos objetivos do pesquisador em tentar captar significados e interpretações para acontecimentos, movimentos e ações individuais ou coletivas. Becker (1999) registra que esse procedimento tem sido empregado desde os anos 1920, pela Escola de Chicago, em estudos etnográficos urbanos e em casos específicos, baseados na psicologia social.

5.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS

A pesquisa realizou-se no decorrer de dois anos dividindo-se no primeiro momento em uma revisão bibliográfica assim como a definição do objeto de pesquisa. No segundo momento foram realizadas as entrevistas que contemplaram relatos de história de vida.

O panorama apresentado no estudo compõe-se de uma revisão de bibliografia e acesso a bancos de dados e estatísticas do Ministério da Justiça , Departamento Penitenciário Nacional , Ministério da Saúde os programas Nacionais e Estaduais de controle da tuberculose e aos dados da Superintendência de Assuntos Penitenciários do RS.

Todos referentes a anos entre 2010 e 2013. A fim de subsidiar a discussão do conteúdo, foram utilizados bancos de dados eletrônicos, realizadas consultas on-line em bibliotecas e em centros de pesquisas das universidades mais importantes do país, como UFRGS, PUC/RS, USP, PUC/SP, ENSP. Acessou-se, ainda, o banco de dados SCIELO e outras diversas revistas, ligadas a área das Ciências Sociais. Também, foi feita pesquisa complementar no banco de teses da Capes.

A análise bibliográfica visou contextualizar a construção social em que se desenvolve a identidade/ metamorfose dos egressos do presídio em tratamento para tuberculose. O contexto da criação de estigmas sobre essas personagens e uma discussão acerca das relações teóricas, propostas pelos principais autores, fundamentaram a pesquisa.

Buscou-se, por fim, colher material, em campo de pesquisa qualitativa, o que compreendeu a realização de entrevistas com sete homens, cujos perfis estariam de acordo com a proposta do estudo. As entrevistas ocorreram nas dependências do Hospital Sanatório Partenon, no seu ambulatório, em Porto Alegre/RS, entre o último semestre de 2012 e o primeiro de 2013.

A Unidade Sanatório fica dentro das dependências do Hospital Sanatório Partenon, referência estadual no tratamento para tuberculose, que atende as regiões do Partenon–bairros Lomba do Pinheiro e Agronomia – região onde se constatam 30% dos casos de tuberculose do município de Porto Alegre/RS.

Nesse contexto, o trabalho de campo tornou-se viável, pela facilidade de acesso e pela proximidade da pesquisadora com a instituição (seus documentos) e com suas equipes de assistência, por ter participado do programa de residência multiprofissional do Hospital Sanatório Partenon, durante os anos de 2009 a 2011.

As equipes técnicas de Enfermagem e Serviço Social foram de total auxílio e cooperação, contribuindo com informações para possíveis sujeitos de pesquisa e permitindo que a pesquisadora acompanhasse os momentos de triagem dos pacientes, na instituição.

Considerando os aspectos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos, foram assegurados seus direitos, obedecendo à Resolução n^o 196/96 do CNS/MS, utilizando instrumentos que reforçassem a autonomia do sujeito da pesquisa, entre eles, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram realizadas entrevistas, gravadas a partir da aceitação, por meio do TCLE.

Os sujeitos foram convidados a participar da coleta de dados, quando ocorria o contato, no momento de espera da consulta médica. Nessa oportunidade, se esclareciam os motivos e os objetivos da entrevista e se agendavam dia e horário para sua realização.

A segurança da pesquisadora para o momento da entrevista foi garantida, através do uso de equipamentos de segurança individual, como máscaras cirúrgicas, conforme o estabelecido pelos fluxos de trabalho, utilizados na instituição.

Os critérios para seleção dos sujeitos de pesquisa consideraram: homens, maiores de dezoito anos, com contato com doentes de tuberculose no Presídio Central, que tenham –ou não –diagnosticado a doença, durante o período de aprisionamento e que estejam em tratamento para a tuberculose, de forma regular, fora da prisão, podendo –ou não –esse tratamento ser de esquema, primeira ou terceira linha.

Das histórias de vida apresentadas, selecionaram-se três casos para discussão e análise; optou-se pela análise dessas três entrevistas, pois, entendeu-se serem estes os representantes que mais se identificavam com a proposta.

A fim de preservar o sigilo, os nomes dos participantes foram alterados. Na verdade, a análise vai apresentar a história de três personagens, heróis, não com superpoderes, mas, que utilizam da sua humanidade para desenvolver habilidades

que os capacitam a honrar e a defender o seu soberano. Sintetizam uma unidade, *“um por todos e todos por um”*.

Pretende-se, então, apresentar as estratégias que esses senhores criam para suas vidas, através de codinomes que, sem a menor prepotência de estar absolutamente correta, designam: Athos, Porthos e Aramis.

6 ESCOLHENDO OS TECIDOS

Neste capítulo, apresenta-se a análise das entrevistas dos sujeitos da pesquisa, costurando suas histórias com a proposta apresentada no referencial teórico sobre identidade.

Mas, antes de descrever as histórias de vida, cabe tecer algumas considerações acerca da forma de análise, a partir dos conceitos emitidos sobre identidade e emancipação. Vale compreender o olhar de Ciampa(1998), que enxerga o humano como um ser de possibilidade e de transformação, em busca da emancipação. Para Ciampa(1998), o sentido do processo de metamorfose está na luta pela emancipação, que pressupõe uma autonomia que possibilite ao sujeito, a partir de sua história, a concretização de um projeto de vida.

Diante das histórias de vida dos sujeitos entrevistados, percebe-se uma configuração de predeterminações na construção de suas identidades, o que os impede de buscar a emancipação, no sentido da criação de um sujeito com caráter político e autônomo, no governo de si. Entende-se que isso acontece pela forma como as relações sociais são mediadas. Ao utilizar o conceito de estado de exceção, como forma de poder nas sociedades ocidentais modernas, nota-se uma impossibilidade de autonomia plena dos sujeitos, pois estão sob o domínio de um poder soberano regulador e normalizador.

Neste sentido, vê-se que as possibilidades de emancipação estão em nível micro – ou, como se prefere aqui referir, estratégico. Entende-se que esses sujeitos criam estratégias, que podem gerar a emancipação, no nível anterior à emancipação, as quais ocorrem por meio da metamorfose e se desenvolvem na interpretação das personagens, no meio social.

Assim, ele cria movimentos sutis, na sua dinâmica de relações sociais quase imperceptíveis, que, talvez, só possa senti-los quem os pensa. Em um momento de pensamento puro, aquele que nomeia as coisas, em uma primeira vez (objeto criado antes pensado), talvez seja a matéria dessa estratégia. Algo anterior à linguagem, porque é separado dos discursos ideológicos dominantes de exceção, sob a realidade do sistema capitalista, num discurso individual do pensamento do ser.

Assim, busca-se, no pensamento de Heidegger, assim como fez Ciampa, em sua obra, *A estória do Severino e A história da Severina* (1998), proposições para a

discussão sobre a identidade e a emancipação do humano. Alerta-se que, de nossa parte, se trata de uma busca que, é possível, não tenha sido realizada, ainda, com a profundidade necessária; contudo, serve como questionamentos para futuros apontamentos.

Entende-se a necessidade da busca dos significados para o ser, antes das imposições sociais. O ser é determinado a partir de uma identidade, como um traço dessa identidade (HEIDEGGER apud CIAMPA, 1998, p. 143).

Para Heidegger (2006), o homem é o ser portador da verdade, preservando-a, em sua essência. Ele propõe uma metafísica que supõe haver um único significado autêntico do ser, a saber, aquele cuja essência se encontra na temporalidade própria. O ente a se analisar somos nós mesmos, aqueles que estão sempre em jogo.

O que se deseja ponderar, com essas interlocuções de Heidegger, é o debate do homem acerca da busca pela vida que vale apenas ser vivida e sobre quais condições possui autoridade para se sentir vivida, “pois, humanismo é isto: meditar, e cuidar para que o homem seja humano e não des-humano, inumano, isto é, situado fora de sua essência” (HEIDEGGER, 2008a,p.332). O que se constituiu sempre no empenho para retirar o ser humano da barbárie e que hoje principalmente se localiza no campo do pensamento materializado por discursos..

Mas, fica o questionamento, no que se refere a como determinar a essência do homem. Para Marx, segundo Heidegger(2008), para que o sujeito seja conhecido e reconhecido, deve estar na sociedade. Para ele, o sujeito natural é o sujeito social. É na sociedade que, de certo modo, garante-se a natureza do sujeito, isto é, na totalidade de suas “*necessidades naturais*” (alimento, vestuário, procriação, sustento econômico).

Heidegger (2008) considera o humanismo como o acontecimento que vem ligado com o começo, o desenvolvimento e o fim da metafísica: o fato de o homem assumir o centro do ente cada vez sob perspectivas diversas, mas sempre ciente disto, sem contudo ser ele mesmo o ente supremo. Isso porque homem significa ora uma humanidade ou a humanidade, ora o indivíduo ou a comunidade, ou o povo ou o grupo de povos.

Ciampa(1998) cita, no último capítulo de sua obra, que, para saber quem alguém é, deve-se perguntar a ele, mas antes é preciso se perguntar quem é, e quem queremos ser, tendo em vista quem somos hoje e quem fomos, ontem.

Talvez seja o que Heidegger nos fala: ao nos afastarmos da representação do homem como animal racional esse afastamento é um salto. Um salto que salta num abismo, enquanto nos abandonamos. Se nos abandonamos (morte?) o ser, que ó junto a nós pode ser, pode, então representar-se (vida!) (HEIDEGGER apud CIAMPA, 1998,p.241).

Para essa existência, entende-se a necessidade da busca dos significados para o ser e que existe um espaço de significação da vida humana, onde nos tornamos humanos – ou melhor, onde somos somente um, libertos de interferências ou considerações. Talvez este espaço esteja na primeira observação, no momento em que se olha para um determinado objeto e o quê significa; interioriza-se esse objeto e cria-se um sentido próprio; com tal significado, cria-se a essência.

Por exemplo, uma criança, ao olhar para um brinquedo pela primeira vez, estabelece um significado ao objeto que, depois, ganha uma normatização: explica-se para quê serve o brinquedo, o que, provavelmente, para ela, seja o significado real;mas, é ele que ela segue e tem consciência de que está seguindo, porque tem a necessidade de se tornar um ser de relações sociais: a identidade passa, então, para os processos de socialização e de construção do Self.

A questão da metamorfose implica com reciprocidade a da consciência, assim como a da não metamorfose igualmente implica, também com reciprocidade, a do inconsciente (tudo isso é lógico, também relacionado com o representar como atividade) (CIAMPA,1998,p.195).

Para aqueles que não aceitam essa normatização, é-lhes endereçado o espaço da loucura da marginalização e da estigmatização, do empobrecimento do ser. A emancipação não é possível sem que se perceba o espaço da essência do ser, o que é anterior aos significados sociais. De outra forma, o que se examina é um ciclo de emancipações construídas e reconstruídas, reconhecidas de forma a adequar-se ao que é proposto pelo poder soberano: uma falsa mesmidade.

Perante essas considerações, destaca-se que a análise, nesta dissertação, será norteadada pela busca da compreensão das habilidades usadas por nossos sujeitos de pesquisa, a fim de desenvolver suas personagens, na construção de

estratégias de emancipação, nos diferentes momentos de vida. Do mesmo modo, ainda, como a compreensão que desenvolveram, para uma futura ideia de *um por todos e todos por um*, uma vez que as relações e as contradições se realizam através das construções sociais. Mas, sua essência lhes permite buscar o ser, atrás do humano.

6.1 UMA BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE A ESCOLHA DOS NOMES DOS PERSONAGENS DA PESQUISA

Quando Alexandre Dumas escreveu seu romance ambientado na França do século XVII, onde florescia o esplendor da corte, o sensacionalismo das intrigas políticas e o poderio econômico e cultural, ele procurou nos apresentar personagens heroicos, mas, acima de tudo, humanos, com características próprias. Athos é o mais romântico, Aramis é astuto e generoso vê a vida como um jogo, composto de amor, ação e preces e Porthos é alto, gordo e bondoso, facilmente maleável e não muito inteligente.

Os mosqueteiros eram homens bonitos e charmosos, como nos mostra Alexandre Dumas, no seu belo livro? Jean-Pierre Bois (2003) afirma que eles eram “considerados arrogantes, vaidosos, briguentos, insolentes e pobres”. A arma preferida deles não era o mosquete, e sim a espada.

Paris, naquele tempo, era tão violenta quanto algumas ruas das cidades modernas. Era preciso andar armado para sobreviver. Os duelos eram tão frequentes que muitos jovens morriam. Às vezes, quando lemos o romance de Alexandre Dumas, ficamos com a impressão de que os mosqueteiros lutavam praticamente por divertimento ou para defender a honra própria ou de outra pessoa. Eram nobres de sentimento. Bois afirma que, pelo contrário, os mosqueteiros eram, fundamentalmente, “homens de guerra”.

Nossos personagens também são homens da guerra, só que, diferente dos personagens de Dumas, suas vidas não são contadas com orgulho e heroísmo. Estes são reconhecidos em uma categoria de estigmatizados que seguem o poder soberano no papel que é relegado a determinados espaços das construções sociais: a prisão e a tuberculose. Eles não são completamente iguais aos personagens de

Dumas, mas reúnem detalhes que representam em sua história de vida ações que nos lembram os mosqueteiros.

6.2 NARRATIVAS DE VIDA

Começamos com uma apresentação da história de vida dos sujeitos através de trechos de suas falas que destacamos como importante nos momentos de criação das personagens. Cada trecho é identificado com um título que entendemos marcar o momento de vida. Apresento também as características físicas desse sujeito, porque em seu físico estão também as marcas de sua história e os reflexos da doença como lembrança de seu tempo na prisão. Ao final de cada história, é constituído um quadro descritivo com a síntese do entendimento do pesquisador sobre as etapas de história de vida dos sujeitos. São destacados os momentos como imaginamos, aconteceram as etapas de metamorfose e identidade e reconhecimento na sua trajetória de vida. Quem esse sujeito era e em que momento de sua história se iniciou metamorfose que resultou na construção de um sujeito, que usa dos recursos da criminalização para viver e como nesse momento ele é reconhecido. Também quem é esse sujeito hoje, seu reconhecimento e a forma de metamorfose que poderá refletir sobre as estratégias que ele construirá para ser no futuro.

Athos

Athos é um homem branco de estatura mediana 37 anos, peso inferior a 60k, algo comum para alguém em tratamento para tuberculose. É casado, pai de dois filhos biológicos e três enteados. Mora com a atual companheira na cidade de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre, em uma casa no terreno da família da esposa.

Está em tratamento para terceira linha, tem cinco abandonos de tratamento para tuberculose. Encontro com ele na sala de espera do ambulatório, ele está sentado na companhia da esposa aguardando para nosso horário já pré-agendado. Ao entrar na sala para a entrevista, ele demonstra sentir-se a vontade para contar sua história de vida, algo que faz aos poucos tentando juntar momentos e lembrar-se de experiências que lhe causaram impacto.

a) *O filho responsável*

Athos inicia sua narrativa destacando sua relação familiar e a importância da forma de contato com pais nessa relação. Destaca que é o terceiro filho de quatro irmãos, três meninos e uma menina. Salienta que a família sempre correspondeu há um padrão de responsabilidade entre os membros. Mesmo morando em um bairro com várias carências de infraestrutura, a família sempre foi um espaço de proteção.

Morava com os meus pais, tudo certinho, eu sempre fui caseiro, na minha criação meus pais sempre me ensinaram o caminho certo. Eu sempre desde cedo batalhando por mim, pela minha família e nós conversávamos sobre colégio, rua, 'como que tu estás?' Meu pai sempre junto de nós, tanto eu como os meus irmãos.

Mas mesmo diante desta proteção e a certeza de estar no lugar correto em busca pelo novo, o proibido cedo começou a transformar sua vida. Athos se intitula como um curioso que busca o que está por trás da proteção, é inquerido na busca por algo diferente que está ao seu redor no meio social na comunidade a que pertence.

Onde eu fui criado, até brinco com a minha mulher, é que eu atravessei a rua. Eu e meus irmãos, no caso, morávamos em um lado da rua e desse lado da rua brincávamos na época de guri, de carrinho, junto com a rapaziada que morava do meu lado da rua e nenhum deles nunca saiu drogado, nenhum deles nunca usou nada, nem cigarro eles colocaram na boca, meu irmão nunca colocou um cigarro na boca, nada, e desses que eu estava me criando eu fui o único que atravessei a rua, do outro lado já tinha um beco, já tinha uns gurus que fumavam, uns gurus que usavam drogas, uns gurus que roubavam, uns gurus que andavam armados e eu atravessei a rua.

b) *O abandono dos estudos, mas a contínua afirmação da responsabilidade*

Athos conta que parou de estudar na 7ª série. A escola nessa fase não significava a maturidade desejada, ele queria mostrar sua capacidade de corresponder à maturidade que os relacionamentos necessitam.

Com 16 anos eu já tive namoradinhas, e eu cheguei para o meu pai e disse: pai, eu não quero mais estudar, e ele disse: já que não vai mais estudar então vai trabalhar, então parei de estudar e comecei a trabalhar. Eu era auxiliar de caminhão. Eu trabalhava, mas não era por conta, era borracheiro na época. Tinha um vizinho do lado da minha casa que tinha uma borracharia e eu estava sempre ali ajudando e ele me pagava, me dava um, não é pagamento. Estava sempre na volta dele, ajudava a trocar um pneu, encher um pneu, e ele dava um troquinho no fim de semana, era o que eu fazia,

c) As prioridades que se perturbam e misturam

Athos conta que a relação com a primeira companheira iniciou aos 16 anos, teve outras namoradas antes, mas com a gravidez veio à afirmação da maturidade.

Ela engravidou e eu quis assumir, não quis fugir da minha responsabilidade por que eu aprendi desde pequeno, meu pai, minha mãe sempre me ensinaram o caminho certo. Me casei com 16 anos, no caso me juntei, como se diz, e minha esposa na época tinha 15 anos e eu tinha 16. Quando ela fez 16 anos ela engravidou. Eu saí da casa dos meus pais, fui viver minha vida, eu achava que como eu ia ser pai tinha que ir à luta. Fui morar com ela, fiz uma casinha para mim e para ela e estava morando lá, trabalhava.

Neste momento Athos assinala que mesmo tendo a família como prioridade e se tornando responsável por seu lar, ele destaca que a idade e a influência das relações e amizades o estimularam a contrariar o momento que estava vivendo

Como eu era novo e cheio de saúde, namoradinhas na volta, então eu me empolguei, essa é a realidade, eu me empolguei e fiz coisas que não devia. Eu fui na 'pilha' de uma pessoa e mesmo tendo o meu filho e uma mulher dentro de casa eu procurei um relacionamento fora, mas isso eu tinha 18 anos e não pensava direito. Para mim, além de ter responsabilidades eu vacilei, então me envolvi com uma pessoa que não era e gerou incomodação com o pai dessa pessoa e eu parei preso.

d) A condução a um novo papel e novos espaços que se repetem e são impostos

Nesses 11 anos e 10 meses eu fiquei quatro anos e seis meses dentro do presídio, consegui um benefício de regime semiaberto por boa conduta, bom comportamento, trabalhava dentro do sistema, então eles me deram benefício depois de quatro anos e meio, mais ou menos me deram benefício de regime semiaberto. Eu fui pra o regime semiaberto em 1998 e fugi, fiquei um bom tempo foragido na rua, eles me pegavam de novo e quando eu saí do presídio foi só loucura, só drogadição, beberagem, uma vida louca, como se diz. Voltava para o presídio de novo, ficava três, quatro meses, me pegam, fugia de novo.

Neste momento Athos se intitula como aquilo que lhe é proposto, o criminoso que não tem recuperação, alguém perdido imerso em um ciclo de idas e vindas de afirmação de uma identidade decomposta que rompe com os significados originais. Porque ele refere que no início correspondeu às expectativas do que lhe foi ensinando em família, foi responsável, teve bom comportamento. Mas após esse primeiro momento ele desconstrói esses significados e passa a corresponder e aceitar o espaço que é destinado àqueles que fazem parte de um sistema de exclusão.

e) Uma identificação escolhida em busca de um retorno

As idas e vindas de Athos para a prisão lhe renderam o contato com a tuberculose. No sistema, em um desses momentos, ele destaca a apropriação de uma identidade nova como estratégia, mas que na verdade lhe garante o retorno com o contato da proteção da família e o reconhecimento de um sujeito que possui direitos e pode ser respeitado quando acessa-os.

Até então eu não sabia o que era a doença, eu sei que eu tinha os sintomas. Fui a um posto de saúde, fiz a coleta de escarro e constou que tinha tuberculose. A Doutora me chamou, ligaram para minha casa, 'uma doença assim e nós vamos iniciar um tratamento com você', só que eu estava irregular na rua e eu não usei o meu nome, usei o nome de outra pessoa e fiz o tratamento certinho, mas não me preocupando, nunca me

preocupei. Eu fui freso em 1994, eu estava cumprindo pena e saí. Até então eu estava irregular na rua quando eu peguei a doença, e até eu comecei um tratamento com outro nome. Eu estava fazendo um tratamento com um irmão meu, porque eu morava na rua, então eu fiz um tratamento de primeira linha usando o nome do meu irmão, fiz todo o tratamento certinho, me curei e depois retornei para o presídio, isso em 2009. E lá morei junto com pessoas que tinham a doença e a doença voltou.

f) As identificações impostas na prisão

Athos nos conta as formas de identificação na prisão e como a doença influencia o seu entendimento sobre seu papel neste espaço. Ele se torna um ser debilitado, compreende-se como impossibilitado de repor o papel que lhe propõem. De certa forma, a doença apresenta-se como uma transformação em sua vida.

Quando chegamos ao sistema prisional tudo tem uma triagem, vamos para a triagem e dali nós vamos para uma sala de identificação. Na sala de identificação eles te identificam, tiram foto, tiram as digitais e te perguntam se tu tens algum problema. Como eu estava muito debilitado, essa é a palavra certa, debilitado, eu disse para eles: eu tenho um problema assim, assim e assim, o meu problema é tuberculose multirresistente, que é a terceira linha. Eles não nos comunicam em nada, te mandam para uma cela e tu vai para a galeria. No segundo dia que eu estava lá, dormindo no chão, no caso o meu colchão era um pedacinho de papelão, chegou um papelzinho dizendo que eu tinha permissão para ir até a enfermaria e foram me escoltando até a enfermaria. Veio uma doutora me atender, eu expliquei para ela a minha situação, o que eu tinha e na hora ela pegou telefone, mandou a ajudante dela, acho que enfermeira. Já ligaram para o posto onde eu estava fazendo o tratamento, e ela falou: mas tu já estava fazendo o tratamento, abandonou, começou, abandonou, começou... Eu expliquei para ela: doutora, eu estou lá na galeria dormindo no chão, com esse meu problema eu durmo no chão e eu já não consigo mais respirar, eu morava no terceiro andar e até para subir as escadarias tinham que me rebocar.

Sobre as questões referentes aos tratamentos de saúde no presídio Athos relata que não há diferenças ou garantias para os doentes de tuberculose.

Digamos assim: tu pode estar com a doença, mas tu não tem acesso até a enfermaria, não tem acesso até um médico, até uma enfermeira, alguma coisa. Eles só vão te levar quando verem que tu está mal, quando estiver quase entrando em óbito, digamos, aí que ele vão te colocar em uma maca e vão correr contigo, e quem está no sistema prisional o único lugar que eles levam é para o Hospital Vila Nova, sendo que tu chega no Vila Nova... Na realidade tu estando com o a primeira linha, segunda linha ou terceira linha a medicação é uma só, o remédio é um só que eles te dão. O único tratamento adequado e o tratamento certo é o local onde estamos nos encontrando agora.

Athos alega que, através de uma médica que avaliou seu caso, ganhou uma nova vida. Ela o encaminhou para o hospital Vila Nova, onde foi verificada a necessidade de tratamento de terceira linha para o seu caso e, dessa forma, foi feita a transferência para o Hospital Sanatório Partenon. Lá realizou o tratamento internado por nove meses, recebendo alta e continuando em tratamento por mais três meses no ambulatório.

Eu fui beneficiado pela luz de Deus, de lá para cá essa doutora me viu por cinco minutos e em cinco minutos, ela deu a minha vida de volta, digo que ela me deu a minha vida de volta e me deu completa, eu fiquei sete dias algemado e uma cama dentro do Vila Nova, ainda fui beneficiado em mais, isso por que no Vila Nova tem um lugar que é só para os presos e eu não fiquei junto com esses presos, eu fiquei em um quarto normal.

Antes deste momento, ele destaca os momentos de atendimento técnico dentro da prisão e a influência que isso causa na composição do personagem egresso.

Psicologia e assistência social? Pelo menos dentro do presídio central, eu vivi no Presídio Central de 1994 a 1999 direto, sem sair, vivi lá dentro, depois 1999 até 2004 eu estive lá dentro pingado, ficava três meses, quatro meses e saía. Então nessa convivência que eu tive lá dentro para chegar na assistente social ou em um psicólogo tu leva de quatro a cinco meses. Então digamos que eu converse com você e só vou conversar com você de novo só daqui a um ano, ou se não uma social só te chama quando tu está fazendo exame para a troca de regime, que tu tem três entrevista com uma

social e ter entrevistas com uma psicóloga. Um dia chegou a um ponto de eu chegar para uma psicóloga e dizer para ela: a senhora está avaliando a minha vida carcerária em um minuto e meio, porque eu contei no relógio um minuto e meio a entrevista dela, e ela avaliou toda a minha situação carcerária que eu já estavahá cinco anos em um fundão de uma cadeia, em um minuto e meio ela resumiu minha vida dentro da cadeia, eu disse para ela: a senhora está resumindo? A senhora está me avaliando? Em um minuto e meio está avaliando toda a minha vida carcerária? Por eu ter falado isso a ela, ela colocou na minha ficha que eu tinha um distúrbio mental, então é como eu digo para vocês: o sistema carcerário está entregue nas mãos de Deus.

g) O personagem retorna à sociedade

Após a ida para o Hospital Vila Nova, Athos recebeu o benefício para continuar seu tratamento em semiliberdade. Ele ficaria em casa realizando o tratamento e após retornaria para o presídio.

Tudo por causa dessa medica lá do central. Quando eu digo que ela devolveu a minha vida por que dali foi um perito da Susepe levar, porque eu tinha que assinar para poder sair. Minha mãe chegou lá era 18h, chegou junto com o perito. Um médico perito da Susepe entrou lá e me explicou que eu estava indo para casa só que estava indo para fazer um tratamento, 'assim que acabar teu tratamento tu vai retornar para o presídio, então tu vai e te trata por que tu vai volta para o presídio'. Eu disse: então tá. Fui para casa, estava me tratando só que eu estava fazendo uma medicação errada, estava fazendo tratamento de primeira linha e eu já estava multidroga-resistente, já estava na terceira linha.

Neste momento, Athos é internado no Hospital Sanatório Partenon, onde a sua situação clínica foi avaliada e por possuir um quadro de doença avançado teve direito a liberdade total.

O doutor Luis me deu o laudo, a assistente social mandou para a Susepe, eu acho, e eles prorrogaram a minha domiciliar por mais 30 dias, veio um memorando aqui para o sanatório prorrogando a minha domiciliar por mais 30 dias para continuar meu tratamento. E nisso veio um perito médico da Susepe aqui me ver, eu estava internado e ele veio aqui me ver, ele me

disse: 'tu não sabe por que eu estou aqui?' Eu não sei senhor. 'Eu estou aqui porque soubemos do teu problema, o juiz pediu para eu vir aqui te avaliar e o teu doutor que é o doutor Luis deixou um laudo explicando todo o teu problema, então eu só vim no quarto falar contigo e dizer para tu fazer o teu tratamento certinho, não te envolver em mais nada, daqui tu vai para casa, tua cadeia termina hoje'. E devendo cinco anos de cadeia, ainda tinha quatro anos e oito meses para cumprir, ele para mim: 'daqui tu vai para casa, não apronta mais nada que eu estou te dando algo favorável e tu vai ganhar um indulto'.

Neste momento, Athos se intitula um ser livre.

Fiquei mais três meses aqui dentro, fui para casa, fui ao fórum e ainda constava indulto, que há três meses eu ganhei minha liberdade, eu não acredito que aquela doutora devolveu minha vida daquele jeito. Hoje eu sou uma pessoa que estou de novo na sociedade, estou livre.

Questionado sobre sua forma de sobrevivência financeira, hoje Athos se percebe livre para escolhas. Quando saiu do Hospital Vila Nova e realizou o tratamento em casa tentou trabalhar. Ele tinha uma empresa de calcetagem, era calceteiro, fazia aquelas pedrinhas desenhadas que parecem um quebra-cabeça, em calçadas de posto de gasolina. Mas ao mesmo tempo ele continuou preso às imposições trazidas com a doença, que são reflexos do descaso do Estado com a situação do sistema penitenciário. Athos aos 37 anos é um dependente de benefícios assistenciais. E entende isso como um direito.

Por que eu não consegui mais. Um dia fui trabalhar, até levei meu enteadado junto porque tem que ser rápido e faz força também, então tem que ser ágil e por causa da minha doença não tinha mais, cheguei a cair na rua trabalhando. Mês que vem eu tenho uma perícia para me encostar pelo LOAS. Nós estamos sobrevivendo do Bolsa Família que a minha esposa recebe, minha mãe me ajuda, meu irmão me ajuda.

h) Um sujeito que se transforma e percebe estratégias

Na busca por novos personagens, Athos refere a relação com a nova companheira como um cruzamento para futuros caminhos, mesmo quando estava aprisionado ao personagem preso.

A minha vida só voltou a ser normal há sete anos atrás quando eu conheci minha esposa atual e graças a ela voltei a ter uma vida normal, só que eu fui preso de novo e ela me aconselhou a não fugir, só que aí eu já estava doente.

Hoje Athos está casado, tem contato com o filho do primeiro casamento. Assumiu os filhos da atual companheira refere possuir sentimento de pai pelas crianças assim como pela sua filha. Que afirma ser o motivo para terminar o tratamento e continuar sua vida

Por causa dela eu resolvi fazer o tratamento, aqui eu procurei ajuda, aqui eu falava muito com a psicóloga e a Assistente Social, as gurias me davam bastante força aqui, elas diziam: 'faz teu tratamento certinho, procura melhorar', porque tudo que eu falava aqui era da minha filha, só minha filha me interessava, eu comecei a fazer trabalhos em artesanato aqui nas oficinas.

Eu fazia para poder entrar em contato com a minha filha, eu gostava de ouvir a voz dela então eu fazia uns barquinhos, o pessoal da cozinha me ajudava, os guardas também me ajudavam, então eu fazia os barcos para eles, eu não vendia para eles, eu pedia o cartão telefônico, não quero dinheiro porque eu não preciso de dinheiro aqui dentro, eu só quero me tratar. Eu falava até para o guarda, o senhor Manoel, eu conversava com ele também e ele me apoiou bastante, dizia: faz teu tratamento, se tu ama tua filha tu vai fazer esse teu tratamento, eu disse: eu vou fazer e dessa vez vou fazer pela minha filha.

Quadro 1 - Síntese compreensiva sobre a narrativa de Athos
Etapas da identidade e desenvolvimento de personagens

Etapas da identidade e desenvolvimento de personagens		
Quem era	Momento demetamorfose	Reconhecimento
Menino responsável que pertencia a uma família com vínculos de afetofamiliar bem entrelaçado.	Ao atravessar a rua, o contato com o novo que não pertencia às referências familiares.	Podemos avaliar o período como início da mesmice, criação de uma personagem que não busca estratégias de transformação e começa a se submeter as ações externas da sua essência que prezam a liberdade através de estímulos a situações de violência.
Quem sou	Momento de metamorfose	Reconhecimento
Egresso do presídio em tratamento para tuberculose.	A internação no hospital que cria um personagem que se compreende doente debilitado que tem direitos a saúde.	Sujeito tutelado pelo estado que vai continuar dominando através de políticas públicas como o benefício.
Quem pretende ser no futuro		
Estratégias de emancipação		A criação de um novo personagem, que é o de ser pai, de ser responsável por uma vida e mostrar para essa vida que é capaz de criar novas possibilidades.

Fonte: Elaborado pela autora.

QUEM ELE DESEJA SER

Athos

“Daqui para frente, eu nem posso lhe dizer, só posso lhe dizer uma coisa: só posso lhe dizer que eu não sei do futuro, o dia de amanhã não pertence a nós, só que com essa cabeça que eu tenho hoje: é viver com a minha mulher, minha filha”.

Começa relatando a criação de um personagem de menino responsável participante de uma família de classe média com um pai participativo que trabalha para sustentar a casa, os cinco filhos, a mãe dona de casa. Responsável pela criação dos filhos. Uma família tipicamente comum. É difícil compreender como um jovem com uma socialização primária neste modelo. Traçou significados tão diferentes para sua trajetória de vida. Conforme Romanelli (2006), na família, a expressão de aspirações, sentimentos e emoções é mais livre do que no domínio público, a cena doméstica é carregada de tensões e essas tensões tomam atravessamentos e transformações no convívio social. Isso porque ele, ao referir que atravessou, a rua demonstra o interesse em outra forma de reconhecimento além do que é proposto nas relações familiares.

Pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas (FRASER, 2006, p. 232).

Em buscar novidades, outras propostas para sua vida. Talvez como alguém busque dominar os seus significados e torná-los possíveis. Mas que, ao contrário, cria uma personagem que responde à convocação do espaço social em que está inserido porque cria a mesmice.

Ele parou de estudar com 14 anos e começou a trabalhar. Logo conheceu sua primeira companheira com quem teve o primeiro filho. Nessa fase, começa sua relação com o uso de drogas e com dezoito anos estava preso pela primeira vez. Consideramos este momento de Athos como de aceitação da personagem imposta aocriminoso.

Aqui ele passa a ser colocado no espaço em que é destinado aos que podem ser matáveis. O do aprisionamento onde é identificado como algo indesejável para viver em sociedade. Porque sim, ele é um criminoso, cometeu atos de violência contra outros, os quais pagou através da pena de prisão. Mas a questão é se realmente essa forma de pagamento lhe proporciona uma reflexão sobre os atos.

Neste momento, não é somente imposta à identidade de preso, pois há sim a imposição da identidade de egresso, que na verdade já foi criada anteriormente, antes da entrada no presídio, quando ele foi identificado como alguém que será um futuro preso pela sua forma de relação com o meio.

Criam-se estigmas, um reforço para aqueles que já não são mais desejáveis para viver em sociedade, um desrespeito com aqueles que entram no campo do aprisionamento. Suas vidas se tornam um reflexo da ação de controle do Estado. Isso permite o adoecimento na prisão porque desta forma reforça a função da pena de prisão que, como já dissemos, é de exclusão. A doença não é nada mais que álibi para esse reforço.

É claro que há uma busca por fugir deste personagem, como no caso de Athos, quando ele usou o nome do irmão para realizar o tratamento de saúde em um de seus momentos de fuga. Talvez o nome do irmão seja mais que uma simples artimanha para evitar sua prisão, parece-nos sim uma forma de criar outro personagem, algo visualizado e desejado por ele ser alguém responsável que tem direitos, talvez um retorno ao primeiro personagem.

Athos também destaca que um dos momentos centrais para uma nova transformação está ligado ao momento anterior, quando conheceu sua atual esposa.

Ao sair do presídio, ele é um egresso que leva consigo a doença, o tratamento. Ele se percebe como debilitado consciente da necessidade de seu tratamento e de sua dependência do Estado, porque ele passa a ser incluído a ter direitos às políticas públicas. Pela primeira vez, ele tem acesso ao tratamento correto para sua doença, e também descobre a necessidade de que permaneça dependente do estado recebendo um benefício porque está impossibilitado de trabalhar. Podemos pensar que isso seja um direito reconhecido pela falta de responsabilidade do Estado com os indivíduos que são aprisionados em locais desumanos.

Mas também percebemos um reforço no discurso ideológico que se cria sobre o preso, já que ele é alguém que cometeu um crime, não cumpriu de forma regular sua prisão pelos seus vários relatos de fuga e, quando sai, é um doente que necessita do tratamento do estado, que é pago pelas pessoas decentes que trabalham e que vão sustentar seu benefício. Esse é o discurso de uma ideologia de estado com modelo capitalista que tem como foco manipular e vigiar por meios legais, utilizando-se das políticas públicas para controle e manutenção dos status sociais. Neste sentido, ele não se enquadra na ideia de reconhecimento de Fraser, uma vez que não está em um nível de justiça social. Seu status é de um egresso.

Assim, pensar a emancipação desse sujeito nos parece impossível, o que percebemos são as estratégias de emancipação desse sujeito, são os atos sutis que criam novos significados na sua existência. Para Athos, destacamos o amor pela filha. Para essa nova vida, ele se reconstrói ou constrói algo novo.

A filha é o objeto que ele vê pela primeira vez e cria um significado que lhe permite criar o novo. Ele quer a saúde, ele quer a vida Para ela, ele não é o preso, drogado, criminoso, o filho irresponsável. Ele é o pai, alguém que se pode amar, que se pode reconhecer pelo amor. Ele usa esta estratégia para se manter e perceber não como um estigmatizado, mas como alguém que pode ser participante.

Aramis

É um homem alto de cor parda, pesando em torno de 60kg também. Aliás, isso é uma queixa sua: perdeu muito peso depois da doença. Trinta anos, seu jeito de iniciar nosso contato demonstra familiaridades do personagem de Dumas, é um homem astuto, composto de amor, ação e preces. Aramis foi criado pela mãe e a avó na companhia dos irmãos, morava no bairro Sarandi em Porto Alegre. O pai morreu quando ele tinha quatro anos.

a) O filho destinado ao papel de pai da família

Aramis começou seu relato sobre a infância destacando que a mãe nunca mais se casou. Contou que desde pequeno sentia-se responsável pelos cuidados com a família

Depois do meu pai, minha mãe nunca teve uma pessoa que ficasse dentro da nossa casa... Mais por minha causa, podia ser coisa de criança, eu dizia: vou ficar o resto da vida com a senhora e o tempo vai passando vemos que não é assim, que não sabíamos dessas coisas de trabalhar, se gosta de uma pessoa, se apaixonou.

Aos 12 anos de idade, Aramis escolheu seu papel na família, e ele se identifica como um cuidador, buscando, dessa forma, participar das resoluções dos problemas de sua família, sendo um suporte para sua mãe.

A minha vida foi sofrida, não muito, mas com dificuldades, só mãe cuidando de filho, passando sofrimento, minha mãe fazendo faxina aqui e ali, parei de estudar para cuidar do meu irmão mais novo que hoje tem 20 anos. Meu irmão fazia curso quando morávamos no Bairro Sarandi, estudava de manhã e fazia curso.

Questionado sobre o porquê de se tornar o responsável pelos cuidados com o irmão ele reflete:

Essa pergunta foi boa, do por que, não que minha mãe tenha dito 'Aramis, meu filho, tu vai ter que cuidar do teu irmão, na verdade na época só sei que eu fiquei cuidando. Eu parei na sexta, não que eu parei na sexta, eu passei para a sexta e fui umas duas, três semanas. Eu cuidava dele e ficava só eu e ele em casa, minha irmã estudava e fazia curso, meu irmão estudava e fazia curso e minha mãe trabalhava. Eu não tinha pai, como eu te falei ele foi atropelado, então eu cuidava dele o dia todo. Minha irmã e meus irmãos estudavam no mesmo colégio e depois nessa época eles só vinham almoçar e iam para o curso, voltavam só à tarde e minha mãe só à noitinha.

Mas eu sempre tive muita dificuldade, depois meu avô pegou a doença do mal de Alzheimer e fomos cuidar dele no bairro Lindoia, ficamos um bom tempo ali.

Neste sentido ele também destaca a relação com mãe sobre o incentivo com os estudos e trabalho.

Minha mãe não me incentivou a voltar a estudar, acho que faltou um pouco mais de diálogo, estou falando da minha parte entre eu e ela, mas eu não a culpo, eu sinto muita falta, poderia estar formado, estar com um padrão de vida um pouco melhor do que eu vivo, não ter passado por essa situação.

Aramis destaca sua aptidão para o cuidado e a necessidade de auxiliar a família, mas é nesse momento em que fica em casa que surgem novas possibilidades, a busca por novos grupos, as relações e propostas para o novo.

Sabe no bairro onde tu mora sempre tem um ponto onde ficam os amigos, o ponto era na frente da minha casa porque morava em uma lomba. Minha casa ficava na descida e já na esquina morava minha cunhada que é a mãe do filho do meu irmão, então estávamos sempre ali, vinha meu cunhado, que hoje é o esposo da minha irmã e estávamos sempre ali jogando bola na caixa de areia, ia no parque comer um salgadinho, mas com tudo isso uns foram indo para um lado, outros para outro, uns foram pra frente e eu regredi porque eu perdi muito tempo, acho que uns dois anos cuidando do meu irmão, e tu vai deixando as coisas de lado e tu vê teus amigos passando no colégio, fazendo cursos.

b) O jovem que trabalhava e se relacionava correspondendo às propostas para seu modo de vida

Claro, eu trabalhava, colocava películas em carro e ganhava bem até, como eu te falei, hoje era para eu estar formado e minha futura esposa, porque eu não casei ainda, vamos casar agora em maio no dia do aniversário da minha filha, hoje era para eu e ela estarmos formados, pra eu estar com o meu carro, estar com a minha casa própria.

c) Novos relacionamentos e descobertas inconstantes

O afastamento do papel de filho e cuidador para a aproximação do papel de marido epai. Nessa fase, Aramis é conduzido a uma nova identificação, inclusive cria uma idade que talvez fosse a sua verdadeira, porque diante de um percurso de vida tão forte os seus dezessete anos não correspondiam realmente às suas compreensões de vida.

Eu trabalhava e eles estavam sempre ligando para mim, então eu conheci a minha esposa, eu conheci ela no Brasileirinho, fui para a casa da minha madrinha no Sambódromo no Sarandí. Ela me ligou e como eu sempre estava ficando com várias gurias então minha mãe achou que era mais uma guria que o Aramis conheceu. Então eu falei: não mãe, por incrível que pareça essa eu gostei mesmo, teve algo que dessa vez eu vou me acalmar. Fizemos uma janta na casa da mãe dela que é a casa que moramos hoje, fiquei duas semanas lá, fui trabalhar e ela vivia me ligando e eu dizia: mãe eu estou aqui na guria, é brincadeira, mas vai dar certo e estamos até hoje. Na época eu disse pra ela que tinha 22 anos e ela pegou a identidade no bolso da minha calça e disse: 'se soubesse que tu tinha 17 anos não tinha ficado contigo, mas agora já gosto de ti'.

Com 17 anos conheceu a companheira com quem tem uma filha. Ao mesmo tempo, nesse período, começou a sua relação com as drogas.

Casei cedo, com 17 anos, tive uma filha cedo também. Casar no papel não, eu conheci ela em um bar de pagode, gostei dela já na primeira vez, já disse que amava ela, e hoje estou com ela, vai fazer, 13 anos. Como te falei, moro há 13 anos na Santa Isabel em Viamão com ela até hoje, tive muitas

desilusões da minha parte para ela como drogas, fui preso, tu jamais quer ver teu marido, noivo... Tu quer ver ele quietinho trabalhando, tua família, tua mãe.

Aramis foi preso, ficou na prisão quatro dos dezoito anos que teria de pena está em condicional no momento. O ato que o levou para o aprisionamento teve relação com os meios para manter o consumo das drogas.

d) Momentos de interiorização dos entendimentos sobre violência ou caracterização do ser preso

Nesse Momento, Aramis percebe as transformações que começam a acontecer em sua vida, o espaço onde foi colocado. As tentativas de fuga somente reforçam o papel que lhe é proposto de criminoso que não aceita corretamente sua pena.

Primeiro eu fui pra o Central, fiquei um ano no Central, como eu falei: saí, fui pra o semiaberto, no meu terceiro provimento, que é quando tu tem uma cadeia aberta e tu sai sábado e volta domingo e eu não voltei, fiquei um mês na rua certinho, eu saí, vamos supor, no dia 17 e caí no dia 17 do outro mês, fui preso, me levaram para o Central, do Central eu pedi uma transferência. Já sabia quanto tempo eu tinha que pagar da minha pena, que era um sexto, peguei 18 e seis, termina em 2027, é bem alto, pagar tudo aquilo que eu fiz. Quando eu sabia o tempo que eu tinha que puxar eu pedi uma transferência para PEJ, disse que lá era melhor, é mais fácil de conseguir os teus direitos, dereivindicar alguma coisa, sabe quando está no direito de uma condicional e eu fui para lá.

Neste espaço, Aramis se reconhece como alguém colocado em um local onde a sobrevivência do corpo é o único direito a se buscar.

Tu vai dizer pra mim o que eu senti, como é? É o pior lugar do mundo, é o que tu vê na televisão, rato passando, claro que o lugar onde tu mora, a tua cama vai ter uma pessoa que... como tem aquele ditado: tu é pobre, mas não é relaxado, tu pode arrumar, pode limpar tudo, tu compra teu Conforto,

tu pode lavar tua roupa, tu coloca um pouco de cheiro na tua cama e perfume, tu vai ter tuas coisas, vai ter tua higiene.

Reivindicar uma coisa com um direito que é teu, tu tem que ir no portão e gritar, pedir para o Brigadiano vim, tem os plantões que chama de prefeito, o prefeito tem que ir lá na frente, tem que chamar o prefeito para ver o que está faltando na galeria, é uma demora, não pelos juízes, pelas autoridades que estão na volta que não estão vendo, mais é pelos Brigadianos que estão ali e tem uns que pensam 'é ladrão, esse tem que ficar aí e apodrecer'. Às vezes te tiravam para ir a uma enfermaria e quando vinha um cara de outra galeria, porque tem contato, por exemplo, me tiraram da galeria e passa um amigo meu e diz "vi o Aramis lá, tiraram da galeria, não o Aramis foi na enfermaria, não o Aramis está atirado no corredor", os brigadianos conversando, eram poucos os brigadianos que davam atenção.

e) O enquadramento no sistema e a criação de uma personagem que responde ao que é interpelado

Neste momento, Aramis percebe que para garantir direitos na prisão precisa corresponder ao que lhe solicitam para supor que esteja se regenerando.

Falando de mim: eu vi que eu tinha que fazer, tu trabalha três meses e reduz um, três dias reduz um dia, então o que fiz: eu calculei tudo, tenho que puxar tanto tempo, na minha cabeça puxando um sexto, a cada seis anos reduz um, então seis anos é um, 12 anos é dois, 18 é três, tinha que puxar de três em três mais ou menos seis anos eu puxei quase cinco anos. Tem vários tipos de trabalho, só que tem gente que gosta de fazer artesanato, mas é cadeia e no artesanato o cara precisa de um fio, o chefe da segurança vai chegar e dizer: um fio não dá porque tu pode fazer uma arma, isso se torna uma dificuldade. Tem serviços pra isso, tem para aquilo, tu pode trabalhar na galeria, tem paneleiro que mexe com as panelas, tem faxineiro.

Os locais identificados para determinados personagens.

A pessoa que trabalha para uma chave, que abre o portão, a pessoa vai sair e depois tu fecha o portão. Não tem valor porque quem trabalha na chave às vezes é um estuprador de uma criança ou é... . Isso, para poder sair para

o pátio, para ir para o semiaberto. Mas o negócio de plantão é som com eles, é negocio de facção.

f) As identificações criadas e as identificações observadas no espaço do aprisionamento

Aramis não se identifica com o projeto de vida que tentam lhe propor como criminoso. Ao contrário, mesmo sendo um homem crente que frequentava a igreja, não se percebia igual aos outros irmãos que estavam na sua situação. Ele destaca as diferenças, os lugares e trabalhos específicos para cada personagem neste espaço.

Porque na verdade eu nunca fui criminoso, mas eu fui pra cadeia por causa disso, fui obrigado a prender as leis da cadeia, vi muita coisa que a gente vê e não vê, escutei muita coisa que a gente escuta e fica só pra gente. No caso, tem a galeria que é só dos irmãos, mas eu ficava com o pensamento: eu não vou ficar nessa galeria porque tem muitos 'sem vergonha', mas quem sou eu para julgar alguém, nunca fizeram nada para mim, se passa do meu lado faz nada, porque para mim não importa, o que importa é seguir minha vida, seguir aquela meta que eu tenho que é buscar tudo que perdi no passado.

g) A transformação em um egresso doente

Sobre o contato com a tuberculose, relata que só soube da doença após a saída da prisão, que sabia das pessoas doentes nas galerias, tinha contato mas os sintomas, que só apareceram após a saída do presídio quando estava no semiaberto.

No caso da tuberculose, eu fiquei sabendo agora pouco porque estava me dando umas dores do lado esquerdo e eu estava com uma tosse muito frequentemente, me deu uma dor muito forte quando eu estava deitado e até falei para a minha mulher: amor estou com dor forte e ela: 'tu tem que ir no médico' e eu não dei bola. Eu fui transferido para o 0041, e à noite estou voltando do serviço quando eu fui cuspir e jogar fora o catarro saiu um pouco de sangue, então eu falei com os agentes ali da frente da Susep:

tenho que ir no médico, então eu fui no médico, fiz o exame terça-feira passada, ficava pronto em cinco dias úteis, em uma terça-feira. Ontem fui lá e peguei, ela me deu só o papel e não me falou nada, não me entregou o exame do raio-x, eu cheguei no semiaberto, e algumas pessoas já tinham pego a tuberculose, ela olhou para mim e disse: 'Aramis tu está com tuberculose, tem duas cruzinhas ali'. Agora fui ali e o rapaz do raio-x falou: 'olha Aramis, teu pulmão está feio, acho que faz bastante tempo que tu está com tuberculose, só que tu foi forte, resistiu bastante, geralmente a pessoa já está mais debilitada', então eu descobri que eu já tinha tuberculose pego a tempos, fui descobrir agora, mas de repente já tinha pego a muito tempo. Eu frequentei pessoas que tinham tuberculose, mas nunca achei que eu ia pegar.

h) Um sujeito que busca o retorno ao papel de cuidador

Hoje Aramis está em tratamento para primeira linha no ambulatório do Sanatório Partenon. Está casado, frequenta a igreja evangélica e trabalha como cozeiro. Ele busca realizar a felicidade da companheira e da filha, sentindo que essa é a sua forma de ser reconhecido como humano.

O momento de alerta, vamos dizer, tomar choque e voltar, foi quando eu fui preso? Para mim não porque eu sempre vivi mais na vila e sabia como era cadeia, então quando eu caí... o choque não tomei muito em cair, o choque eu tomei em ficar tanto tempo, e o que aconteceu? Eu estava separado da mãe da minha filha, sendo que eu amava ela demais, estava separado por mim mesmo, por estar usando a droga, de estar cego e ela dizer pra mim: 'tu me ama ou tu quer a droga?' Ela não colocou assim, mas eu estava usando muita droga e deixando várias pessoas que me amavam. Então a mãe da minha filha veio e a gente pode fazer uma ligação e eu liguei pra ela. Nós conversamos, na verdade se tu me ama mesmo, ama nossa filha, porque eu te amo, e para visitar as pessoas no presídio tem que amar demais porque passa por revista minuciosa, que se abaixa, então decidi: não quero mais isso para mim, não quero, deixei minha casinha, minhas coisas, tudo organizado para estar ali no meio de muitos homens, e uma hora vai para o pátio, os Brigadianos entram, tu vai arrumar, eu não quero mais, tenho uma filha...

Ele se identifica como um sujeito que precisa se reconstruir e é na filha que busca uma estratégia para o recomeço.

Eu perdi muito tempo e minha filha é muito apegada a mim e quando eu fui preso eu perdi muito tempo. Aquele momento que a criança não vai ter mais de ir buscar no colégio, de levar, de participar nas reuniões do colégio, como a que eu fui agora e eu vi minha filha tão feliz de ver o pai dela ali, ela está na quarta série. Então isso levantou minha autoestima, eu consegui um serviço e isso levantou ainda mais de poder ter aquilo suado e poder comprar as coisas para dentro de casa.

Quadro 2 - Síntese compreensiva sobre a narrativa de Aramis

Etapas da identidade e desenvolvimento de personagens		
Quem era	Momento de metamorfose	Reconhecimento
O personagem cuidador o menino que cuida da família.	O momento em que deixa de estudar. Período de mesmice durante o tempo em que cuidou da família, em que viu os amigos progredirem e ele não. Mantém uma personagem imposta mesmo com o casamento.	Adolescente abandonado por meio das políticas públicas que possam dar suporte à família.
Quem sou	Momento de metamorfose	Reconhecimento
Egresso do presídio em tratamento para tuberculose	A entrada no presídio: uma pulsão para a mesmidade. A negação da personagem que lhe propõem.	Doente egresso do presídio que está em atendimento pelas políticas públicas.
Quem pretende ser no futuro		
Estratégias de emancipação	A criação de um novo personagem que é o de ser pai e marido e de ser cuidado e cuidador da família.	

Fonte: Elaborado pela autora.

QUEM ELE DESEJA SER

Aramis

“Apoio eu tenho primeiramente de Deus e a mãe da minha filha que me apoia, minha mãe, minha irmã que é minha amiga, ela me diz: ‘mano’, porque ela me chama de mano, ‘mano, o que tu precisar tu me liga, qualquer coisa não só dinheiro, para conversar, eu vou até aí ou tu vem até mim’, então tem as pessoas que me ajudam, que gostam de mim mesmo.

Aramis era um jovem dedicado à família, que, como ele mesmo relata, teve uma vida sofrida. Percebemos no relato de sua infância e início de adolescência uma fase de mesmice de uma personagem reposta, sem propostas, onde os significados de cuidador e responsável pela família lhe impossibilitaram de repensar outras estratégias de vida.

Neste aspecto, destacamos a situação da mãe, a mulher que passa a ser responsável pelo sustento da família, a figura feminina que tem que se dividir entre o lar e o trabalho. O que cria para Aramis a ideia de que ele teria de ser o responsável por essa mãe também.

Mas entendemos que esse processo de mesmice que está centrado na dinâmica família não foi o único responsável pela forma de metamorfose de Aramis. Conforme Romanelli,

A vivência familiar nunca é apenas a reposição de formas de conduta ou de modelos já estabelecidos, nem a família é instituição dedicada a assegurar a continuidade inalterada do processo de reprodução social. Ao contrário, a ação da família, como grupo de convivência, é marcada por uma dinâmica intensa, que demanda de seus integrantes um constante exercício de repensar o presente e o futuro, o que os leva a reorganizarem continuamente suas estratégias (ROMANELLI, 2006, p. 76).

Na busca por um novo personagem, Aramis conhece a esposa, mais velha que ele, que mente sobre sua idade para garantir o relacionamento. Mas é nessa fase que ele corresponde ao papel que lhe é proposto pelo meio em que se relaciona e reforça a mesmice. Começa a relacionar-se com a droga, passa a cometer crimes e impõe uma personalidade que é proposta para os sujeitos que entram nesta situação, que é a do aprisionamento e da estigmatização.

Quando entra no presídio, no espaço das identificações, não se percebe como criminoso e identifica os outros em diferentes espaços.

É uma forma de sobreviver e se perceber neste espaço. Assim como Athos, Aramis também passa a ser estigmatizado, torna-se um futuro egresso. Alguém que não possui direitos no campo da prisão. Na fase da prisão, uma estratégia para conseguir responder as ações impostas pelo estado e pela sociedade foi a de ser um preso trabalhador, o que corresponde a um dos papéis destinados aos presos, o do trabalho, como citamos no terceiro capítulo.

Hoje Aramis é um egresso do presídio que descobriu a tuberculose quando estava no semiaberto. Sobre a tuberculose na prisão, ele não relata completo interesse ou entendimento, não lhe pertencia a necessidade de saber sobre este espaço.

Não que eu não procurasse saber, não procurasse entender, não me interessa pessoa com tuberculose porque eu não tenho. Lá uma palestra não existe, mas qualquer tipo de remédio.

Hoje ele tem direitos ao tratamento, é reconhecido como alguém que teve contato com a tuberculose no sistema carcerário e que é um foco de contaminação para quem está aqui fora. Só desta forma ele recebe a atenção das políticas públicas. Esse suporte não foi proposto à sua família após a perda do pai, não havia redes de estratégias para dar suporte a esta família. Essas redes poderiam surgir na escola, em associações da comunidade, mas ao contrário surgiu no espaço da rua em que personagens e papéis se misturam e impõem-se. Ele não teve suporte para prosseguir, permanecendo estagnado e buscando na droga uma nova forma de transformação e empoderamento.

As chances relacionadas ao trabalho após a prisão o levaram para trabalhar como coveiro. Com a morte, é neste espaço que ele busca uma nova vida, novos significados para uma metamorfose.

Dessa forma, as estratégias que ele utiliza para tentar uma emancipação também tem relação com o ser para a família.

Quando o outro me acolhe, mostrando que a minha presença lhe agrada e que o torna feliz, gera em mim o sentimento de que eu sou um valor, um

bem que vale a pena eu ser eu mesmo. Confirma, portanto, que é bom eu ser quem eu sou (RÚDIO, 1001, p. 26).

Então, é na figura de pai e marido que ele busca estratégias para uma possível forma de emancipação. É na recriação de um novo homem que busca significados no ser para recriar sua vida e ser feliz.

Porthos

É uma figura carismática, na verdade ele me escolheu para entrevistá-lo. Estava passando no corredor do ambulatório quando ele me viu e perguntou do que se tratava porque eu estava entrevistando outras pessoas. Eu não o conhecia, não sabia de seu prontuário, de sua história pregressa ao tratamento.

Expliquei do que se tratava, que era uma pesquisa com egressos do presídio. E ele se convidou a participar, mesmo estando internado. Aceitei conversar com ele. Sua saída do hospital estava prevista para os próximos dias e ele continuaria vinculado ao ambulatório. Com certeza, foi uma surpresa interessante sua história de vida, é cheia de vida. Ele não é gordo ou grandalhão como o personagem de Dumas, ao contrário é um homem de estatura mediana, negro, bem emagrecido, com idade de 32 anos, aparência envelhecida. Mas que busca novos significado e é capaz de importantes reflexões. Adianto que mesmo que em suas reflexões apareça a constante presença de Deus ele não se declara evangélico e também não é católico praticante. O sentido de Deus durante seu relato tem a ver com as respostas e possibilidades que a vida oferece em determinados momentos. Deus é uma energia própria de constante transformação para Porthos.

a) O menino que não pertence ao espaço da família

Porthos conta que foi criado pelos avós que morreram quando ele tinha onze anos sempre morou em Porto Alegre possui mais duas irmãs. Sobre o relacionamento com a mãe destaca que sempre foi distante.

Minha mãe era separada do meu pai, separaram eu tinha uns seis para sete anos, mais ou menos essa idade quando eles se separaram. Eu vivia mais mesmo era com meus avós. Eu vivi muito pouco tempo com a minha mãe e com o meu pai. O meu pai estava sempre bêbado, ele faleceu de cirrose, ele bebia muito. Acho que ele gostava muito da minha mãe e minha mãe não queria mais e ele começou a beber, muita bebida. E a minha mãe não parava muito, era que nem cigana, ficava um ano, às vezes nem um ano e já vendia ali e ia morar de aluguel, e assim ela foi até aparecer um problema no coração. Eu vivia mais com meus avós, mas eles eram muito velhinhos,

eles falavam sempre pra mim, sempre tentaram me ajudar, me deram de tudo.

Sobre a relação com a mãe, salienta mais características de uma busca por significados ou respostas.

A minha mãe quando era viva ela nunca foi muito boa comigo, tanto é que quando eu nasci ela me abandonou e quem me criou foi a minha avó, minha vó me criou e me batizou. Com a minha mãe eu ficava muito pouco tempo, minha convivência com a minha mãe foi muito pouco mesmo, sei lá porque, se ela não gostava de mim, mas eu gostava dela. Ela foi sempre mais apegada 'nas guria', talvez ela queria que eu fosse uma guria, eu ficava pensando, pensando até eu fico deitado pensando. Sabe que eu não sei onde a minha mãe está enterrada. Me avisaram depois, no dia de visita em um domingo quando a minha irmã foi lá que ela me falou que a minha mãe tinha falecido. Não pretendo visitar o túmulo dela, o que tinha que fazer deveria ter feito quando ela estava viva.

Neste momento, destaca o início de sua trajetória, seu relacionamento com o uso da droga, a imposição de uma personagem que, confusa, não consegue construir significados ou estratégias, que não se sente pertencente a algum espaço.

Eu perdi meus avós com 11 anos, o meu pai e minha mãe eu perdi já com 19 anos, eu era muito bem tratado, mas não sou filho único tenho mais irmão, então meus pais faleceram e eu fiquei com meus avós. Após meus pais falecerem eu larguei os estudos, fui para a rua, fiquei na rua, me envolvi com pessoas ruins, gente que roubava, se não roubava traficava ou até matava para obter o que não tinha, só que eu nunca matei ninguém, mas eu fui usuário de drogas, por um longo tempo até, usei drogas por 10 anos, vendia droga e quando eu comecei a vender droga eu comecei a adquirir as coisinhas, através da droga, eu achei que estava bem, que estava tudo muito bem, comprei coisas que eu não tinha, coisas que eu queria ter. Mas a polícia me pegou e fiquei um ano e seis meses preso, lá dentro eu descobri que estava com tuberculose, eles começaram a me tratar, lá dentro podia ter me tratado, mas eu colocava os remédios fora, não tomava, fui para a rua, voltei a usar drogas.

b) O jovem que busca a liberdade através do aprisionamento

Diziam para eu não usar drogas. As pessoas que a gente gosta não queremos mal né. Meus avós eram assim, não queriam o meu mau, mas eu fui muito burro, não aceitava o que eles falavam e depois de velho, que eu dei umas “cabeçada na parede” que eu fui ver. Os erros que eu fiz, as coisas que eu perdi ao longo da minha vida, as coisas que meus avós deixaram pra mim eu joguei tudo fora, hoje eu não tenho nada porque eu fumei tudo, fumei casa, fumei terreno, fumei carro, tudo que meus avós tinham, tudo que deixaram que meu pai deixou para mim. Eu brigava com as minhas irmãs para nós vender: ‘vamos vender eu quero a minha parte, eu quero, eu tenho direito’; venderam e me deram a minha parte, então por isso que eu erreí em muitas coisas, cacetadas que eu dei errada...

Porthos compreende o aprisionamento de uma forma diferente. Para ele, na prisão surge uma nova oportunidade de compreender a si mesmo.

Ninguém dizia para eu não tomar os remédios, eu fazia isso porque achava que estava fazendo bem, mas estava fazendo mal, porque eu fugia e hoje não precisava estar aqui, se eu tivesse tomado os remédios lá dentro que estavam me dando. Eu cheguei bem mal lá e não sabia o que era, eu sentia dor, suave, o que eu comia não parava no estômago, eu não sabia, então eles me levaram para a enfermaria e me fizeram raio-x e disseram para mim o que eu tinha, o que era que estava acontecendo e descobri que era tuberculose e eu não sabia. Para mim foi até Deus que me levou para aquele lugar, se eu tivesse na rua talvez eu até teria morrido porque eu não ia me tratar. Me tratar, assim, tomar remédio, porque lá dentro eu tomei, seis meses eu tomei, mas depois parei, mas é um ano.

c) O homem que percebe oportunidades nos espaços improváveis

Questionado sobre como ocorreu sua ida para a prisão ele surpreende.

Eu acho que foi por Deus que eu fui preso, porque na rua eu não iria dar bola, porque eu não estava dando bola, eu estava me sentindo mal, deixava de comer um pastel, um pão e tomar um refri para fumar crack. Eu não podia nem caminhar, caminhava bem devagarinho. Saí do Central, voltei para a rua de novo, a fumar crack, roubar, vender droga, tanto é que eu tive

que vir para cá, cheguei aqui com 30Kg, bem mal, não podia nem caminhar. Quem me trouxe para cá na verdade, eu não vim sozinho, quem me trouxe, quem me ajudou da rua foi minha irmã que arrumou esse internamento para mim, eu não estava mais dando bola para mim mesmo, parecia que eu não queria viver mais, não estava fazendo nada de bom para mim só ruim, eu não comia mais, não tomava mais nem banho, ficava fedendo, não me escovava, meu dente era bem bonito antes de eu fumar crack, era bem branquinho. Eu acho que essa prisão, quando eu tive preso e agora aqui foi um colégio para mim, aprendi muita coisa e refleti muitas coisas.

Muita coisa que não era para fazer que eu fiz, coisas boas que eu deixei de fazer. Eu tinha um bom serviço, ganhava bem, tinha dias de semana que eu recebia, juntava meu dinheiro, eu invés de fazer alguma coisa de bom, não, eu ia fumar crack, eu ficava de segunda até o corpo suportar que eu não tivesse mais dinheiro, eu continuava fumando, sentava em um lugar não conseguia nem me levantar, tinha que vir um e me dar a mão para levantar porque eu não conseguia de fraqueza, coisa mais horrível. Hoje eu acho que Deus me deu mais uma chance de vida, seria muita burrice da minha parte se eu voltasse a fumar de novo, porque não foi nada bom, foi muito ruim.

Porthos relata a convivência com a família, que a irmã vai visitá-lo com frequência nos finais de semana. Ele salienta a importância da presença da família para sua recuperação.

É muito importante se minha irmã pudesse vir todos os dias, para mim seria muito bom, acho que qualquer um que esteja aqui ou preso em um presídio, em um lugar assim, ter uma visita porque é ruim mesmo. E minha irmã ela ia, ela não ia todos os domingos, mas ela ia duas, três vezes no mês ela ia me visitar, só nos domingos porque ela trabalha, eu sempre dizia para ela que não precisava.

d)O sujeito que percebe a necessidade de ajuda para a mudança de personagens

Porthos percebe que tem a necessidade de ajuda para criar novas personagens. Ele percebe que somos uma dualidade, uma incompletude que sempre busca o completo.

Na vida, a gente não pode ter certeza, então a gente dá 50%. Mas 50% que eu não vou usar mais crack, eu vou parar. Mas eu vou, como a Dona Magda (Assistente Social) falou para mim..., eu falei pra ela que ia precisar muito de uma psicóloga no mínimo uma vez na semana para me ajudar, que eu sozinho me sinto um pouco perdido, não sei onde que eu estou, o que vou fazer, o meu problema é bem preocupante, que eu consiga controlar ele. É difícil, todo mundo tem problema, é que tem gente que às vezes não quer ver.

e) Um sujeito que percebe as ações no mundo

E tem problemas que são maiores que os dos outros. Talvez maior que os teus, maior que os dos meus colegas, pra mim meu problema é um problema problemático, mas eu não quero envolver ninguém, prejudicar ninguém com os meus problemas, se prejudica, prejudica só eu. Mas tem solução, eu acredito que tenha, força de vontade, tem que querer. Deus deu um dom para cada um de nós. Eu posso ter uma coisa muito grande esperando por mim em algum lugar só que eu ainda não encontrei.

Porthos passa a perceber possibilidades construindo-se ao seu redor permitindo-se sonhar

Eu não sei o que é, mas eu imagino que seja uma coisa muito boa. Porque de uns anos para cá, não digo anos, de uns tempos para cá, eu tenho tido uns sonhos e só de coisas boas, nada de ruim. Eu já sonhei que estava ajudando alguém, eu sonhei que estava bem em um lugar grande, eu acho que Deus me deu outra oportunidade de vida.

A Dona Magda quando eu sair daqui ela vai me colocar em um abrigo e falei para ela que eu vou precisar de uma psicóloga para falar comigo, duas vezes na semana está bom, um trabalho eu tenho que me envolver com alguma coisa, se eu ficar parado, se eu voltar para a rua vai ser ruim para mim porque eu vou voltar a usar droga, o que eu vou fazer para sobreviver? Vou roubar de novo, não quero isso, eu sofri muito na rua, na cadeia, sofri muito, briga, doença, só o que a droga me trouxe foi isso, foi doença e briga, eu graças a Deus não tenho AIDS, graças a Deus eu agradeço muito a Deus por isso, a minha doença é só tuberculose, nem hepatite eu não tenho.

f) Porthos compreende a necessidade das relações

Eu acho que eu tive uma oportunidade, porque eu aprendi muita coisa, antes eu não falava com ninguém, eu era bem estranho, eu achava que ninguém precisava de mim, eu não precisava de ninguém, eu me escondia até de mim mesmo. Eu achava que eu era o cara, eu podia, eu arrebetava, se me botavam uma arma na mão era eu que sabia, eu humilhava muito as pessoas, eu era muito estúpido. Eu acho que Deus colocou a mão na minha cabeça e me mostrou o outro lado. Ele abriu meus olhos eu não estava enxergando como a vida é bela.

Questiono Porthos em que momento ele começa a entender esses significados, ele relata que foi no momento em que olhou para si mesmo.

No momento que eu comecei a pensar mais no que eu sinto. No momento em que eu parava na frente do espelho e ficava me olhando, eu deixei pra trás a minha burrice.

Esse olhar é mais que uma imagem, um reflexo no espelho é o desejo de um novo ser, é a busca por sua essência. No espelho, ele percebe sua existência como ser no mundo.

Ficava olhando para mim mesmo, ficava pensando o que eu fiz, a pessoa tem que estar fora de si mesmo, tem que estar atordoado, drogado. Porque muitas vezes mesmo está drogado, não pensava. Uma coisa é certa, o que eu passei eu não vou passar de novo, porque eu só sofri.

Isso me fez entender, me fez ver tudo o que eu passei, o que eu passei, 'as burrice' que eu fiz, e como foi que eu pude fazer isso, porquê? Eu não precisava, eu nunca precisei, eu não precisava ter ido morar na rua que nem eu morei 10 anos na rua, roubando, assaltando; não o meu pai me deixou casa, deixou dinheiro, deixou os bens dele né, deixou tudo para nós dividir, somos em três irmãos, sou eu e mais duas irmãs, e ele deixou, não precisava disso, não precisava nem estar aqui hoje falando contigo, eu estou porque Deus queria que eu enxergasse as coisas de uma maneira mais correta.

g) Qual a visão que sai do espelho

Agora? Eu me olho e vejo uma pessoa, eu vejo uma coisa boa, antes eu não via nada. Isso, eu vejo o que eu fui e o que eu posso ser se eu quiser, porque eu fiz tudo que eu fiz, não precisava, porque eu não pensei nisso antes, porque que eu estou pensando nisso agora. Será que... é só Deus mesmo para te responder. Acho que eu estou querendo ver alguma coisa que eu não via antes, coisa que eu nunca vi até, mas eu vejo que eu me olho no espelho e vejo outra pessoa, não vejo mais aquela pessoa rancorosa, sempre com ódio de si mesmo. Hoje eu tenho até medo de muitas coisas que antes eu não tinha. Até quando todo mundo sai para o pátio, porque eu tenho medo de me envolver em problemas. Eu sei meu limite, sou muito burro, se a pessoa me fala alguma coisa que eu não aceito, eu não aceito sabe? Esse dia eu vi um rapaz chamando outro de filha da puta, eu saí de perto, por isso eu não vou muito no pátio, fico mais no quarto, eu tenho medo de me envolver com problemas, assim de outra pessoa querer ser mais que eu.

Porthos diz que o momento fundamental para que se percebesse no espelho tem a ver com o seu tratamento, no espaço do hospital, onde sente que faz parte de algo e sente-se protegido. Conta que o fato de poder conversar o exercício de ser ouvido e ouvir contribuíram para suas novas percepções. Fala da importância dos atendimentos com as assistentes sociais e psicólogas e também com os outros pacientes com quem construiu relações de amizade, o que para ele antes seria impossível.

Eu tinha mais era inimigo mesmo, ninguém gostava muito de mim porque eu era muito ruim, eu era muito brigão, vivia sempre brigando. Na vila onde eu me criei estava sempre brigando com 'os guri'. Acho que era por causa da droga e aqui dentro eu vi outras coisas, me deparei com outras coisas que eu acho que vão me ajudar muito porque é bom para mim, seis meses fazem que eu estou aqui, eu não sinto mais falta da droga, por isso que eu te disse 50% que eu não vou mais usar droga, mas eu vou precisar de ajuda.

h) Os significados de Porthos para si e para o mundo

Eu sou muito humilde, tenho muita humildade, não gosto de ver uma pessoa com fome, quer dizer que eu não sou tão ruim assim, quando eu estava morando na rua eu estava ali no centro de Porto Alegre, eu sempre ajudava os mendigos porque eu roubava. Então eu sempre tinha um dinheiro, nunca comi coisa do lixo, eu roubava, então eu comprava sanduíche.

No mundo agora eu não sei, mas antes para o resto do mundo eu era um caco, eu era um trapo, eu era um verme, mas eu quero virar essa página, agora eu quero significar para o mundo uma pessoa de bem, para não prejudicar ninguém, fazer até um bem se for possível, mas nada de prejudicar ninguém. Ajudar alguém. Até com um abraço, faz tempos que eu não abraço a minha irmã por exemplo.

Seus desejos são simples, básicos, porém essenciais. Ele deseja saúde e paz. Um bom trabalho também para poder se manter. Diz que pode ser até de varredor de rua, menos roubar.

i) Como Porthos entende o mundo

O mundo é magnífico, basta tu saber viver nele. Antes para mim... eu não pensava em nada disso, nem queria saber se eu ia matar ou morrer, não pensava nem em mim mesmo, nem dava bola para o ser humano, para a vida de uma pessoa, eu colocava aquilo na minha cabeça: "vou fazer"; e fazia, mas não enxergava coisas boas que existem no mundo, sabe? Não me divertia, era só correria, era só boate, drogas, boate, drogas, guerra com os outros, fugindo da polícia, isso não é viver.

j) Quanto à possibilidade de viver a vida

Porthos chama a atenção para as possibilidades de a vida ser boa para quem a entende, para quem sabe viver mesmo com suas trajetórias recortadas. Quem compreende os erros e culpas necessárias que só quem vive sente.

Um pouco de culpa de alguma coisa todo mundo tem, no dia a dia, até no trabalho da gente, seja no que for que a gente faça, sempre tem um dia que

alguma coisa escapa, detona a gente sem às vezes a gente nem perceber. Sempre tem um momento na vida da gente, uma pessoa que não gosta da gente ou a gente tropica em uma pedra e arranca um dedo e da risada, coisas ruins, sempre o momento, mas a vida é bela, maravilhosa, 'os tropicão', uma pessoa que não gosta da gente, fumarmos um cigarro, bebermos, usar droga, cada um tem um jeito de viver, uns tem um jeito bom que usa a vida, que vive a vida para ajudar uma pessoa; outros vivem para atrapalhar, para moldar, eu era assim eu vivia para incomodar os outros, para atrapalhar, para tirar o sossego dos outros. A pessoa trabalha a semana toda e eu vou lá incomodar, pedir dinheiro para usar droga, horrível né, isso não é viver, mas agora eu estou vendo a vida de outro jeito, descobri que a vida é bela.

A vida pode ser bela mesmo na sua inquietude

A vida só não é bela no momento em que tu fecha os olhos e não vê nada e eu já abre pra ela, não vive com ela, dá o lado para ela e enquanto tu tiver vivendo a vida, que tu vê a vida como ela tem que ser vista, acordar de manhã ir trabalhar, estudar, se divertir, ir para os lugares lindos, conhecer os lugares lindos, conhecer pessoas lindas, a vida se torna bela, no momento em que não tiver mais nada disso, só querer "zueira", drogas, tu não vive a vida.

k) O sujeito que diz perceber direitos de como ser reconhecido nas relações

Todo mundo tem direito de escolher o jeito de viver, o certo seria viver bem, dormir bem, comer bem, se divertir, ajudar alguém, ser ajudado, não precisa ser um rei, um príncipe para se viver bem, não precisa ser um Deus, só precisa ser normal, eu vejo assim.

O normal para Porthos tem o sentido da igualdade do amor de fazer ao outro o que se quer para si.

Para mim uma pessoa normal, é uma pessoa boa, humilde, é uma pessoa que com certeza vai viver bem, onde eu começar a mentir, a só querer coisa ruim, só querer ver a desgraça 'dos outro', desejar mal para os outros eu nunca vou viver bem, vai chegar em um certo ponto que Deus que vai me

cobrar, porque ele cobra. Se tu plantar o bem para colher o bem e tu plantar o ruim tu vai colher o ruim, será que é assim? Eu acho que é assim.

Esse seu último questionamento que segue com uma resposta é algo que ele busca afirmar constantemente, usando de estratégias para construir uma nova trajetória de vida.

Quadro 3 - Síntese compreensiva sobre a narrativa de Porthos

Etapas da identidade e desenvolvimento de personagens		
Quem era	Momento de metamorfose	Reconhecimento
Menino solitário que não se percebe parte da família. Busca resposta por não ter a família.	A morte dos avós, o uso de drogas e a saída de casa.	Período de mesmice. Ele não se reconhece como parte das relações sociais.
Quem sou	Momento de metamorfose	Reconhecimento
Egresso do presídio em tratamento para tuberculose.	A entrada e o significado da doença e as oportunidades que surgem com o tratamento.	Reconhecimento de ser pertencente ao mundo com direitos e deveres.
Quem pretende ser no futuro		
Estratégias de emancipação	A busca por ajuda a certeza de que precisa dos outros para viver. A construção de novas amizades que podem possibilitar uma vida nova. Esquecer o passado e construir nova personagem em que recebe e se doa para o outro através de pequenos gestos como um abraço.	

Fonte: Elaborado pela autora.

QUEM ELE DESEJA SER

Porthos

“Deus deu um dom para cada um de nós. Eu posso ter uma coisa muito grande esperando por mim em algum lugar, só que eu ainda não encontrei. Eu não sei o que é, mas eu imagino que seja uma coisa muito boa. Porque de uns anos para cá, não digo anos, de uns tempos para cá, eu tenho tido uns sonhos e só de coisas boas, nada de ruim”.

Porthos, como foi dito, foi uma surpresa. Ele se convidou para entrevista e desse convite surgiu uma demonstração clara das possibilidades e estratégias que a vida nos propõe.

Porthos começa apresentando a personagem de um menino só, alguém que teve diversas perdas e sentiu-se não fazendo parte das relações familiares, criando um espaço para si, onde sua relação com as drogas o colocaram no papel daqueles que são marginalizados, que não ocupam espaço na sociedade. Ele criou um personagem revoltado, como única possibilidade de sobreviver. O drogado, revoltado, é o espaço da mesmice do aprisionamento do ser.

As metamorfoses na identidade de Porthos foram se estabelecendo conforme as etapas de sua vida, foram lhe proporcionando as identificações de significados. O revoltado começa a morrer quando se percebe como doente. Na fala de Porthos, “foi Deus quem o colocou no presídio”, onde ele pode ser tratado e se afastar das drogas. O bicho humano se transformou. Através do espaço do aprisionamento, transforma-se e começa a se perceber. Algo que nos parece impossível imaginar, já que este espaço é o da estigmatização e exclusão. Contudo, é a partir desse momento que ele começa a buscar novos significados, que criam sua essência. Começa sua metamorfose e entra na sua mesmidade. Talvez a percepção dessa metamorfose aconteça após ou durante a própria metamorfose.

O tratamento no Sanatório Partenon lhe possibilitou o transformar do corpo, anteriormente fragilizado e adoecido, e a visão desse corpo no espelho lhe possibilitou enxergar não somente o humano, mas o ser que se esconde nesse humano. Abriu a possibilidade para entender que faz parte das relações humanas, que depende delas. “O distanciamento guiado por uma circunvisão na cotidianidade

da presença descobre o ser-em-si 'do mundo verdadeiro', isto é, de um ente junto ao qual a presença, existindo, já sempre está" (HEIDEGGER, 2006, p. 160).

Sente-se parte do mundo arrisca sonhar, com o futuro. Cria estratégias que lhe asseguram redes de pertencimento quando diz que precisa de ajuda profissional para se afastar da droga e do crime.

Age nos pequenos gestos como a necessidade de abraçar de tocar e ser tocado para se sentir humano. É a testemunha de que vivemos em um mundo que nos impõem alternativas que nos parecem claras, mas ao contrário encobrem outras verdades, em que é impossível viver sem culpa – a culpa faz parte das formas de relação de poder–, que podemos nos permitir tropicalizar, mas somos obrigados a levantar e dar risada dessa queda, pois a vida é bela, basta saber viver. Isso porque o mundo é magnífico, ele se transforma constantemente. E a utopia emancipatória que Porthos propõe em sua fala é possível através da consciência de quem somos, de quem os outros são e porque estamos vivendo em constantes mudanças nas formas de relacionamento.

Ciampa (1998) alerta que a autodeterminação não acontece pela ausência de determinações, mas este processo supõe um projeto de si mesmo, que só pode se concretizar no devir cotidiano da experiência de vida. Ao mesmo tempo em que se materializa no mundo.

6.3 OS ENTRELAÇAMENTOS DOS ENREDOS NAS NARRATIVAS.

As histórias de vida que aqui apresentamos nos remetem a construções sociais e culturais marcadas por continuidades e descontinuidades históricas, por elementos que inovam as formas de dominação, por vezes aparecem em narrativas singulares como dados de realidade ou possibilidades das relações existentes. Estas narrativas de significados nos fazem retornar e avançar em contextos históricos distintos, a depender dos sentidos sociais que nos conduzem.

Falar sobre identidade do egresso em um contexto que está envolto por concepções sociais sobre a pena de prisão e o adoecimento por tuberculose requer conhecer as estruturas que originam essas representações e seus sentidos em dado momento histórico e assim poder visualizar de forma macro o que surge como reflexo em cada história de vida.

De acordo com Goffman (2008), é a sociedade que divide as pessoas em categorias, definindo quais atributos devem ser comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Ou seja, para cada ambiente social já existe uma categoria de pessoas pré definida ou pré estabelecida. Você sabe que em determinado ambiente ou classe social vai encontrar uma determinada pessoa com características específicas.

Esse modelo de sociedade só é possível pelo estabelecimento de leis como de organização na definição dessas categorias. Onde quem foge ao que é proposto para seu ambiente social sofre as penalizações específicas.

As formas de penalização foram se metamorfoseando conforme a necessidade de controle por parte da classe que administra o poder. O modelo de penalização possui uma construção histórica e sempre esteve presente em cada povo e como princípio básico representa uma manifestação de simples reação natural do homem, para conservação de sua espécie, sua moral e sua integridade.

Com a evolução das sociedades, as formas de penalização se caracterizaram como um meio de retribuição aos delitos e de intimidação, através das formas mais cruéis e sofisticadas de punição. Nos nossos dias, ela se encobre com o véu de função terapêutica e recuperadora.

As formas de penalização e culpabilização em sociedade podem apresentar várias formas, não estando necessariamente relacionadas somente a um fim jurídico. Você é penalizado se não cumpre o padrão que é estipulado à sua classe social. Só que a pena ganha outras estruturas que excluem o sujeito a um determinado ambiente social. Como exemplo, temos as políticas de inclusão que ao contrário definem identidades para o seu pertencimento.

No entanto, o modelo de pena de prisão proposto na modernidade sugere uma liberdade de identidades que só podem se relacionar em busca do bem comum. A restrição da liberdade individual em nome de um bem comum só foi possível a partir da aceitação entre os membros do Estado. Que tinha como objetivo estabelecer regras fundamentais para prover o bem estar social

Nesse sentido, o filósofo Beccaria (2002, p. 19-20), autor da obra *Dos Delitos e das Penas*, afirma:

Ninguém fez gratuitamente o sacrifício de uma porção de sua liberdade visando unicamente ao bem público [...]. Cada homem só por seus

interesses está ligado às diferentes combinações políticas deste globo, e cada qual desejaria, se fosse possível, não estar ligado pelas convenções que obrigam os outros homens[...].

Cansados de só viver no meio de temores, de encontrar inimigos por toda parte, fatigados de uma liberdade que a incerteza de conservar tornava inútil, sacrificaram uma parte dela para gozar do resto com mais segurança. A soma de todas essas porções de liberdade, sacrificadas assim ao bem geral, formou a soberania da nação.

É com a intenção da unidade com a restrição das liberdades individuais pelo bem comum que se cria o poder soberano. Poder este que o processo de modernização das sociedades nomeou como forma democrática de vida em sociedade.

Liberdade tornou-se um direito com a Revolução das Luzes, a Revolução Francesa, A Carta de Direitos do Homem e do cidadão. Com esses instrumentos, criou-se a sensação de garantias de uma liberdade e autonomia do corpo e do pensamento para todos. As formas abolicionistas nos países escravocratas a partir do século XVIII tudo conspirou para um novo modelo de mundo ocidental.

Neste sentido, nossa constituição baseia-se nesses princípios e tem em seu artigo 5º a igualdade humana como ordem fundamental de vida:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito a vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade (ART. 5º CFB/1988).

Mas o que podemos perceber é que ao invés de o surgimento de uma sociedade de igualdade e justiça social, procedeu-se o contrário. As formas de exclusão e manipulação de vidas tomaram outras máscaras para esconder as mesmas faces.

Com o advento do sistema capitalista e a modernização das formas de produção e industrialização a partir do século XIX, podemos conjecturar que um dos significados constituintes do imaginário social imprimia a necessidade de estabelecimentos de controle das demandas apresentadas pelas forças de produção.

O surgimento de classes operárias e os sistemas políticos exigiam a necessidade de uma resposta a esta nova população, que exigia fazer parte do todo. A partir daí criam-se modelos e organizações estatais que buscavam controlar essas massas, usando o artifício dos direitos. Direitos para os trabalhadores, para aqueles

que fazem parte de uma sociedade “honestá”. E aos sobrántes, que não se adéquam a esse perfil, resta a marginalização da sobrevivência.

Esta perspectiva social pode ser analisada a partir de diferentes olhares sobre a sociedade moderna contemporânea. As normas constitucionais, por exemplo, não garantem à classe marginalizada o atendimento dos direitos básicos do cidadão. A falta de hospitais públicos e a carência de escolas de qualidade são apenas dois fatos que comprovam a não efetivação de deveres fundamentais do Estado.

A supressão dos direitos civis demonstra a fragilidade e a redução da autoridade da lei, o que a torna passível de ser questionada e violada em decorrência da quebra de uma relação bilateral estabelecida entre o Estado e o cidadão comum. Ao mesmo tempo em que os deveres individuais obrigatoriamente devem ser cumpridos sob pena de punição, os direitos fundamentais básicos do cidadão não são atendidos.

Assim, compreendemos que estamos vivendo sobre a égide de um Estado de exceção, onde o direito do soberano na figura do Estado prevalece e o biopoder, o poder sobre o corpo e o espírito, é fortalecido.

Em Giorgio Agamben, o Poder, do *Soberano*, por exemplo, encontra-se intimamente vinculado ao Estado. Este atua como *técnica de controle*, conceito de *Estado de exceção*, sobre os indivíduos, enfim sujeitos de uma determinada sociedade.

Que o soberano seja uma lei viva só pode significar que ele não é obrigado por ela, que a vida da lei coincide nele com uma total anomia. ‘Dado que tem um poder irresponsável [arkanypeuthynon] e que ele mesmo é uma lei viva, o rei se assemelha a um deus entre os homens’. Entretanto, exatamente enquanto se identifica com a lei, ele se mantém em relação com a lei e se põe mesmo como anômico fundamento da ordem jurídica. A identificação entre soberano e lei representa a primeira tentativa de afirmar a anomia do soberano e, ao mesmo tempo, seu vínculo essencial com a ordem jurídica. O *nomosempsychosé* a forma originária do nexó que o estado de exceção estabelece entre um fora e um dentro da lei e, nesse sentido, constitui arquétipo da teoria moderna da soberania (AGAMBEN 2004, p. 107).

As formas de direito se ajustaram com a relação do poder sobre o corpo, o controle do corpo que também passa a ser o controle dos espíritos. A distribuição de

ideologias materializadas em discursos de garantias de direitos escondem um modo de dominação quase subterrâneo que nos oprime através de nossas garantias.

A forma de poder subterrânea que opera nas instituições sociais, que não coincide com a natureza para a qual a instituição foi legalmente criada. Trata-se de uma ordem na qual o poder é pouco visível porque não se exterioriza, mas mesmo nesta condição, funciona e impõe uma ordem interna que se sedimenta fortemente na interior da instituição e que, com frequência, é mais respeitada que a ordem legalmente instituída.

O biopoder se instaura como controle e neste sentido a construção histórica da tuberculose se apresenta como uma forma de bio poder, pois sua clientela faz parte daqueles indesejáveis para a sociedade, aqueles que seriam matáveis nas palavras de Agamben. A tuberculose é uma doença da miséria que reforça estigmas ao longo dos séculos.

O investimento real em tecnologias sobre seu tratamento, por exemplo, para reduzir o tempo de tratamento que é de seis meses a um ano ainda é pouco, sem falar na forma de tuberculose multirresistente que se espalha pelas prisões. E que de certa forma incapacita o sujeito para a vida pós-tratamento. Tratar realmente a tuberculose requer tratar as questões sociais, garantir acesso às populações a ambientes saudáveis de vida, onde possam reproduzir situações e redes de troca de afetividade. Trata-se de uma mudança cultural e social nos destinos econômicos antes de uma mudança sanitária.

Na vivência e na construção das relações, tendo como base o simbólico e o imaginário, o poder institucional constitui-se num elemento de base para a compreensão das relações interpessoais. O confronto com a verdade é o confronto que o doente faz consigo próprio e com o mundo social, enquanto palco de construção de uma rede de relações sociais (KERN, 2005, p. 58).

Neste espaço de limitações nas execuções de políticas sociais que busquem uma real autonomia aos sujeitos, criam-se identidades atreladas a responder as demandas dos papéis a que são convocados.

A identidade se constitui na dinâmica comportamental, longe de ser um ente transcendental que atua sobre a realidade, ela é a própria realidade. Ela consiste numa multiplicidade de papéis atualizados na dinâmica social e ao mesmo tempo na síntese deles numa conformação única que garantirá as individualidades biográficas.

Esse vestir e despir de papéis é a manifestação da identidade em movimento como processo de renovação nas relações sociais de forma a conformar as expectativas sociais.

É ao mesmo tempo produto e processo, “é uma totalidade contraditória múltipla e mutável, mas una” (CIAMPA, 2004, p. 61).

Contudo, como já citamos, compreender as identidades dos egressos requer a compreensão dos papéis que lhe são atribuídos nas relações.

Goffman(1985)concebe que a metáfora da vida enquanto teatro emprega o modelo de representação teatral para explicar a interação entre as pessoas e as formas pelas quais elas se dirigem e direcionam as informações a serem passadas a seu público que também interage nessa relação. Apesar de haver repetição dos papéis sociais, a personagem é fruto da química entre o papel enquanto padrão social e aquele que o representa. Logo, mesmo que duas pessoas cumpram papéis idênticos , suas representações nunca serão iguais, assim como suas identidades não podem ser reduzidas a uma só.

Percebemos nas falas de nossos sujeitos passagens de vida parecidas, os relatos de envolvimento com a família e a drogadição são presentes em todas as falas.

Athos: Morava com os meus pais, tudo certinho, eu sempre fui caseiro, na minha criação meus pais sempre me ensinaram o caminho certo, eu sempre desde cedo batalhando por mim, pela minha família e nós conversávamos sobre colégio, rua, ‘como que tu estás?’. Meu pai sempre junto de nós, tanto eu como os meus irmãos.

Aramis:Depois do meu pai minha mãe nunca teve uma pessoa que ficasse dentro da nossa casa... Mais por minha causa, podia ser coisa de criança, eu dizia: vou ficar o resto da vida com a senhora e o tempo vai passando vemos que não é assim, que não sabíamos dessas coisas de trabalhar, se gosta de uma pessoa, se apaixonar.

Portos: Eu vivia mais com meus avós, mas eles eram muito velhinhos, eles falavam sempre pra mim, sempre tentaram me ajudar, me deram de tudo.

Detém-nos aos detalhes dos conceitos de significação da vida para esses sujeitos, que, mesmo tendo histórias de vida parecidas, apresentam diferenças marcantes. Todos rompem com o mundo do trabalho e da família, significando a passagem para o outro lado, que implica o uso e tráfico de drogas, implicando a utilização de armas de fogo e a concretização de crimes.

E apesar de não ser o foco desse estudo salientamos a questão de gênero que se torna visível nas histórias de vida desses sujeitos e suas ideias de metamorfose e emancipação. É interessante a passagem do masculino nas correlações das histórias. Eles buscam retornar para a figura do masculino, em uma vida anterior a que possuem agora. Constroem a figura de pai a, de bom marido, bom filho como uma forma de construir ou reconstruir os vínculos com a vida fora do aprisionamento com a criação da figura de um homem que se afirma como chefe e responsável pela família e por sua vida.

A delimitação que estabelece a fronteira entre o mundo da ordem e da transgressão, mesmo com contornos nítidos, é também matizada no dia a dia, não obstante a necessidade de enfatizar as diferenças para construir a identidade do homem de bem.

Esses sujeitos, como foi dito na introdução do capítulo, constituem significados para suas vidas, e esses são transformados conforme suas experiências nas relações em sociedade. São nestes significados que está a autonomia dos sujeitos, e sua forma de interpretar os problemas e situações que se apresentam na vida. Eles são estigmatizados, desempenham papéis impostos, conforme Goffman. Mas também são independentes nos seus atos, possuem percepções das fronteiras que os dividem na distinção entre o correto e o errado

Todo mundo tem direito de escolher o jeito de viver, o certo seria viver bem, dormir bem, comer bem, se divertir, ajudar alguém, ser ajudado, não precisa ser um rei, um príncipe para se viver bem, não precisa ser um Deus, só precisa ser normal, eu vejo assim (Porthos).

Pensando nesse espaço de autonomia dos sujeitos, percebemos também que existe uma reciprocidade, que, conforme Sarti (2009), salienta como um sistema constituído por três obrigações fundamentais – dar, receber e retribuir –, opera num duplo sentido. Ocupando o mesmo espaço, de um lado estão os que, buscando

atribuir significado às suas vidas, pautam sua conduta pelo valor positivo da família honesta e do trabalho honrado, numa sociedade que acreditam injusta e desigual; do outro lado, estão os que rompem essas fronteiras, descrentes de qualquer sentido neste mundo onde se sentem lesados e do qual buscam tirar proveito. Julgam-se no direito de privar os outros na mesma medida em que se sentem privados, negando a possibilidade do arbítrio da lei.

Geralmente, as concepções de um ex-infrator o determinam como uma figura relativamente passiva, vítima de forças internas – ou externas – sobre as quais tem pouco controle ou que julga dominar. Essas concepções, muitas vezes, ocasionam um processo de afirmação de identidade estigmatizada, que gera instabilidade e continuidade, nas relações com o crime.

Afirma-se, portanto, uma identidade de reincidente para o egresso, não permitindo que se analisem, com clareza, as propostas e as escolhas disponíveis para esses sujeitos, após o retorno à sociedade, além da prisão.

Porque são sim infratores da lei e da ordem, mesmo sendo esta compreendida como a forma não mais correta de justiça no nosso modelo de sociedade, mas não podemos negar sua necessidade para a convivência em grupo. Eles cumpriram sua pena e o que nos questionamos é se há espaço para esses transformarem sua identidades e serem reconhecidos como parte da sociedade.

Chama-nos atenção que nossos personagens, ao desejarem um futuro, desejam um passado. Athos e Aramis desejam voltar a serem pais e maridos. As figuras do pai e responsável nos parece que os absolve realmente de seus atos do passado. Eles não desejam criar algo novo em suas falas, não há a expressão de desejo de algo que eles ainda não conheçam, mas sim de reescrever o seu passado como estratégia para criar um futuro. Retornando para o primeiro ponto do caminho.

Ao se entrar no mundo do crime, rompendo com o valor positivo do trabalho e da família – um caminho sem volta. Ainda que se mantenham as obrigações morais que unem os bandidos a seu grupo de origem e, acima de tudo, definem o universo de referências culturais do qual é originário, a realidade é que a fronteira foi atravessada, e os resultados se tornam imprevisíveis (SARTI, 2009, p. 128).

A situação de Porthos nos parece diferente, ele não sabe com certeza o que movimenta sua metamorfose, ele ainda está se conhecendo, sabe e afirma que não quer voltar ao crime.

Agora eu quero significar para o mundo uma pessoa de bem, para não prejudicar ninguém, fazer até um bem se for possível, mas nada de prejudicar ninguém. Ajudar alguém. Até com um abraço, faz tempos que eu não abraço a minha irmã por exemplo(Pothos).

Ele vai voltar para o espaço destinado para aqueles que não têm casa, o albergue, porque é o espaço que ele conhece, mas pensamos que de sua estratégia para emancipação pode surgir um ser que se compreenda liberto para por em prática seus significados.

Isso nos esclarece que essas identidades não se confundem porque tem significados opostos, mas que necessitam ser pensadas de forma a obter um reconhecimento em mesmo nível de status onde os sujeitos tornam-se parceiros, iguais na vida social. Conforme Fraser,

Quando, ao contrário, os padrões institucionalizados de valoração cultural constituem alguns atores como inferiores, excluídos, completamente 'os outros' ou simplesmente invisíveis, ou seja, como menos do que parceiros integrais na interação social, então nós podemos falar de não reconhecimento e subordinação de status (2006 p. 108).

Quando compreendemos essa dinâmica de relações, torna-se possível observar as histórias de vida desses e de outros homens, que estão sujeitados a estas questões que possuem um destino pré-determinado em função do seu espaço social. Mas que também são autônomos para decidir sobre o que é ou não correto para suas vidas.

A sua inserção no crime é também um reflexo das condições e significados criados durante suas vidas. Entretanto, o que nos importa são as estratégias que esses sujeitos criam para sobreviver e dar sentido a suas vidas. Quando esses sujeitos conseguem obter essa pulsão de vida eles deixam de ser os seres matáveis e tornam-se os mulçumanos capazes de dar seu testemunho da realidade que encobrimos com o véu da justiça. A questão é até que ponto estamos abertos para ouvir seus testemunhos e transformá-los em uma nova experiência de vida

Ciampa (1998) define realidade como uma possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial. Logo, consideramos suas histórias cada uma a seu modo e a seu tempo, submetem-se ao itinerários que a ela são prescritos,

transformando as realidades ao seu redor. São histórias de colocar possibilidades de estratégias de batalha de uma forma de emancipar-se, como nos diz Habermas(1990), a emancipação não tem um fim previsto, é um devir. Por isso, a importância de refletir sobre os sentidos identitários dos projetos de vida para escapar do reconhecimento proposto por políticas identitárias com valores que reforçam estigmas nas personagens sociais.

7COSTURAS FINAIS

Somos um conjunto, jamais uma unidade, ou seja, vivemos das construções que se formam das relações sociais. Que se constroem como pontos de uma colcha de retalhos, alguns alinhaves mais firmes outros mais frouxos, mas todos necessários para o trabalho completo. Somos seres que dependemos uns dos outros na busca de concretizar nossos significados

Isso se dá de forma histórica. Sempre recorro a cena do filme *Dois Mil e Um: uma Odisseia no Espaço* (1968, de Stanley Kubrick). A cena que demarca a criação do domínio e disputa por poder e a criação dos significados que justificam essa luta. Nessa cena, um de nossos ancestrais percebe a insignificância da vida ao observar o esqueleto de um animal e ao mesmo tempo cria um significado de conquista para essa vida morta ao usar o osso do animal como arma em uma disputa de dois grupos que buscam domínio sobre um território.

Lembro dessa cena sempre que busco achar uma forma de saída para as relações de dominação entre os seres humanos. E percebo talvez de forma um tanto pessimista que isso pertence à nossa natureza e sempre estará presente nas nossas relações de forma a concretizar a evolução, mesmo que esta seja destrutiva.

E nessa evolução as formas de busca por controle das relações foram se aperfeiçoando, surgiram metodologias modernas de poder e controle que se ramificam através de ideologias e discursos e que hoje alcançam um ápice por utilizarem do artifício das novas tecnologias do direito e da lei para excluir e segregar, alegando ser esse o melhor para a unidade.

É neste campo de disputas que se constroem as identidades dos sujeitos. A identidade é uma transformação e discutir sobre ela é discutir sobre a vida e suas possibilidades. Essas possibilidades estão atreladas à construção histórica das sociedades, as relações culturais, os modos de associação e inter-relação entre os indivíduos.

As pessoas são conduzidas a reproduzir espaços de exclusão em que somente em momentos do seu caminho, dependendo das relações que se constroem, elas conseguem fugir dessa manipulação.

Na sociedade moderna ocidental, a criação da pena de prisão reforça a representação de papéis sociais que constituirão formas específicas de subjetivação.

Com o pretexto de humanizar as leis, a função da pena de prisão é na verdade a de afirmar estigmatizações.

Ao indivíduo preso é reservada a manifestação de, basicamente, dois tipos e identidade: a de delinquente e de egresso, ambas caracterizadas pela situação de exclusão do indivíduo no meio social. É claro que temos consciência de que eles cometeram atos criminosos e que, o fato de sofrerem em suas histórias de vida a vulnerabilidade e fragilização dos vínculos sociais e familiares não justifica, que fiquem ilesos a sanções e a alguma forma de compensação para aquele que sofreu o dano, a questão é que hoje vivenciamos um descontrole sobre os direitos e acesso à proteção dos presos. O que se apresenta a nós é um reflexo do desejo de marcar espaços de distinção na sociedade que, para ser sanado, necessita de um olhar ampliado politicamente para que as necessidades possam contribuir para uma paridade social.

A partir, no entanto, da compreensão do crime como expressão conflito, o foco de atenção deve mudar para o cenário do conflito, deve se deslocar da pessoa do apenado para o complexo de relações entre ele e a sociedade e todo seu contexto familiar, tendo-se em vista a história de segregação e exclusão de que o preso é vítima (SÁ, 2001, p. 175).

A tuberculose usada como elemento neste estudo é somente um dos graves problemas encontrados nos presídios. Ela nos chama atenção por ser presente nas populações carentes empobrecidas. É como se esse espaço lhe pertencesse. É pertinente a sua existência nas prisões porque ela reforça o que não é desejável, o que é matável. Os espaços onde se desenvolvem as vidas de nossos sujeitos antes da prisão e durante a prisão matam a alma; a doença, o corpo, e completa a eliminação. A função a ser exercida pela pena privativa de liberdade está diretamente relacionada com a racionalidade penal e as escolhas no âmbito de política criminal e penitenciária de determinado momento histórico

Contudo, o modo como às dinâmicas sociais agem sobre o indivíduo não é fixo. Há uma constante busca por reconhecimento que se materializa nas metamorfoses indenitárias. Porque ao mesmo tempo em que essa nova forma de exercício do poder incrementa níveis de encarceramento e exclui parcelas indesejáveis da população, ela flexibiliza as formas de sujeição do indivíduo ao poder, ampliando seu alcance para além das instituições totais.

De certa forma, o controle que antes era feito de forma concentrada somente em espaços institucionais e direcionado a alguns indivíduos, na modernidade expande-se para fora dessas instituições e alcança a população como um todo, indiscriminadamente. Configura-se, dessa forma, a substituição da sociedade disciplinar pela sociedade de controle.

Na tentativa de se desprender das identidades impostas e repostas, os sujeitos criam meios de afirmação de uma outra subjetividade. Para preservar significados que lhe são os próprios, muitas vezes rompem com os valores institucionalizados. Neste rompimento, acontece a criação de estratégias de emancipação, busca por significados que concretizem sua essência.

Em linhas gerais no nosso estudo, percebemos sim que nossos objetivos foram de certa forma alcançados. Houve o entendimento sobre o tratamento da tuberculose no sistema penitenciário e também conhecimento da política Nacional de controle da doença. Conseguimos perceber as formas de metamorfose dos sujeitos de pesquisa nas suas dinâmicas sociais.

Através das leituras sobre o conceito de reconhecimento, foi possível compreender de que forma a busca por reconhecimento está articulada com as estratégias de emancipação em um Estado de exceção. Também foi possível perceber que os sujeitos percebem o processo de nomeações de exclusão e estigmatização que ocorre em suas vidas antes, durante e após o aprisionamento por meio das relações com as normas legais e sociais.

E também que, sim, é dado ao egresso uma identificação específica após o presídio e dentro do sistema ele é um doente debilitado que ocupa o espaço que lhe é convocado.

Nossas hipóteses também nos levaram a leituras interessantes, pois a primeira sugere que a construção da identidade de egressos do sistema penitenciário em tratamento para tuberculose acontece de forma pressuposta, sem espaço para a busca de reconhecimento desses sujeitos, o que impede o processo emancipatório. O que avaliamos como parte do modelo do Estado de exceção que não permite um real reconhecimento dos sujeitos, ao contrário, domina e controla seus significados.

A segunda diz que a tuberculose no sistema carcerário é um reforço na construção de preconceitos e estigmas em relação ao preso. Sim, isso é expresso

na fala dos sujeitos da pesquisa, nas formas de identificação dentro do sistema, a dificuldade no acesso ao tratamento, a manipulação e venda de remédios entre os presos para garantia de acesso a outros objetos são formas de estigmatizar essas pessoas. E, sim, os impactos do estar doente de tuberculose constituem obstáculos na busca por reconhecimento dos egressos em tratamento. Isto está relacionado aos diversos abandonos de tratamento que ocorrem por estes sujeitos. Os significados para a doença estão sempre em constante debate com as propostas e possibilidades de uma nova condição de vida que necessita não estar ligada a um passado que lembre a prisão e a doença.

Neste estudo, pude perceber que as experiências de trajetória de vida de nossos sujeitos nos clareiam para a percepção das pequenas escolhas que criam significados grandiosos em nossas vidas. Não são as ações ou revoluções externas de conquista macro ou entendimento político e intelectual que podem libertar o sujeito, mas sim as revoluções internas que possibilitam a esse sujeito sentir-se independente nas suas escolhas, sabedores de que estão em um campo de manipulação.

A saída do círculo vicioso das significações dominantes. A passagem ao ato. O tempo do irreversível. A decisão metálica de enfrentar a couraça do poder. A superposição do sistema ao clarão das deflagrações e a revelação do monstruoso grão de suas carências. O refúgio numa sombra espasmódica, a convicção de finalmente ter um pedaço de realidade ao alcance da mão, ao alcance do tiro (GATTARI, 1981, p. 70).

Mudar a forma de pensar os espaços onde se articulam as relações sociais é o primeiro passo para compreender os significados e as estratégias de emancipação dos sujeitos. Abrindo espaços para um reconhecimento da autonomia com justiça e paridade social, observando a riqueza de sutilezas que completam os sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1. ed. São Paulo: Martins Forense, 2007.

ADORNO, S. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social*; **Rev. Sociol.** USP, São Paulo, 19-47, 1998.

_____. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez, p. 84-135, 1991.

ADORNO, S; BORDINI, E. B. T. **Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo (1974-1985)**. In: XVII Congresso Latino-Americano de Sociologia, Montevidéu, 1988; também publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, Anpocs, vol. 3, n. 9, fev. 1989, p. 70-94.

ADORNO, S; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Rev. Estudos avançados**, n.21 (61), 2007.

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Medios sin fin**: notas sobre la política. Valência: Pre-Textos M^a Natividad Jiménez Serradilla, 2001.

_____. **O Poder soberano e a vida nua** (Homo Sacer I). 2. ed. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **O que resta de Auschwitz**: O Arquivo e a Testemunha (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Profanações**. Tradução de Selvino J Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

AJURIS. **Documento**: Representação pela violação dos direitos Humanos no presídio central de porto alegre (PCPA). 104 p. Porto Alegre, Jan/2013 Disponível em: <www.ajuris.org.br>. Acesso em: 10 fev 2013.

AMARANTE, J. M. **Tuberculose Penitenciária**. [S.l.]: UNESCO, 2005.

ANDRADE, C D. **Rosa do Povo**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ANTUNES, M. S. X. **Itinerários da vida de solteira**: razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. 2010, 203 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

_____. (2010) **A compreensão do sintagma identidade-metamorfose-emancipação por intermédio das narrativas de história de vida uma discussão sobre o método.**In:LIMA (org.) *Psicologia Social Crítica Parallaxes do Contemporâneo*. Sulina, Porto Alegre, 2012. p. 67-84.

ARAÚJO, G. D. **Representações sociais da tuberculose construídas por pacientes em regime prisional.** 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais). Universidade de Minas Gerais – UEMG, Minas Gerais, 2009.

BAILLY, A. **Dictionnaire grec-français**, 16.ed. Paris: Lib. Hachette, 1950.

BAKTHIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski.** Tradução de Paulo Bezerra. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Tradução de Lahud e Vieira. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências Humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECCARIA, C. **Dos Delitos e das Penas.** 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2002

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** 4.ed. São Paulo, Hucitec, 1999

BERTOLLI FILHO, C. **História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950.** 20.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

_____. **A sombria mancha da Peste branca.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção Social da Realidade.** Tratado de Sociologia do Conhecimento. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BITENCOURT, C. F. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas.** 3. ed. São Paulo: Saraiva. 2004.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora LDA, 1994.

BOIS, J. P. L'Europe à l'époque moderne. 2003. **Revista de Ciências Sociais**, v. 9 n. 2, maio-set. 2008.

BRAGA, A. G. M. **A identidade do preso e as Leis do Cárcere.** 2008, 178f. Dissertação (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. **Dados população carcerária**. Referencia 12/01/2013. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 7 abr. 2013.

_____. Ministério da Justiça. **Lei de execuções penais – LEP**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 14 abr. 2012.

_____. Ministério da Justiça. **Portaria interministerial nº 1777**. Disponível em: <www.portal.mj.gov.br/services/.../FileDownload.EZTSvc.asp?>. Acesso em: 14 abr. 2012.

_____. Ministério da saúde. **A Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24517>. Acesso em: 13 abr. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Manual técnico para o controle da tuberculose**. Brasília: Caderno de Atenção Básica, n. 6, 11-37, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Plano nacional de saúde no sistema penitenciário**. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Controle da Tuberculose**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31101>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. Pronatec. **Pronatec: governo vai oferecer 90 mil vagas para presos**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRIE.htm>>. Acesso em: 12 maio 2013

_____. Relatório, **CPI sistema carcerário**. Comissão parlamentar de inquérito (CPI), 2009. Disponível em: <<http://www.bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

BURNIE, D. **Memórias do século XX: Marcos da medicina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CASTRO, M. C. **A Vigência do amor**. Petrópolis: Vozes, 1994

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. Contribuição ao debate no Judiciário Penitenciário e na Previdência Social**. 6. ed. São Paulo: [s.n.], 2006.

CHIAVERINI, T. **Origem da Pena de Prisão**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia do Direito). PUCSP, São Paulo, 2009.

CIAMPA, A.C. **A estória do Severino e a História da Severina**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

_____. Identidade. In: LANE, S. T. M.; GODO, W. (Orgs). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 58-75.

_____. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. (orgs). **Uma Psicologia que se interroga: ensaios**. São Paulo: Ed. Edicon, 2002.

COELHO, A. L. S. **Habermas Discurso e emancipação**. Disponível em: <<http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com.br/2009/07/habermas-discurso-e-emancipacao.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.

CONDE, M. **La resocialización del delinquente: análisis y crítica de um mito**. In: PUIG, M. (Org.). **La reforma del Derecho Penal**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona/Belaterra, 1980.

COULANGES, F. **A cidade Antiga**. 21. ed. São Paulo: Editora das Américas S/A, 2006.

CONTAS ABERTAS. **Menos da metade dos recursos do Funpen foram utilizados nos últimos 12 anos**. Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=1150>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. **Regras mínimas para o tratamento de prisioneiros**. Disponível em: <www.defensoria.sp.gov.br/.../> Acesso em: 26 fev. 2013.

DELMAS MARTY, M. **Os Grandes sistemas de Política Criminal**. 4.ed. Barueri: Manole, 2004

DORNELLES, R. **Falange Gaúcha**. Porto Alegre: RBS publicações, 2008.

DUARTE, A. M. **De Michel Foucault a Giorgio Agamben: A trajetória do Conceito de Biopolítica**. Selectedworks. Jan. 2008. Disponível em: <http://works.bepress.com/andre_duarte/17>. Acesso em: 12/03/2013. Acesso em: 14 ago. 2013.

DUMAS, A. **Os Três Mosqueteiros**. Tradução de Otávio Mendes Cajado. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FELIX, G. **Revolução Molecular: pulsações Políticas do desejo**. Tradução de Suely Belinha Rolnik. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FERREIRA, J. Heidegger, Agamben e o animal. **Rev. Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.23, n. 1, jun. 2011.

FILHO, M. Te prepara pra sair. Síntese analítica sobre a situação dos egressos do sistema penitenciário brasileiro. **Rev. PUC/SP**. 2004. Disponível em: <www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel38/MiltonFilho.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

FLICKINGER, H-G. Os graus do reconhecimento social: Acrítica de um conceito chave a partir de G.W.F.Hegel. **Civitas**. Porto Alegre, v. 8, n. 1, jan./abr., 2008. p. 80-93.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Ditos e escritos IV**. Estratégia poder saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Estratégia, poder saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

_____. **História da Sexualidade**. 13. ed. A vontade de saber, primeiro volume. Tradução de Maria Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. 29 ed. São Paulo: Graal, 2011.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

_____. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

_____. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, 77: 11-39, 2009.

FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition**. A political-Philosophical exchange. Londres/Nova York: Verso, 2003.

FUNDO Global: **Avanços e Desafios no Sistema Prisional**. Notícias: 14.02.2012. Disponível em: <http://www.fundoglobaltb.org.br/site/noticias/mostraNoticia.php?Section=5&id_content=1562>. Acesso em: 15 fev. 2013.

FUNDO Global: **Saúde no Sistema Penitenciário em consulta**. Notícias: 19.11.2010. Disponível em: <www.fundoglobaltb.org.br/site/noticias/mostraNoticia.php?...5..>. Acesso em: 15 out. 2012.

GOOFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

GRANIÇO, F. Uma análise crítica do idealismo de Axel Honneth em defesa da democrática paridade participativa de Nancy Fraser. **Rev.Redescrições** – Revista online do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana, Ano 2, nº 2, 2010.

HABERMAS J. **Individualização através da socialização sobre a teoria da subjetividade de George mead** In: Pensamentos pós metafísico. Estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **A inclusão do Outro**. Estudos de teoria política. Tradução de George Sperber. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HEIDEGGER, M. **Carta sobre o Humanismo**. In: Marcas do Caminho. Tradução de Enio Paulo Gichini e Ernildo Stein. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. 326-376.

_____. **Ser e Tempo**. Vol. 1. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

HEGEL, G.W.F. **Werkausgabe**. Frankfurt am main: Suhrkamp, 1986. p. 245.

HIJJAR, M. A; GERHARDT, G; TEIXEIRA, G. M.; PROCÓPIO, M. J. **Retrospecto do controle da tuberculose no Brasil**. REV Saúde Pública, 2007.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Reppa. 34. ed. São Paulo: Loyola. 2003

IANNI, O. A questão social. **Rev. da USP**, São Paulo, v. 145, p. 1-10, set./out./nov., 1989.

JARDIM, L. **De olho no presídio**: Radar Online, 3/05/2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/tag/cpi-do-sistema-carcerario/>>. Acesso em: 15 maio 2012.

KERN, F.A. **As mediações em redes como estratégia metodológica do Serviço Social**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

LIMA, A. M D. **Justiça em Nancy Fraser**. 2010. 187f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2010.

LIMA, A. F. **Dependência de drogas como um problema de identidade**: Possibilidades de apresentação do 'Eu' por meio da oficina terapêutica de teatro. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo, PUCSP, 2005.

_____. Da produção do não-existente ao reconhecimento perverso: uma discussão sobre a persistência da racionalidade instrumental (politicamente correta) e a utopia

do reconhecimento pós-convencional. São Paulo: ABRASPO (Associação Brasileira de Psicologia Social), **Anais do XIV ENABRAPSO** (Encontro Nacional da ABRASPO), Maceió. 2009.

_____. Para uma reconstrução dos conceitos de massa e identidade. **Psicologia Política**, v.14 (7), 2008.

_____. (Org.) **Psicologia Social Crítica Paradoxos do Contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____. **Sofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: Um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo, PUCSP, 2009.

LOPES, J.R. Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 14 (1): 7-27, 2002.

MADEIRA, L. M. **A atuação da sociedade civil na ressocialização de egressos do sistema penitenciário**. XI Congresso brasileiro de Sociologia. GT violência e sociedade. Unicamp: Campinas. 2003

_____. **Trajetórias de homens infames: Políticas públicas Penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil**. Tese (Doutorado). Porto Alegre, UFRGS/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ PPG em Sociologia, 2008.

MAIA, C.N. (Org.) **História das prisões no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social Identidade e alienação**. 4.ed. São Paulo: Cortez. 1995.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões métodos e processo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEAD, G.H. **Espírito, persona y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

MESQUITA NETO, P. **Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle**. In: CIDADANIA, justiça e violência (Org.) Dulce Pandolfiet al. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.130-148. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**, v. 2, São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 24.ed. Rio de Janeiro: Vozes,

2007.

NASCIMENTO, D.R. **As Pestes do Século XX**: Tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

O'DONNELL, P. et al. **Democracia violência e injustiça**: O não Estado de Direito na América Latina. São Paulo Paz e Terra, 1991.p.346.

OLIVEIRA, H. B.; CARDOSO, J. C. Tuberculose no sistema prisional de Campinas. São Paulo, Brasil. **Rev. Panamericana de Salud Pública/ Pan American Journal of Public Health**. v. 15, mar. 2004, p. 194-199.

OMS – Organização mundial da Saúde. **Boletim tuberculose**. WHO – World Health Organization. [periódico na internet]. 2012. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso: 3 nov. 2012.

OPAS – Organização Pan Americana de saúde. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&task=view&id=3183&Itemid=259>. Acesso em: 9 abr. 2013.

PEREIRA, P. A.P. **Necessidades Humanas**: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Política Social**: Temas & Questões . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PICON, P. D; RIZZON, C. F. C.; OTT, W. P. **Tuberculose**: epidemiologia, diagnóstico e tratamento em clínica e saúde pública. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.

PLATÃO. **Górgias**. Tradução de Jaime Bruna. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989.

PORTO, A. **Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito**. **Rev. Saúde Pública**, v. 4. Rio de Janeiro, 2011.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim Epidemiológico**: CGVS, v. 9, n. 5, 2007. p. 1-2.

PEDRO, W.A. Estudo da identidade no âmbito da psicologia social brasileira. **Rev. UNIARA**, nº.16, 2005 109-116.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de Bio Poder Hoje. **Rev de Ciências Sociais**, n. 24, Abr. 2008, p. 27-57.

REGRAS Mínimas para o Tratamento dos Reclusos – 1955. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contra-a>>

Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/regras-minimas-para-o-tratamento-dos-reclusos.html. Acesso em: 25 out. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. **TUBERCULOSE** . Disponível em: <<http://www.saude.rs.gov.br/lista/210/Tuberculose>>. Acesso em: 23 maio 2013.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família**. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) A família Contemporânea em Debate. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 76-77.

RÚDIO, F. V. **Compreensão humana e ajuda ao outro**. São Paulo:Cortez,1991.

RAVAGNAN,H.B. Luta por reconhecimento: a filosofia social do jovem Hegel segundo Honneth, **Kínesis**, vol. I, n. 1, mar. 2009, p.39-57.

RUIZ, C. B. A testemunha, o resto humano na dissolução pós-metafísica do sujeito. **Revista IHU**, 376, Ano XII 17.10.2011 Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4130&secao=376>. Acesso em: 23 abr. 2013.

_____. A testemunha, um acontecimento. **Revista IHU**, 375. Ano XI 03.10.2011. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4113&secao=375>. Acesso em: 23 abr. 2013.

SÁ, G. R. **A prisão dos excluídos**. Origens e reflexões sobre a pena privativa de Liberdade. Rio de Janeiro: Diadorim editora, 1996.

SANTOS,C. Walter Benjamin e Giorgio Agamben: uma análise das implicações políticas dalinguagem.**Griot**– Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia, Brasil, v. 2, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/griot>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SARTI, C.A. **A Família como espelho**: Um estudo sobre a moral dos pobres. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA,A. P. S. **(Des)continuidade no envolvimento com o crime construção da identidade narrativa de ex-infrator**. São Paulo: IBCCRIM, 2003

SILVA, M. L.**Eugenia, Antropologia Criminal e Prisões no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SILVEIRA, B. M. L. Depois das Grades: um Reflexo da Cultura Prisional em Indivíduos Libertos. **Rev. psicologia ciência e profissão**, 2006, 26 (4), 582-593.

SOUZA,C.**Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN,G.; ARRETCHE,M.; MARQUES, E. (Org.) Políticas Públicas no Brasil.Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.p. 65-85.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Rev. Sociologias**, n. 16, p 20-45, 2006.

SANTOS LARA, A. P. **Trabalho e Luta por reconhecimento**: a identidade do trabalhador com deficiência. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

SÁNCHEZ, A. A. M. M. R. **Tuberculose em População Carcerária do Estado do Rio de Janeiro**: prevalência e subsídios para formulação de estratégias de controle. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola de saúde pública/FIOCRUZ, 2007.

SÁNCHEZ, A. A. M. M. R.; CAMACHO, L. A. B. Tuberculose nas prisões: uma fatalidade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22:1547-1555, 2006.

SPINOZA, B. **Tratado político; Correspondência**/seleção de textos Marilena Chauí. Tradução de Marilena Chauí. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, R. F.. **George Herbert Mead**: Contribuições para a Psicologia Social. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

SOUZA, S. S. de. **Representações sobre o viver com tuberculose**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: Faculdade de Enfermagem, UFSC/PEN, 2006.

SOUZA, R.M. **Representações Sociais da Tuberculose**. Um estudo Sócio-Antropológico. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SUSEPE-RS – Superintendência de Assuntos Penitenciários do Rio Grande do Sul. **Boletim informativo situação carcerária do RS**. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em: 16 abr. /2013.

_____. **Direitos e Deveres dos Presos**. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=132>. Acesso em: 15 abr. 2013.

TAYLOR, C. **The politics of recognition**. In: GUTMANN, Amy (ed.) *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton/Chichester: Princeton University Press, 1994. p. 25-73.

TUBERCULOSE: Casos confirmados notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan Net. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dhsinannet/tuberculose/bases/tubercbrnet.def>>. Acesso em: 1 abr. 2012.

VILLALOBOS. V.S. **O estado de Bem estar social na América Latina**: Necessidade de redefinição. In: *Cadernos Adenauer*, 2000, n.1, 49-71.

XAVIER, A.R. Política criminal carcerária no Brasil e políticas públicas. **Rev internacional direito e cidadania**. Disponível em: <<http://www.reid.org.br/?CONT=00000140>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

WAGNER, C. **Dinheiro para presídios - ZERO HORA**, Porto Alegre, 24/09/2011. Disponível em: <<http://prisional.blogspot.com.br/2011/09/caos-no-central-e-apelo-para-vitaminar.html>>. Acesso em: 25 set. 2012.

WOLF, M. P. **Antologia de vidas e Histórias na Prisão**: Emergência e Injunção de Controle Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ZALUAR, A. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan, Ed. UFRJ, 1994.

ZERO HORA. **Agora Vai? Tarso promete fechar o Central**. Reportagem especial. Humberto Trezzi e José Luís Costa. 26/04/2012.